DFP
Demonstrações Financeiras Padronizadas

Companhia: NEOENERGIA S.A
Data Entrega: 23/04/2019
Tipo Apresentação: Reapresentação Espontânea
Versão: 6

Powered by MZiQ

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes

Parecer dos Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Proposta de Orçamento de capital

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	
Número de Ações (Unidade)	31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
1	Ativo Total	11.311.419	10.666.992	
1.01	Ativo Circulante	946.730	499.846	
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	238	215	
1.01.02	Aplicações Financeiras	257.345	232.511	
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	257.345	232.511	
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação			
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	257.345	232.511	
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			
1.01.03	Contas a Receber	4.331	3.868	
1.01.03.01	Clientes			
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.331	3.868	
1.01.04	Estoques			
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	58.965	62.870	
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	58.965	62.870	
1.01.07	Despesas Antecipadas	159		
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	625.692	200.382	
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	609.132		
1.01.08.01.01	Ativos classificados como mantidos para venda	609.132		
1.01.08.01.02	Instrumentos financeiros derivativos			
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.01.08.03	Outros	16.560	200.382	
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos		196.429	
1.01.08.03.02	Juros sobre capital próprio a receber			
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	16.560	3.953	
1.02	Ativo Não Circulante	10.364.689	10.167.146	

1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	419.431	420.280	
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.731	3.208	
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação			
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	7.731	3.208	
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			
1.02.01.03	Contas a Receber	10.780	10.427	
1.02.01.03.01	Clientes			
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.780	10.427	
1.02.01.04	Estoques			
1.02.01.05	Ativos Biológicos			
1.02.01.06	Tributos Diferidos		926	
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		926	
1.02.01.07	Despesas Antecipadas			
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas			
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas			
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas			
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores			
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas			
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	400.920	405.719	
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	41.104	37.062	
1.02.01.09.04	Outros ativos não circulantes	59.823	94.204	
1.02.01.09.05	Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	295.243	274.453	
1.02.01.09.06	Juros sobre capital próprio			
1.02.01.09.07	Outros ativos financeiros não circulantes			
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos	4.750		
1.02.02	Investimentos	9.916.439	9.719.665	

1.02.02.01	Participações Societárias	9.916.439	9.719.665	
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas			
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.401.405	7.776.063	
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.489.419	1.916.158	
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	25.615	27.444	
1.02.02.02	Propriedades para Investimento			
1.02.03	Imobilizado	27.732	26.317	
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	21.672	22.997	
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado			
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	6.060	3.320	
1.02.04	Intangível	1.087	884	
1.02.04.01	Intangíveis	1.087	884	
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão			
1.02.05	Diferido			

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)				
Conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
2	Passivo Total	11.311.419	10.666.992	
2.01	Passivo Circulante	1.051.697	1.068.390	
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.509	4.132	
2.01.01.01	Obrigações Sociais			
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.509	4.132	
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	5.509	4.132	
2.01.02	Fornecedores	5.008	4.541	
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.008	4.541	
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros			
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.548	6.219	
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.548	6.219	
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	17.548	6.219	
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais			
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais			
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	473.651	804.945	
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	445.165	804.945	
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	255.907	187.158	
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	189.258	617.787	
2.01.04.02	Debêntures	28.486		
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.01.05	Outras Obrigações	549.981	248.553	
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas			
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas			
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas			
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores			
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.01.05.02	Outros	549.981	248.553	

2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	383.626	213.564	
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar			
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.01.05.02.04	Outras passivos circulantes	127.732	13	
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	38.623	34.976	
2.01.06	Provisões			
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais			
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis			
2.01.06.02	Outras Provisões			
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias			
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02	Passivo Não Circulante	1.567.046	794.028	
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	753.609	20.579	
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	354.750	20.579	
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	19.985	20.579	
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	334.765		
2.02.01.02	Debêntures	398.859		
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.02.02	Outras Obrigações	796.973	765.828	
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas			
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas			

2.02.02.01.02	Débitos com Controladas			
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores			
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.02.02.02	Outros	796.973	765.828	
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.02.02.02.03	Fornecedores		1.963	
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos		391	
2.02.02.02.05	Outros passivos não circulantes	796.973	763.474	
2.02.03	Tributos Diferidos	7.743		
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.743		
2.02.04	Provisões	8.721	7.621	
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.721	7.621	
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.306	6.815	
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.388	784	
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	27	22	
2.02.04.02	Outras Provisões			
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias			
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar			
2.02.06.01	Lucros a Apropriar			
2.02.06.02	Receitas a Apropriar			
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar			

2.03	Patrimônio Líquido	8.692.676	8.804.574	
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025	
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288	
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			
2.03.02.04	Opções Outorgadas			
2.03.02.05	Ações em Tesouraria			
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.03.03	Reservas de Reavaliação			
2.03.04	Reservas de Lucros	5.053.611	5.036.441	
2.03.04.01	Reserva Legal	651.079	633.474	
2.03.04.02	Reserva Estatutária			
2.03.04.03	Reserva para Contingências			
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	73.046	73.046	
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.113.110	4.140.986	
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos			
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais			
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	216.376	188.935	
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados			
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-990.972	-990.972	
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-111.276	17.792	

Powered by MZiQ

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.756	4.570
3.01.01	Receita bruta	4.138	5.013
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	-382	-443
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos		
3.03	Resultado Bruto	3.756	4.570
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	537.360	405.821
3.04.01	Despesas com Vendas		
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-108.076	-21.839
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		
3.04.04	Outras Receitas Operacionais		
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-110.276	-87.880
3.04.05.01	Provisão para desvalorização de investimentos		
3.04.05.02	Amortização do ágio	-110.276	-87.880
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	755.712	515.540
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	541.116	410.391
3.06	Resultado Financeiro	-240.049	-101.766
3.06.01	Receitas Financeiras	442.765	469.751
3.06.02	Despesas Financeiras	-682.814	-571.517
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	301.067	308.625
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.338	762
3.08.01	Corrente	-2.669	-6.069
3.08.02	Diferido	-8.669	6.831
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	289.729	309.387
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas		
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas		
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas		

3.11	Lucro/Prejuízo do Período	289.729	309.387
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01.01	ON	0	0
3.99.02.01	ON		

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	289.729	309.387
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-129.068	51.651
4.02.01	Efeitos dos planos de beneficios e planos de saúde a empregados das investidas	-82.420	7.648
4.02.02	Resultado abrangente sobre hedge de fluxo de caixa das investidas	-46.648	44.003
4.03	Resultado Abrangente do Período	160.661	361.038

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	576.269	658.079
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-120.149	-12.307
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e Imposto de renda	289.729	309.387
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.296	3.105
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-755.712	-515.540
6.01.01.04	Provisão para perdas no investimento		
6.01.01.05	Amortização de ágio , líquida	110.276	87.880
6.01.01.06	Juros e variações monetárias líquidas	182.632	117.526
6.01.01.07	Outras receitas e despeas financeiras líquidas		
6.01.01.08	Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado	94	
6.01.01.09	Provisão (Reversão para contigênciais cíveis e trabalhistas)	402	-13.903
6.01.01.10	Outras impactos não caixa no resultado		
6.01.01.11	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		
6.01.01.12	Prov. Desval. da Particip. Societárias Permanentes		
6.01.01.13	Outras provisões	37.796	
6.01.01.14	Impostos e contribuições sociais	11.338	-762
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	696.418	670.386
6.01.02.01	Recebimento de dividendos e juros s/ capital próprio	630.343	704.625
6.01.02.02	Recebimento de juros sobre capital próprio		
6.01.02.03	Fundos vinculados		
6.01.02.04	Titulos e valores mobiliários		
6.01.02.05	Impostos e contribuições a recuperar		
6.01.02.06	IR e CSLL a Recuperar	1.868	34.522
6.01.02.07	Depósitos judiciais	132	-1.311
6.01.02.08	Recursos CDE		
6.01.02.09	Outros ativos	20.227	-10.097

6.01.02.10	Fornecedores	-1.496	1.128
6.01.02.11	Salários e encargos a pagar	1.377	1.224
6.01.02.12	Empréstimos e financiamentos		
6.01.02.13	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	10.232	-21.604
6.01.02.14	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos		-17.391
6.01.02.15	Obrigações estimadas		
6.01.02.16	Despesas pagas antecipadamente	-159	
6.01.02.17	Outros passivos	69.781	-691
6.01.02.18	Contas a receber de clientes	-816	-10.442
6.01.02.19	Encargos de dívidas e swap pagos	-35.071	-9.577
6.01.02.20	Instrumentos financeiros derivativos		
6.01.03	Outros		
6.01.03.01	Despesas pagas antecipadamente		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-984.282	-738.974
6.02.01	Integralização de capital em investidas	-951.338	-737.887
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-2.740	-535
6.02.03	Aquisição de intangível	-439	-304
6.02.04	Aquisição de investimento	-28.957	
6.02.05	Aplicação em títulos e valores mobiliários		
6.02.06	Resgate/(aplicação) de títulos e valores mobiliários	-808	-248
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	408.036	80.944
6.03.01	Adiantamento para futuro aumento de capital		
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	680.009	280.000
6.03.03	Empréstimos com partes relacionadas		
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-102.497	-198.071
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-569.476	-985
6.03.06	Coligadas e controladora		
6.03.07	Captação de debêntures	400.000	
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		

6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23	49
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	215	166
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	238	215

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2016 à 31/12/2016

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	206.105	-289.729	0	-83.624
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.04.08	Aprovação da proposta de dividendos						
5.04.09	Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida						
5.04.10	Reserva Legal	0	0	17.605	-17.605	0	0
5.04.11	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-83.624	0	-83.624

Powered by MZiQ

5.04.12	Dividendos propostos	0	0	216.376	-216.376	0	0
5.04.13	Reserva de retenção de lucro						
5.04.14	Reserva de incentivo fiscal SUDENE	0	0	-27.876	27.876	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-188.935	289.729	-129.068	-28.274
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	289.729	0	289.729
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-188.935	0	-129.068	-318.003
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.06	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-188.935	0	0	-188.935
5.05.02.07	Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investidas	0	0	0	0	-129.068	-129.068
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						

5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.053.611	0	-1.102.248	8.692.676
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	219.245	-302.869	0	-83.624
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.04.08	Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida						
5.04.09	Efeitos dos planos de benefícios de empregados das investidas						
5.04.10	Reserva Legal	0	0	17.605	-17.605	0	0
5.04.11	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-83.624	0	-83.624
5.04.12	Dividendos adicionais	0	0	216.376	-216.376	0	0
5.04.13	Reserva de retenção de lucros	0	0	-27.876	27.876	0	0

5.04.14	Reserva de lucros a realizar	0	0	13.140	-13.140	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-188.935	302.869	-129.068	-15.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	302.869	0	302.869
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-188.935	0	-129.068	-318.003
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.06	Resultado abrangente decorrente de equivalencia sobre investida	0	0	0	0	-129.068	-129.068
5.05.02.07	Efeitos dos planos de beneficios de empregados das investidas						
5.05.02.08	Outros resultados abrangentes						
5.05.02.09	Aprovação de dividendos propostos	0	0	-188.935	0	0	-188.935
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						

5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.066.751	0	-1.102.248	8.705.816

01/01/2015 à 31/12/2015

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.108.519	0	-691.401	9.158.431
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.108.519	0	-691.401	9.158.431
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	86.440	-300.000	0	-213.560
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio						
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	188.935	-188.935	0	0
5.04.09	Dividendos intermediários sobre reserva	0	0	-102.495	0	0	-102.495

5.04.10	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-111.065	0	-111.065
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-167.905	309.387	-281.779	-140.297
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	309.387	0	309.387
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-167.905	0	-281.779	-449.684
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	51.651	51.651
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.06	Aquisição de participação adicional junto a não controladores	0	0	0	0	-333.430	-333.430
5.05.02.07	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-167.905	0	0	-167.905
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.387	-9.387	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						

Powered by MZiQ

5.06.04	Reserva Legal	0	0	23.382	-23.382	0	0
5.06.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	-13.995	13.995	0	0
5.06.06	Proposta de dividendos adicionais						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574

Powered by MZiQ

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	4.138	5.013
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.138	5.013
7.01.02	Outras Receitas		
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos		
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa		
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-91.470	-7.549
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-91.470	-7.549
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	-87.332	-2.536
7.04	Retenções	-113.572	-90.985
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-113.572	-90.985
7.04.02	Outras		
7.04.02.01	Perdas e recuperações de valores ativos		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-200.904	-93.521
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.198.477	985.291
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	755.712	515.540
7.06.02	Receitas Financeiras	442.765	469.751
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	997.573	891.770
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	997.573	891.770
7.08.01	Pessoal	10.947	9.175
7.08.01.01	Remuneração Direta	11	7.506
7.08.01.02	Benefícios	267	569

7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros	10.669	1.100
7.08.01.04.01	Benefícios pós-emprego e outros benefícios	222	
7.08.01.04.02	Administradores	8.836	
7.08.01.04.03	Outros	1.611	1.100
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.911	1.371
7.08.02.01	Federais	13.611	1.092
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais	300	279
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	682.986	571.837
7.08.03.01	Juros	682.814	571.517
7.08.03.02	Aluguéis	172	320
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	83.624	111.066
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio		
7.08.04.02	Dividendos	83.624	111.066
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período		
7.08.05	Outros	206.105	198.321
7.08.05.01	Dividendos adicionais	216.376	188.935
7.08.05.02	Lucro retido (Reserva legal)	17.605	23.382
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucro	-27.876	-13.996
7.08.05.04	Prejuízos acumulados		

Powered by MZiQ

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)				
Conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
1	Ativo Total	27.967.404	27.371.492	
1.01	Ativo Circulante	6.286.884	6.476.239	
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	380.935	138.878	
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.012.660	2.458.744	
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.012.660	2.458.744	
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação			
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.012.660	2.458.744	
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			
1.01.03	Contas a Receber	2.736.361	2.748.259	
1.01.03.01	Clientes	2.736.361	2.748.259	
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	2.736.361	2.748.259	
1.01.03.02	Outras Contas a Receber			
1.01.04	Estoques			
1.01.05	Ativos Biológicos			
1.01.06	Tributos a Recuperar	503.640	408.591	
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	503.640	408.591	
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	503.640	408.591	
1.01.07	Despesas Antecipadas	43.567	53.452	
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.609.721	668.315	
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.01.08.03	Outros	1.609.721	668.315	
1.01.08.03.01	Fundos vinculados			
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	124.451	117.125	
1.01.08.03.03	Entidade de previdência privada	16.000		
1.01.08.03.04	Serviços em curso	41.003	44.936	

Powered by MZiQ

1.01.08.03.05	Concessão de Serviço público (Ativo financeiro)	62.106	51.331	
1.01.08.03.06	Recursos CDE			
1.01.08.03.07	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	62.104	139.677	
1.01.08.03.08	Ativos classificados como mantidos para venda	981.705		
1.01.08.03.09	Instrumentos financeiros derivativos	322.352	315.246	
1.02	Ativo Não Circulante	21.680.520	20.895.253	
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.766.576	7.500.336	
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	68.529	4.506	
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação			
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	68.529	4.506	
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento			
1.02.01.03	Contas a Receber	293.424	285.829	
1.02.01.03.01	Clientes	293.424	285.829	
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber			
1.02.01.04	Estoques			
1.02.01.05	Ativos Biológicos			
1.02.01.06	Tributos Diferidos	754.293	781.307	
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	754.293	781.307	
1.02.01.07	Despesas Antecipadas			
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas			
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas			
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores			
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas			
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.650.330	6.428.694	
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda			
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas			
1.02.01.09.03	Ativo indenizável (concessão)			
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	210.490	106.589	

Powered by MZiQ

1.02.01.09.05	Coligadas e controladora			
1.02.01.09.06	Beneficio fiscal - ágio incorporado da controladora			
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	574.983	512.158	
1.02.01.09.08	Despesas pagas antecipadamente	7.499	12.137	
1.02.01.09.09	Superávit atuarial			
1.02.01.09.10	Dividendos a receber	18.020	11.489	
1.02.01.09.11	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	25.517	145.254	
1.02.01.09.12	Outros ativos não circulantes	42.552	127.383	
1.02.01.09.13	Juros sobre capital próprio a receber			
1.02.01.09.14	Entidade de previdência privada	20.452	15.463	
1.02.01.09.15	Concessão do serviço público (Ativo financeiro)	5.234.443	4.086.725	
1.02.01.09.16	Instrumentos financeiros derivativos	516.374	1.411.496	
1.02.01.09.17	Outros ativos financeiros não circulantes			
1.02.02	Investimentos	2.498.060	1.926.876	
1.02.02.01	Participações Societárias	2.489.419	1.916.158	
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	2.489.419	1.916.158	
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias			
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	8.641	10.718	
1.02.02.02.01	Outros investimentos	8.641	10.718	
1.02.03	Imobilizado	3.413.534	3.889.079	
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.935.887	2.989.603	
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado			
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	477.647	899.476	
1.02.04	Intangível	8.002.350	7.578.962	
1.02.04.01	Intangíveis	8.002.350	7.578.962	
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão			
1.02.04.02	Goodwill			

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
2	Passivo Total	27.967.404	27.371.492	
2.01	Passivo Circulante	8.266.650	7.432.282	
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	132.965	147.430	
2.01.01.01	Obrigações Sociais			
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	132.965	147.430	
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	132.965	147.430	
2.01.02	Fornecedores	1.846.704	2.385.903	
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.846.704	2.385.903	
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros			
2.01.03	Obrigações Fiscais	592.630	546.364	
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	592.630	546.364	
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	592.630	546.364	
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais			
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais			
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.832.505	3.184.146	
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.441.530	2.839.007	
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.540.143	1.696.476	
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.901.387	1.142.531	
2.01.04.02	Debêntures	390.975	345.139	
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.01.05	Outras Obrigações	1.722.191	1.009.150	
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas			
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas			
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores			
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.01.05.02	Outros	1.722.191	1.009.150	
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	403.884	232.245	

2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar			
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	472.670	456.420	
2.01.05.02.05	Obrigações de benefícios definidos pós-emprego	53.382	38.700	
2.01.05.02.06	Taxas regulamentares	193.380	205.734	
2.01.05.02.07	Concessão do serviço público (Uso do bem Público)	4.018	4.390	
2.01.05.02.08	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	90.652	555	
2.01.05.02.09	Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	333.649		
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	170.556	71.106	
2.01.05.02.11	Outros passivos financieros circulantes			
2.01.06	Provisões	139.655	159.289	
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais			
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis			
2.01.06.02	Outras Provisões			
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias			
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			
2.02	Passivo Não Circulante	10.480.989	10.624.328	
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.128.416	8.623.480	
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.132.265	7.729.985	
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.363.667	3.351.978	
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.768.598	4.378.007	

2.02.01.02	Debêntures	1.996.151	893.495	
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro			
2.02.02	Outras Obrigações	1.866.502	1.637.669	
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas			
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas			
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores			
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			
2.02.02.02	Outros	1.866.502	1.637.669	
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.02.02.02.03	Fornecedores	79.107	101.466	
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	61.908	66.090	
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	5.947	4.887	
2.02.02.02.06	Obrigações de benefícios pós-emprego	762.075	622.943	
2.02.02.02.07	Coligadas, controladas e controladoras			
2.02.02.02.08	Recursos destinados a aumento de capital			
2.02.02.02.09	Outros passivos não circulantes	852.887	791.616	
2.02.02.02.10	Concessão de serviço público (Uso do bem público)	50.322	47.982	
2.02.02.02.11	Instrurmentos Financeiros Derivativos	54.256	2.685	
2.02.02.02.12	Outros passivos financeiros não circulantes			
2.02.03	Tributos Diferidos	13.955		
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.955		
2.02.04	Provisões	414.442	360.896	
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	414.442	360.896	
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais			
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis			
2.02.04.02	Outras Provisões			

2.02.04.02.01	Provisões para Garantias			
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação			
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	57.674	2.283	
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	57.674	2.283	
2.02.05.02.08	Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	57.674	2.283	
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar			
2.02.06.01	Lucros a Apropriar			
2.02.06.02	Receitas a Apropriar			
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar			
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.219.765	9.314.882	
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025	
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288	
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			
2.03.02.04	Opções Outorgadas			
2.03.02.05	Ações em Tesouraria			
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			
2.03.03	Reservas de Reavaliação			
2.03.04	Reservas de Lucros	5.066.751	5.036.441	
2.03.04.01	Reserva Legal	651.079	633.474	
2.03.04.02	Reserva Estatutária			
2.03.04.03	Reserva para Contingências			
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	86.186	73.046	
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.113.110	4.140.986	
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos			

2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais			
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	216.376	188.935	
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados			
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-990.972	-990.972	
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-111.276	17.792	
2.03.08.01	Ganho/perda sobre ativo disponivel para venda			
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	513.949	510.308	

Powered by MZiQ

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	14.834.231	14.611.187
3.01.01	Receita bruta	22.199.181	21.496.980
3.01.02	(-) Deduções da receita bruta	-7.364.950	-6.885.793
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.545.240	-11.402.281
3.03	Resultado Bruto	3.288.991	3.208.906
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.431.566	-1.754.353
3.04.01	Despesas com Vendas	-408.306	-494.214
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-657.440	-831.099
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-235.861	-194.478
3.04.04	Outras Receitas Operacionais		
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-109.860	-87.977
3.04.05.01	Provisão para desvalorização de investimento		
3.04.05.02	Amortização de mais-valia	-109.860	-87.977
3.04.05.03	Outras despesas		
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-20.099	-146.585
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.857.425	1.454.553
3.06	Resultado Financeiro	-1.296.614	-872.245
3.06.01	Receitas Financeiras	4.166.788	4.734.622
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.463.402	-5.606.867
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	560.811	582.308
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-206.508	-210.325
3.08.01	Corrente	-120.692	-205.210
3.08.02	Diferido	-85.816	-5.115
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	354.303	371.983
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas		
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas		

3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	354.303	371.983
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	302.869	309.387
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	51.434	62.596
3.99.01.01	ON	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		

Powered by MZiQ

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	289.729	309.387
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-129.068	51.651
4.02.01	Efeitos dos planos de beneficios e planos de saúde a empregados das investidas	-82.420	7.648
4.02.02	Resultado abrangente sobre hedge de fluxo de caixa das investidas	-46.648	44.003
4.03	Resultado Abrangente do Período	160.661	361.038

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.079.749	2.117.217
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.748.878	2.494.136
6.01.01.01	Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	354.303	371.983
6.01.01.02	Depreciação e amortização	733.218	700.052
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	20.099	146.585
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	109.860	87.977
6.01.01.05	Juros e variações monetárias líquidas		
6.01.01.06	Valor justo do ativo financeiro da concessão	-233.716	-335.916
6.01.01.07	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	1.140.324	949.287
6.01.01.08	Valor residual do ativo intangível e financeiro baixado	109.825	-13.983
6.01.01.09	Impostos e contribuições diferidos		
6.01.01.10	Prov. Desval. da Particip. Societárias Permanentes		
6.01.01.11	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	113.464	102.189
6.01.01.12	Outras provisões	68.234	39.759
6.01.01.13	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	90.464	43.291
6.01.01.14	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	65.223	67.949
6.01.01.15	Constituição e remuneração dos Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	1.510	147.980
6.01.01.16	Atualização Monetária Benefício Pós Emprego		
6.01.01.17	Imposto de renda e contribuição social	206.508	210.325
6.01.01.18	Atualização das provisões para contingências	94.539	107.911
6.01.01.19	Atualização de títulos e valores mobiliários	-124.977	-131.253
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.790.618	-723.387
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-105.873	-471.660
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	-9.078	27.811
6.01.02.03	Recebimentos de dividendos e juros sobre capital próprio	11.838	175

6.01.02.04	Recursos CDE		
6.01.02.05	Partes relacionadas (Ativo)		
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recuperar	-162.686	38.041
6.01.02.07	Estoques		
6.01.02.08	Partes relacionadas (Passivo)		
6.01.02.09	Taxas regulamentares	-26.378	166.780
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-40.728	-53.540
6.01.02.11	Indenizações/contingências pagas	-161.504	-119.091
6.01.02.12	Despesas pagas antecipadamente	11.623	-30.221
6.01.02.13	Fornecedores	-338.425	654.598
6.01.02.14	Salários e encargos a pagar	-13.530	35.104
6.01.02.15	Encargos de dívidas e swap pagos	-1.169.780	-839.432
6.01.02.16	Entidade de previdência privada		
6.01.02.17	Outros passivos	309.680	27.452
6.01.02.18	Benefício Pós-Emprego	-104	-7.338
6.01.02.19	Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	68.372	23.473
6.01.02.20	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-164.045	-175.539
6.01.03	Outros	121.489	346.468
6.01.03.01	Amortização dos Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	229.631	396.955
6.01.03.02	Outros ativos		
6.01.03.03	Instrumentos derivativos		
6.01.03.04	Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	44.123	39.907
6.01.03.05	Benefício Pós Emprego	-59.399	-59.634
6.01.03.06	Perdas com instrumentos financeiros		
6.01.03.07	Outros Ativos	-204.604	-30.760
6.01.03.08	Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	111.738	
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.892.792	-3.812.978
6.02.01	Integralização de capital em investidas	-639.852	-537.556

6.02.02	Aquisição de investimentos	-52.581	
6.02.03	Alienação de bens do ativo permanente		
6.02.04	Aquisição de imobilizado	-441.226	-266.090
6.02.05	Concessão serviço público (Ativo financeiro)	-31.453	-143.392
6.02.06	Aquisição de intangível	-2.234.687	-1.707.741
6.02.07	Outros		
6.02.08	Resgate de títulos e valores mobiliários	1.507.007	-1.158.199
6.02.09	Alienação de bens do ativo permanente		
6.02.10	Caixa e equivalentes de caixa advindo de combinação de negócios		
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.055.100	1.743.204
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	2.007.778	2.946.416
6.03.02	Captação de debêntures	1.506.890	31.600
6.03.03	Amortização de principal de empréstimo e financiamento	-2.239.776	-1.052.085
6.03.04	Amortização de principal de debêntures	-414.841	-189.000
6.03.05	Obrigações vinculadas	233.449	292.328
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-58.099	-241.511
6.03.07	Aumento (Redução) de capital		
6.03.08	Pagamentos de custos de captação	-5.353	-2.118
6.03.09	Empréstimos com partes relacionadas		
6.03.10	Depósitos em garantia	25.052	-42.426
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	242.057	47.443
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	138.878	91.435
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	380.935	138.878

Powered by MZiQ

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2016 à 31/12/2016

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574	0	8.804.574
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574	0	8.804.574
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	206.105	-289.729	0	-83.624	0	-83.624
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.04.08	Aprovação da proposta de dividendos								

5.04.09	Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida								
5.04.10	Reserva Legal	0	0	17.605	-17.605	0	0	0	0
5.04.11	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-83.624	0	-83.624	0	-83.624
5.04.12	Dividendos propostos	0	0	216.376	-216.376	0	0	0	0
5.04.13	Reserva de retenção de lucro								
5.04.14	Reserva de incentivo fiscal SUDENE	0	0	-27.876	27.876	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-188.935	289.729	-129.068	-28.274	0	-28.274
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	289.729	0	289.729	0	289.729
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-188.935	0	-129.068	-318.003	0	-318.003
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								

5.05.02.06	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-188.935	0	0	-188.935	0	-188.935
5.05.02.07	Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investidas	0	0	0	0	-129.068	-129.068	0	-129.068
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.053.611	0	-1.102.248	8.692.676	0	8.692.676
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574	510.308	9.314.882
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574	510.308	9.314.882
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	219.245	-302.869	0	-83.624	-23.991	-107.615
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								

5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.04.08	Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida								
5.04.09	Efeitos dos planos de benefícios de empregados das investidas								
5.04.10	Reserva Legal	0	0	17.605	-17.605	0	0	0	0
5.04.11	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-83.624	0	-83.624	-23.991	-107.615
5.04.12	Dividendos adicionais	0	0	216.376	-216.376	0	0	0	0
5.04.13	Reserva de retenção de lucros	0	0	-27.876	27.876	0	0	0	0
5.04.14	Reserva de lucros a realizar	0	0	13.140	-13.140	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-188.935	302.869	-129.068	-15.134	27.632	12.498
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	302.869	0	302.869	51.434	354.303
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-188.935	0	-129.068	-318.003	-23.802	-341.805

Powered by MZiQ

5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.06	Resultado abrangente decorrente de equivalencia sobre investida	0	0	0	0	-129.068	-129.068	-5.181	-134.249
5.05.02.07	Efeitos dos planos de beneficios de empregados das investidas								
5.05.02.08	Outros resultados abrangentes								
5.05.02.09	Aprovação de dividendos propostos	0	0	-188.935	0	0	-188.935	-18.621	-207.556
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								

5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.066.751	0	-1.102.248	8.705.816	513.949	9.219.765

01/01/2015 à 31/12/2015

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.108.519	0	-691.401	9.158.431	0	9.158.431
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.108.519	0	-691.401	9.158.431	0	9.158.431
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	86.440	-300.000	0	-213.560	0	-213.560
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								

5.04.07	Juros sobre Capital Próprio								
5.04.08	Dividendos adicionais propostos	0	0	188.935	-188.935	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos intermediários sobre reserva	0	0	-102.495	0	0	-102.495	0	-102.495
5.04.10	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-111.065	0	-111.065	0	-111.065
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-167.905	309.387	-281.779	-140.297	0	-140.297
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	309.387	0	309.387	0	309.387
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-167.905	0	-281.779	-449.684	0	-449.684
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	51.651	51.651	0	51.651
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.06	Aquisição de participação adicional junto a não controladores	0	0	0	0	-333.430	-333.430	0	-333.430
5.05.02.07	Aprovação da proposta de dividendos	0	0	-167.905	0	0	-167.905	0	-167.905

5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	9.387	-9.387	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.06.04	Reserva Legal	0	0	23.382	-23.382	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	-13.995	13.995	0	0	0	0
5.06.06	Proposta de dividendos adicionais								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.036.441	0	-973.180	8.804.574	0	8.804.574

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/12/2016	01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	21.959.590	21.282.551
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	22.199.373	21.496.980
7.01.02	Outras Receitas	-3.858	-19.953
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos	-3.858	-19.953
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-235.925	-194.476
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.694.337	-11.881.182
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.941.726	-2.925.332
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-7.752.611	-8.955.850
7.02.04.01	Materias-primas consumidas	-423.068	-393.794
7.02.04.02	Energia elétrica comprada para revenda	-6.551.653	-7.651.293
7.02.04.03	Encargo de uso de rede básica	-777.890	-910.763
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.265.253	9.401.369
7.04	Retenções	-843.079	-790.947
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-843.079	-790.947
7.04.02	Outras		
7.04.02.01	Perda e recuperação de valores ativos		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.422.174	8.610.422
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.164.940	4.599.668
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-20.099	-146.585
7.06.02	Receitas Financeiras	4.185.039	4.746.253
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.587.114	13.210.090
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.587.114	13.210.090

7.08.01	Pessoal	706.876	630.880
7.08.01.01	Remuneração Direta	384.108	328.229
7.08.01.02	Benefícios		
7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros	322.768	302.651
7.08.01.04.01	Indenização trabalhista	239	7.962
7.08.01.04.02	Encerramento de ordem em curso	3.385	3.250
7.08.01.04.03	Transferência para ordens	-97.930	-106.394
7.08.01.04.04	Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	21.912	43.560
7.08.01.04.05	Auxílio alimentação	48.943	38.945
7.08.01.04.06	Convênio assistencial e outros benefícios	66.640	62.104
7.08.01.04.07	Provisão para férias e 13º salário	79.187	74.352
7.08.01.04.08	Plano de saúde	77.639	70.923
7.08.01.04.09	Participação nos resultados	55.290	59.602
7.08.01.04.10	Administração	28.624	27.437
7.08.01.04.11	Outros	14.358	3.006
7.08.01.04.12	Encargos sociais (exceto INSS)	81.791	71.195
7.08.01.04.13	Entidade de previdência privada	-57.310	-53.291
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.040.788	6.581.974
7.08.02.01	Federais	3.024.130	2.934.411
7.08.02.02	Estaduais	3.990.506	3.623.329
7.08.02.03	Municipais	26.152	24.234
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.485.147	5.625.253
7.08.03.01	Juros	5.492.962	5.603.305
7.08.03.02	Aluguéis	21.055	18.579
7.08.03.03	Outras	-28.870	3.369
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	135.058	173.662
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio		
7.08.04.02	Dividendos	83.624	111.066

Powered by MZiQ

7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período		
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	51.434	62.596
7.08.05	Outros	219.245	198.321
7.08.05.01	Dividendos propostos	216.376	188.935
7.08.05.02	Lucro retido (reserva legal)	17.605	23.382
7.08.05.03	Reserva de retenção de lucro	-27.876	-13.996
7.08.05.04	Prejuízos acumulados		
7.08.05.05	Reserva de lucros não realizados	13.140	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Neoenergia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na Nota 4 às demonstrações financeiras, visando aprimoramento e comparabilidade da apresentação de suas demonstrações financeiras, a administração da Companhia refletiu correções de erro e mudanças de práticas contábeis em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Desta forma, as demonstrações financeiras acima mencionadas estão sendo reemitidas e, portanto, este relatório de auditoria substitui os anteriormente emitidos em 22 de fevereiro de 2017, 25 de julho de 2017, 26 de outubro de 2017 e 27 de novembro de 2017. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse tema.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 10.(a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui investimento na Norte Energia S.A. (Investida), avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem outros acionistas da Investida e determinados executivos desses acionistas. No momento, não há como determinar se os resultados das referidas investigações e seus respectivos desdobramentos que podem, eventualmente, trazer consequências futuras além dos efeitos mencionados na nota 10.(a). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer outros efeitos que possam advir desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse tema.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não emitimos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada

Powered by MZiQ

financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento da receita não faturada

Parte das receitas reconhecidas por controladas da Companhia, referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (receitas não faturadas), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucede ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R$ 419.742 mil em 31 de dezembro de 2016 e está divulgado na nota 6 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada é um assunto significativo para a nossa auditoria da Companhia devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pelo grupo para o cálculo da receita não faturada, incluindo a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração. Utilizamos também os nossos especialistas em auditoria de sistemas para testar a integridade e precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento e que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, além do recálculo destas receitas.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Redução ao valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, equivalente ao IAS 36, a Companhia é requerida anualmente a preparar estudos internos para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores recuperáveis, seja pelo seu uso ou por sua venda. Em 2016, como resultado desta análise, a Companhia realizou testes de recuperabilidade dos ativos de algumas investidas. Com base nos resultados desses testes, tendo um valor suficiente, a Companhia não reconheceu perda por redução ao valor recuperável.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos representativos desses ativos, bem como da existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a atrasos na entrada em operação destes investimentos, os quais poderiam afetar significativamente os resultados da análise. Além disso, o processo de avaliação da administração é complexo e crítico e se baseia em premissas, tais como projeções de resultado operacional e taxas de desconto, que são afetadas por condições de mercado ou econômicas esperadas futuras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a utilização de profissionais especializados em avaliação para nos auxiliar na revisão do teste de recuperabilidade e na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia na determinação do valor recuperável; (ii) análise histórica da assertividade do processo de projeção de resultados futuros considerando a análise de real versus orçado de anos anteriores; (iii) a avaliação da adequação das informações projetadas incluídas no modelo utilizado pela Administração e as análises de sensibilidade elaboradas pela Administração; e (iv) a realização de testes para avaliar a integridade dos materiais e documentos que suportam as projeções.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto, incluídas na nota 3.8.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas 12 e 13 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, as controladas Coelba, Celpe, Cosern e Afluente G possuem registrado ativo financeiro e intangível e as controladas Afluente T, SE Narandiba e Potiguar Sul ativo financeiro, cujos os montantes consolidados são de R$ 5.309.335 mil e R$ 8.017.777 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pelas distribuidoras aos consumidores finais, nos termos do

Powered by MZIQ

Contrato de Concessão. A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2016, as controladas reconheceram em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão no montante de R$ 2.132.516 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pelas controladas e que não serão completamente amortizados ao final do prazo de concessão, e serão indenizados pelo poder concedente.

No caso das transmissoras, a infraestrutura da concessão será recuperada através dos valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão e através da indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Adicionalmente, a avaliação do ativo financeiro leva em consideração a remuneração pela taxa interna de retorno do projeto e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização, avaliação subsequente de gastos com infraestrutura e avaliação do ativo financeiro, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pelas controladas sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, e a comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria.

Recalculamos também o valor do ativo financeiro registrado pelas controladas e confrontamos os inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidas pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Conforme divulgado na nota 19, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos fiscais, trabalhistas e cíveis cujo valor agregado totaliza R$ 6.341.102 em 31 de dezembro de 2016, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R$ 3.441.874 mil se referem a ações de natureza tributária.

Focamos nesta área devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas em tributos para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação dos consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados nas notas 8 e 19 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas.

Planos de benefícios pós emprego

Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações atuariais líquidas relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pelas controladas Coelba e Celpe e apuradas de acordo com laudo atuarial emitido por seus atuários consultores totalizam, respectivamente, R$ 549.015 mil e R$ 242.627 mil.

Focamos nesta área devido à magnitude dos montantes reconhecidos no passivo, além do grau de julgamento associado ao processo de mensuração do passivo, que inclui premissas complexas, tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto, inflação e custo médico. Variações nestas premissas podem ter um impacto material sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Durante nossos exames de auditoria, envolvemos especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos ativos e passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, descritas na nota 29 às demonstrações financeiras. Confrontamos estas premissas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência

Powered by MZiQ

desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas da área atuarial nos auxiliaram na realização de procedimentos voltados à identificação de eventuais planos de benefícios pós emprego que não tivessem sido previamente identificados e na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos e gestão de índices financeiros

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para minimizar os riscos de taxas de juros e cambial das suas operações de empréstimos e financiamentos. Tais empréstimos e financiamentos, em alguns casos, possuem índices financeiros (covenants) que precisam ser alcançados. Parte desses instrumentos financeiros derivativos foi designada comoinstrumento de hedge de valor justo, sendo aplicada a contabilidade de hedge (hedge accounting). Consequentemente, os ganhos ou perdas resultantes da mensuração do valor justo desses instrumentos, bem como do valor justo dos respectivos empréstimos e financiamentos objeto de hedge, são registrados no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2016, o resultado dessas operações totalizou R$ 1.380.785 mil. A utilização de instrumentos financeiros derivativos, a designação como instrumento de hedge e a mensuração do valor justo de tais instrumentos é complexa. Além disso, há o risco de que ganhos ou perdas decorrentes de operações de hedge não sejam adequadamente apurados, resultando em um impacto significativo nas demonstrações financeiras e em índices financeiros. Em função dos requisitos técnicos que são aplicáveis na utilização da contabilidade de hedge e ao eventual impacto da aplicação incorreta desses requisitos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Durante nossos exames de auditoria, envolvemos especialistas em instrumentos financeiros para nos auxiliar na revisão dos cálculos de valor justo dos derivativos e dos empréstimos dos quais são objeto do hedge. Testamos com base em uma amostra de transações, se a documentação dessas operações de hedge é apropriada para a designação como contabilidade de hedge. Além disto, avaliamos o cálculo da efetividade das relações de hedge e a contabilização da estrutura de contabilidade de hedge, bem como testamos o cálculo dos índices financeiros dos empréstimos e financiamentos e debêntures.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre estes assuntos, que estão mencionadas no resumo de políticas contábeis (nota 3.6) e nas notas 15 e 27 às demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Powered by MZiQ

causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a

Powered by MZiQ

menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de abril de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/F-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

Powered by MZiQ

PARECER DO CONSELHO FISCAL OU ÓRGÃO EQUIVALENTE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da NEOENERGIA S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinado, em reunião nesta data: i) as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, considerando os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia e ii) os relatórios dos auditores independentes, sendo EY para as Demonstrações Financeiras reapresentadas do exercício de 2016 e KPMG Auditores Independentes para as Demonstrações Financeiras reapresentadas do exercício de 2017 e 2018.

Com fundamento nas análises realizadas e no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, cujas alterações não ensejam mudanças no lucro líquido nem no patrimônio líquido reapresentados, sendo apenas reclassificações entre linhas para homogeneização e melhor comparabilidade dos exercícios, este Conselho opina que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 2019.

Francesco Gaudio Presidente do Conselho Fiscal

Camilo Buzzi

Eduardo Valdés Sanchez

João Guilherme Lamenza

Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

Powered by MZiQ

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

O Diretor Presidente e os demais Diretores da NEOENERGIA S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78 4º Andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da EY correspondente à reapresentação das demonstrações financeiras da NEOENERGIA, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e da KPMG correspondente às reapresentações das demonstrações financeiras da NEOENERGIA, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018; e

(II) reviram, discutiram e concordam com a reapresentação das demonstrações financeiras da NEOENERGIA relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, cujas alterações referem-se apenas a reclassificações entre linhas para homogeneização de critérios e melhor comparabilidade entre os anos, sem alterações de lucro líquido ou patrimônio líquido dos períodos reapresentados.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2019.

Mário José Ruiz-Tagle Larrain
Diretor Presidente

Leonardo Pimenta Gadelha
Diretor Executivo de Finanças (adicionalmente RI)

Solange Ribeiro
Diretora Presidente Adjunta

André Augusto Telles Moreira
Diretor Executivo de Distribuição

Eduardo Capelastegui
Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento

Lara Piau
Diretora Executiva Jurídica

Laura Porto
Diretora Executiva de Renováveis

Rogério Martins
Diretor Executivo de Recursos

Simone Borsato
Diretora Executiva de Desenvolvimento

Powered by MZiQ

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

O Diretor Presidente e os demais Diretores da NEOENERGIA S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78 4º Andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da EY correspondente à reapresentação das demonstrações financeiras da NEOENERGIA, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e da KPMG correspondente às reapresentações das demonstrações financeiras da NEOENERGIA, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018; e

(II) reviram, discutiram e concordam com a reapresentação das demonstrações financeiras da NEOENERGIA relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, cujas alterações referem-se apenas a reclassificações entre linhas para homogeneização de critérios e melhor comparabilidade entre os anos, sem alterações de lucro líquido ou patrimônio líquido dos períodos reapresentados.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2019.

Mário José Ruiz-Tagle Larrain
Diretor Presidente

Leonardo Pimenta Gadelha
Diretor Executivo de Finanças (adicionalmente RI)

Solange Ribeiro
Diretora Presidente Adjunta

André Augusto Telles Moreira
Diretor Executivo de Distribuição

Eduardo Capelastegui
Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento

Lara Piau
Diretora Executiva Jurídica

Laura Porto
Diretora Executiva de Renováveis

Rogério Martins
Diretor Executivo de Recursos

Simone Borsato
Diretora Executiva de Desenvolvimento

Powered by MZiQ

Relatório da Administração
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Disclaimer

Esse documento foi preparado pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da NEOENERGIA e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da NEOENERGIA.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da NEOENERGIA sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores da NEOENERGIA.

TÓPICOS DO RELATÓRIO

- MENSAGEM DO PRESIDENTE
- CONJUNTURA ECONÔMICA
- DESTAQUES 2016
- SUMÁRIO EXECUTIVO
- DESEMPENHO DO NEGÓCIO
- INVESTIMENTOS
- DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
- PRÁTICAS DE GESTÃO
- ESTRUTURA SOCIETÁRIA E BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA
- AMBIENTE REGULATÓRIO
- RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
- SAÚDE E SEGURANÇA
- OUTROS DESTAQUES

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em 2016, o Grupo Neoenergia teve um desempenho econômico-financeiro robusto, ainda que num contexto macroeconômico adverso, com pressões sobre custos financeiros e operacionais. O EBITDA consolidado ajustado foi de R$ 2,76 bilhões e o Lucro Líquido de R$ 407 milhões, excluindo o impacto de eventos não recorrentes, resultantes da venda das PCHs abaixo do valor contábil, um aumento de 23,57% e 31,42%, respectivamente, comparado com 2015. Com os impactos não recorrentes temos um EBITDA consolidado de R$ 2,69 bilhões, 20,74 maior que 2015, e lucro líquido de R$ 354,3 milhões, queda de 2,1% em relação ao ano passado.

O ano de 2016 também foi marcado por melhoras significativas em indicadores de qualidade e eficiência de nossas distribuidoras e o recorde de geração de nossa usina térmica, impactando positivamente o resultado. O DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) da Celpe apresentou 18,2% de redução em relação a 2015, e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) caiu 12,3% no mesmo período. Na Coelba e na Cosern o DEC caiu 7,6% e 8%, respectivamente. Estes resultados suportaram a obtenção pela Cosern do melhor Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) do Brasil entre as distribuidoras acima de 400 mil consumidores, enquanto que na Celpe esse mesmo índice subiu 27,8% em relação ao ano passado, fechando o ano de 2016 com o melhor Índice da história da Companhia. Na Coelba destacamos o aumento de 2,71% do índice de Arrecadação.

Contribuíram para estes resultados os investimentos da ordem de R$ 2,5 bilhões, sendo R$ 2,4 bilhões em controladas e R$ 0,1 bilhão em coligadas e controladas em conjunto. Do montante total, 61% foram destinados à distribuição, com um crescimento de 38 % em relação ao investido em 2015.

Ainda sobre nossas distribuidoras, mesmo com o comportamento do PIB, o volume de energia distribuído pelo Grupo foi de 38.542 GWh, crescendo 1,93% em relação a 2015, enquanto que a energia distribuída do Brasil recuou 0,9% no mesmo período. Na Coelba esse crescimento foi de 3,59%, na Cosern foi de 1,28% e a Celpe teve um leve recuo de 0,12%. No segmento de geração merece destaque o desempenho operacional da UHE Termopernambuco, que teve em 2016, seu recorde geração bruta de energia, alcançando 4.039 GWh. Em transmissão destacamos a energização de Potiguar Sul, nossa primeira linha de 500 kV, com 197 Km de extensão e investimento total de R$ 250 milhões.

Refletindo a atuação socioambiental, merece destaque a parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), dentro da iniciativa Selo Unicef Município Aprovado: 112 municípios receberam o selo nos estados da Bahia (28), Pernambuco (35) e Rio Grande do Norte (49), em reconhecimento a ações desenvolvidas para reduzir desigualdades que afetam a vida de milhares de crianças e adolescentes no semiárido brasileiro. Por sua conduta em prol do desenvolvimento sustentável, Coelba, Celpe e Cosern receberam o Selo Energia Sustentável do Instituto Acende Brasil para o período 2017-2019: Celpe na categoria ouro, e Coelba e Cosern na categoria prata.

Essas conquistas não seriam possíveis sem o empenho de nossa força de trabalho. Coroando o esforço de nossos colaboradores, O Grupo Neoenergia está entre as 10 melhores empresas do Brasil para iniciar a carreira, segundo o Guia Você S.A e a Cosern sagrou-se bicampeã em dois dos mais importantes prêmios na área de Gestão de Pessoas: eleita pelo segundo ano consecutivo como uma das 35 melhores empresas para se trabalhar no Brasil pela pesquisa Great Place to Work 2016, e uma das 150 melhores pelo Guia Você S.A. 2016.

Por ser uma empresa ética e comprometida com a prevenção e o combate à corrupção, o Grupo Neoenergia foi uma das 25 (entre 195 inscritas) a receber o Prêmio Empresa Pró-Ética 2016, uma iniciativa do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e do Instituto Ethos.

O desempenho do Grupo Neoenergia em 2016 reitera seu compromisso com os clientes através da melhoria contínua na gestão de suas operações, seu foco em resultados sustentáveis e sua capacidade de geração de valor para o acionista, mesmo num ambiente de negócios desafiador.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2016 foi marcado pela recessão da economia brasileira, alta no índice de desemprego e deterioração dos indicadores econômicos, consequência dos desequilíbrios acumulados no ciclo de expansão dos anos anteriores e da crise política que aumentou a incerteza do mercado sobre a recuperação da economia. Resultando em uma redução de 3,5% no PIB brasileiro em relação ao ano de 2015, de acordo com a projeção do Relatório Focus do Banco Central de 30 de dezembro de 2016.

Esse cenário refletiu-se no setor elétrico com o decréscimo no consumo de energia. Comparando o consumo acumulado até dezembro de 2016 com o mesmo período do ano anterior, o Nordeste apresentou retração de 0,3% e o Brasil de 0,9% de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Os principais indicadores econômicos que afetam a operação da Companhia são: (i) Indicadores de Inflação - IPCA e IGPM e (ii) Taxas de Juros – TJLP e CDI. O primeiro grupo é utilizado como correção de preços e serviços prestados e contratados pelas empresas do Grupo. Já o segundo grupo compreende os indicadores que servem como principais indexadores de dívida da Companhia.

O IPCA e IGPM sofreram uma redução em relação ao ano de 2015. O IPCA e IGPM no acumulado do ano de 2016 registraram 6,28% e 7,19% respectivamente, contra 10,67% e 10,54% em 2015.

A TJLP e CDI sofreram aumento em relação ao ano de 2015. A TJLP durante o ano de 2016 registrou o valor de 7,5% a.a., em contrapartida no início de 2015 a taxa apresentada era de 5,5% e sofreu constantes aumentos até finalizar o ano em 7,0%. Quando comparamos o CDI acumulado de 2016 com o ano anterior, observamos uma variação positiva de 0,76 p.p..

As expectativas do Banco Central para 2017, de acordo com o Relatório Focus, é que o PIB apresente um crescimento de 0,5% em relação ao de 2016. Para a inflação é esperado que ela permaneça controlada, visto a projeção de 4,87 % a.a. e 5,08 % a.a. para o IPCA e IGPM, respectivamente.

DESTAQUES 2016

- A Neoenergia totalizou 38.542 GWh de Energia Distribuída representando um aumento de 1,93% em relação a 2015, enquanto que a Energia Distribuída do Brasil caiu 0,9%.
- A Cosern encerrou o ano com 1,05% de Perdas Não Técnicas, o menor valor nos últimos 5 anos, resultado das ações previstas no Plano de Redução de Perdas. Em 2016, foram aplicados cerca de R$ 16,16 milhões em ações de combate às perdas.
- Em 2016 fizemos um investimento de R$ 2.498 milhões, sendo o volume de R$ 2.489 milhões destinados as Distribuidoras do Grupo, com um aumento de 38% em relação a 2015.
- Alcançamos um EBITDA de R$ 2.686 milhões no acumulado do ano (+20%)
- A UHE Termopernambuco registrou valores de geração e potência máxima recordes em 2016, contribuído para o resultado do Grupo.
- A Celpe conquistou o Selo Ouro Energia Sustentável, do Instituto Acende Brasil, para o período 2017-2019, por comprovar o atendimento a 11 compromissos socioambientais.
- A transmissora Potiguar Sul obteve a licença de operação em tempo recorde, após a vistoria de finalização da obra feita pelo IBAMA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

- Aumento na Receita Operacional Bruta de R$ 702 milhões (+3,3%) devido ao impacto positivo na receita de fornecimento gerado pelo maior volume de energia vendida para o mercado cativo, aliado ao aumento da receita de uso de rede, ocasionado pela migração de clientes industriais para o mercado livre.
- Expressiva melhora no DEC das nossas Distribuidoras: Coelba (-7,59%), Celpe (-18,18%) e Cosern (-8,15p.p)
- Comportamento positivo do Índice de Arrecadação: Coelba (2,7%), Celpe (0,9%) e Cosern (1,8%)
- Em 2016, o IASC (Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor) da Cosern foi de 77,91%, conquistando o 1º lugar no Brasil entre as distribuidoras acima de 400 mil consumidores. A CELPE conquistou neste mesmo ranking, o 4º lugar, atingindo o melhor IASC da sua história, 72,98%.

Dados econômicos-financeiros (R$ mil)	Acumulado		Variação
	2016	2015	%
Receita Operacional Bruta	**22.199.181**	**21.496.980**	**3,27**
Receita Operacional Líquida	14.834.231	14.611.187	1,53
EBITDA	**2.686.412**	**2.225.013**	**20,74**
Resultado do Serviço - EBIT	1.857.425	1.454.553	27,70
Resultado Financeiro	(1.296.614)	(872.245)	48,65
Lucro Líquido Antes das Participações Minoritárias	354.303	371.983	(4,75)
Lucro Líquido Participações Minoritárias	51.434	62.596	(17,83)
Lucro (Prejuízo) Líquido	**302.869**	**309.387**	**(2,11)**

Indicadores Financeiros de Margem (%)	2016	2015	Variação (%)
Margem EBITDA	18,11%	15,23%	2,88
Margem EBIT	12,52%	9,96%	2,57
Margem Líquida Consolidada	2,04%	2,12%	(0,08)

Informações Patrimoniais Consolidadas (R$ mil)	2016	2015	Variação (%)
Ativo Total	27.967.404	27.371.492	2,18
Dívida Bruta	11.347.007	10.154.675	11,74
Dívida Líquida[1]	9.884.883	7.552.547	30,88
Patrimônio Líquido Consolidado	9.219.765	9.314.882	(1,02)
Patrimônio Líquido Atribuído aos Controladores	8.705.816	8.804.574	(1,12)

Indicadores Financeiros de Dívida	2016	2015	Variação (%)
Dívida Líquida/EBITDA[2]	3,68	3,39	8,40
Índice de Endividamento[3]	0,48	0,39	23,90

Indicadores de Ações	2016	2015	Variação (%)
Valor Patrimonial de Ação da Holding (R$)	1,49	1,50	(0,02)
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação da Holding (R$)[2]	0,05	0,05	(0,00)

[1]Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
[3]Índice de Endividamento Líquido = Dívida líquida/Dívida bruta + Patrimônio Líquido
p.p - Pontos Percentuais

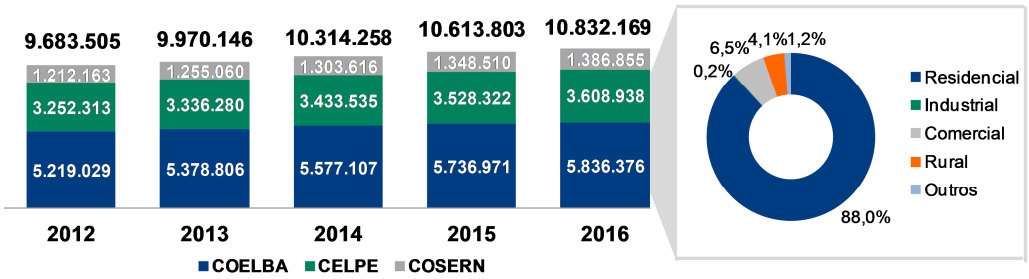
1 DESEMPENHO DO NEGÓCIO

O Grupo Neoenergia atua nos segmentos de distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia através das suas controladas, coligadas e controle conjunto.

REDES

1.1 DISTRIBUIÇÃO

Em 2016, a Neoenergia por meio das três distribuidoras do Grupo - Coelba no Estado da Bahia, Celpe no Estado de Pernambuco e Cosern no Estado do Rio Grande do Norte, alcançou o patamar de 10,8 milhões de consumidores ativos, registrando um crescimento de 2,1%, que representa um incremento de 218.366 novos clientes, em relação ao ano anterior. O gráfico abaixo reflete a evolução da quantidade consolidada dos consumidores ativos.



Em 2016, apesar do cenário de recessão econômica e retração do consumo de energia no Brasil de 0,9%, a Neoenergia totalizou 38.542 GWh de Energia Distribuída, representando um aumento de 1,93% em relação a 2015.

A energia vendida para o mercado cativo pelas Distribuidoras da Neoenergia nesse ano registrou aumento de 1,23% na comparação com 2015. Todas as empresas apresentaram crescimento, exceto a Celpe, que retraiu 1,48% em relação ao ano anterior.

Classe	2014		2015		2016		Variação 15/16 em %		Participação 2016 em %	
	Receita (R$ mm)	Volume (GWh)	Receita (R$ mm)	Volume (GWh)	Receita (R$ mm)	Volume (GWh)	Receita	Volume	Receita	Volume
COELBA										
Residencial	2.602	6.513	3.651	6.673	3.945	6.875	8,03	3,02	46,94	39,62
Industrial	788	2.675	1.060	2.560	1.013	2.463	(4,44)	(3,76)	12,06	14,20
Comercial	1.409	3.157	1.959	3.331	2.042	3.402	4,24	2,13	24,30	19,61
Rural	304	1.513	503	1.709	521	1.928	3,51	12,84	6,20	11,11
Outras Classes[1]	630	2.493	866	2.585	882	2.682	1,87	3,76	10,50	15,46
Subtotal COELBA	**5.733**	**16.351**	**8.040**	**16.858**	**8.403**	**17.351**	**4,52**	**2,92**	**100,00**	**100,00**
CELPE										
Residencial	1.800	4.759	2.538	4.841	2.698	4.852	6,33	0,23	46,41	43,02
Industrial	577	1.591	753	1.575	683	1.485	(9,30)	(5,73)	11,75	13,17
Comercial	1.082	2.467	1.518	2.633	1.509	2.582	(0,62)	(1,94)	25,95	22,89
Rural	147	637	226	674	224	668	(0,79)	(0,95)	3,86	5,92
Outras Classes[1]	547	1.777	722	1.725	699	1.692	(3,15)	(1,92)	12,03	15,00
Subtotal CELPE	**4.153**	**11.230**	**5.758**	**11.448**	**5.814**	**11.278**	**0,98**	**(1,48)**	**100,00**	**100,00**
COSERN										
Residencial	749	1.933	1.013	1.995	1.078	2.082	6,41	4,38	46,64	43,84
Industrial	166	519	208	485	208	475	(0,28)	(1,97)	8,99	10,01
Comercial	435	1.026	584	1.049	575	1.031	(1,53)	(1,76)	24,89	21,70
Rural	101	424	140	421	141	435	0,57	3,39	6,08	9,15
Outras Classes[1]	226	716	306	718	310	726	1,16	1,08	13,40	15,29
Subtotal COSERN	**1.676**	**4.617**	**2.251**	**4.668**	**2.311**	**4.749**	**2,65**	**1,74**	**100,00**	**100,00**
TOTAL	**11.563**	**32.198**	**16.049**	**32.974**	**16.528**	**33.378**	**2,99**	**1,23**	**-**	**-**

Nas três distribuidoras a classe residencial tem maior participação e apresentou aumento do consumo em relação a 2015. A Celpe manteve seu crescimento nessa classe estável, sendo fortemente afetada pelo aumento do desemprego no Estado. A manutenção do consumo da classe residencial da Celpe não superou a queda do consumo industrial e comercial, evidenciado pelo aumento de migrações para o mercado livre, resultando numa redução do volume total.

O Mercado Livre registrou um crescimento de 6,77% em 2016 comparado ao ano anterior. Esse movimento é resultado da migração de clientes cativos para o mercado livre, principalmente, da classe indústria, conforme mencionado anteriormente.

A energia contratada para atender o mercado em 2016 está detalhada na tabela abaixo:

Energia Contratada (GWh)	2016	Var (%) 2016/2015
Coelba	22.155	2,05
Celpe	15.299	2,17
Cosern	5.812	3,85

Os acréscimos foram decorrentes do início da vigência dos contratos de leilões dos quais as empresas participaram em anos anteriores. A energia foi adquirida a um custo médio total acumulado de R$ 156,18/MWh na Coelba, R$ 176,69/MWh na Celpe e R$ 164,92/MWh na Cosern, enquanto o PLD médio do Nordeste em 2016 foi de R$ 174/MWh.

Em 2016, mediante ao crescimento de mercado abaixo do esperado, as três distribuidoras terminaram o ano com sobra contratual, sendo 5,43% na COELBA, 7,06% na Celpe e 5,49% na Cosern, após participarem de mecanismos regulados para redução do seu nível contratual e devolver energia contratada para fornecimento do seu mercado de 0,49%, 2,06% e 0,43%, Coelba, Celpe e Cosern, respectivamente.

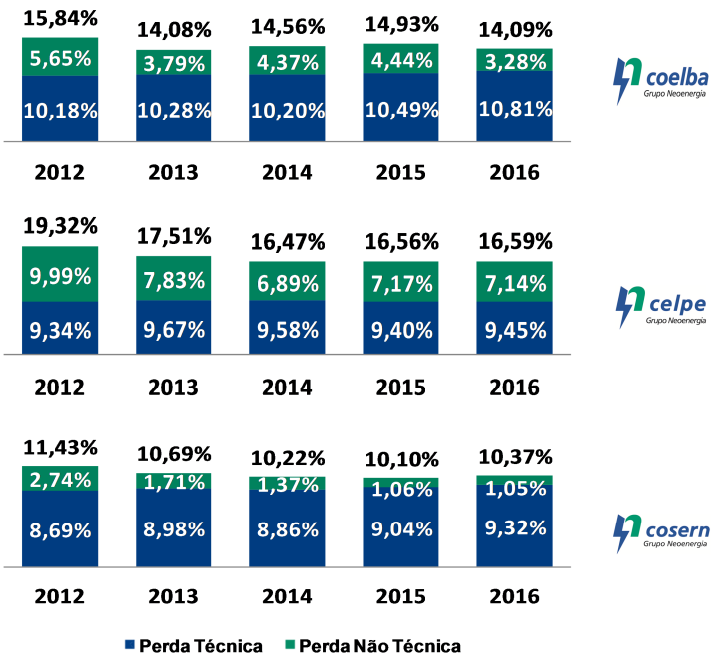
Como o cenário de sobrecontratação foi generalizado entre as distribuidoras do país, ocorreu um esforço tanto dos órgãos reguladores quanto dos agentes do setor (compradores e vendedores) para reduzir as sobras no âmbito nacional, criando mecanismos regulados de devolução de energia, comentados com mais detalhes no item Ambiente Regulatório.

Sobre os indicadores de qualidade do fornecimento de energia, em 2016, a COELBA, CELPE e COSERN registraram para o indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) valores iguais a 22,90, 15,80 e 13,52 horas respectivamente. Para o indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) foram registrados os valores de 8,79, 7,13 e 7,97 vezes para COELBA, CELPE e COSERN respectivamente.

Em 2016, o indicador DEC apresentou redução expressiva na COELBA, CELPE e COSERN de 1,88, 3,51 e 1,20 horas respectivamente em relação a 2015. O FEC apresentou redução na COELBA e CELPE de 0,03 e 1,00 vez quando comparamos ao ano de 2015. O único aumento registrado foi no FEC da COSERN de 0,46 vez em relação ano anterior, porém se mantendo dentro dos limites regulatórios.

A melhora nos indicadores é reflexo dos investimentos para modernização e substituição dos equipamentos da rede de distribuição, podas das árvores e melhoria no atendimento as ocorrências.

Já em relação às perdas, foram gastos com o Plano de Combate cerca de R$ 221,4 milhões em ações de otimização das perdas globais das distribuidoras, que evoluíram conforme mostram os gráficos a seguir:



Em relação ao desempenho da arrecadação, que é medido pelo Índice de Arrecadação – IAR, em 2016, alcançou 99,4% na Coelba, 97,3% na Celpe e 99,7% na Cosern, que em relação ao ano anterior foi positivo em 2,7 p.p., 0,9 p.p. e 1,8 p.p. respectivamente.

O cenário econômico desfavorável em 2016 exigiu das Distribuidoras um maior esforço para manter os níveis de arrecadação dos faturamentos, adotando medidas incisivas para assegurar o resultado. A seguir, as ações que se destacaram:

- 19,4 milhões de negativações, incremento de 2,8 milhões, comparado a 2015;
- 53,9 milhões de acionamentos por URA (Unidade de Resposta Audível) e SMS (Serviço de Mensagem), com incremento de 24,5 milhões de acionamentos comparado a 2015 em virtude do aumento da abrangência dos clientes nas primeiras faixas de atraso;
- Intensificação da atuação das Assessorias de Cobrança, com R$ 507,9 milhões arrecadados, representando aumento de R$ 200,2 milhões em relação à arrecadação de 2015;
- Redução do prazo dos parcelamentos para mitigar o risco de inadimplência e maximizar a arrecadação das parcelas
- Foco nos maiores débitos dos grandes clientes, com acompanhamento diferenciado e incremento das ações de cobrança
- Intensificação de visitas e envio de cartas aos órgãos do Poder Públicos e grandes clientes, visando realizar negociação das dívidas antigas

As distribuidoras mantêm uma estrutura de atendimento que facilita o acesso aos serviços disponibilizados pela empresa, tais como uma rede de atendimento de agências, teleatendimento, Site e serviço gratuito de SMS.

A Cosern, em 2016, conquistou o 1º lugar no Brasil, entre as distribuidoras acima de 400 mil consumidores, no Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC), que tem o objetivo de avaliar, a partir da percepção dos usuários, o grau de satisfação com as distribuidoras de energia elétrica. O índice é composto de cinco variáveis: qualidade percebida, valor, satisfação, confiança e fidelidade. Cada variável é avaliada (de zero a 100 pontos) por meio de entrevistas com clientes nas áreas de concessão das 101 distribuidoras do país, com amostras de acordo com o porte de cada uma.

1.2 TRANSMISSÃO

A Neoenergia atua no segmento de transmissão por meio das empresas detalhadas abaixo:

Transmissão - Em operação	Tipo	Participação Neoenergia	Localização	Entrada Operação	Prazo de Concessão
AFLUENTE T	Transmissão	87,80%	BA		30/07/2027
Linhas de Transmissão (Extensão Total 445 Km²)					
LT 230 KV Itagibá - Funil C-1				24/12/2002	
LT 230 KV Brumado II - Itagibá C-1				12/03/2001	
LT 230 KV Ford - Pólo C-2				30/09/2001	
LT 230 KV Ford - Camaçari IV C-2				30/09/2001	
LT 230 KV Ford - Pólo C-1				28/09/2001	
LT 230 KV Ford - Camaçari IV C-1				28/09/2001	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-1				01/07/1965	
LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-2				01/07/1965	
LT 138 KV Funil - Poções C-1				01/07/1982	
Subestações Rede Básica			BA		
Pólo (4 Entradas de Linha)				24/12/2002	
Ford (2 Entrada de Linha)				01/07/2001	
Funil (2 Entradas de Linha)				01/07/1994	
Camaçari IV (2 Entradas de Linha)				22/01/2015	
Tomba				01/07/1972	
Brumado II				01/07/2002	
Itagibá				01/01/2010	
SE NARANDIBA	Transmissão	100%	BA	04/06/2011	28/01/2039
Subestação de Narandiba					
Subestação de Narandiba - Ampliação				20/02/2014	
Subestação Brumado II				23/09/2014	28/08/2042
Subestação Extremoz II			RN	05/07/2015	10/05/2042
POTIGUAR SUL (Extensão Total 196km²)	Transmissão	100%	RN/PB	07/11/2016	25/07/2043
LT 500 KV Campina Grande III - Ceará-Mirim II-C2					

A transmissora Potiguar Sul, um investimento recentemente inaugurado, foi desenvolvido pela SPE Potiguar Sul, pertencente em 100% ao Grupo Neoenergia. Sua implantação somou investimentos da ordem de R$ 250 milhões e entrou em operação comercial em 07 de novembro de 2016. O contrato de concessão foi assinado junto a ANEEL em 1º de agosto de 2013, e seu prazo de concessão é de 30 anos, podendo, a critério exclusivo da ANEEL, ser renovado por, no máximo, outros 30 anos.

RENOVÁVEIS

1.3 GERAÇÃO HÍDRICA E EÓLICA

O Grupo Neoenergia atou em 2016 no segmento de geração renovável por meio de 29 usinas geradoras, sendo 12 hidrelétricas e 13 parques eólicos. Além desses empreendimentos em operação, temos 2 hidrelétricas e 3 parques eólicos em construção.

No quadro abaixo estão relacionadas as geradoras em operação do Grupo:

Geração em Operação	Tipo de Usina	Participação Direta e Indireta Neoenergia	Localidade	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Data da Concessão	
						Autorização	Vencimento
AFLUENTE G							
UHE Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	87,84%	Rio das Fêmeas - BA	10,65	8,55 MW	06/08/1997	19/10/2027
UHE Presidente Goulart			Rio Corrente - BA	8,00	5,2 MW	06/08/1997	08/08/2027
ITAPEBI							
UHE Itapebi[1]	Hidrelétrica - UHE	100,00%	Rio Jequitinhonha - BA	462,01	214,3 MW	28/05/1999	31/08/2035
RIO PCH I							
PCH Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	70,00%	Rio Itabapoana - RJ/ES	19,00	10,75 MW	18/12/2002	19/03/2033
PCH Pirapetinga				20,00	12,71 MW	18/02/2002	09/03/2033
CORUMBÁ III							
UHE Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	70,00%	Rio Corumbá - GO	96,45	50,9 MW	07/11/2001	14/02/2037
BAGUARI I							
UHE Baguari	Hidrelétrica - UHE	51,00%	Rio Doce - MG	140,00	80,2 MW	15/08/2006	31/12/2039
BAHIA PCH I							
PCH Sítio Grande	Hidrelétrica - PCH	100,00%	Rio da Fêmeas - BA	25,00	19,62 MW	10/12/1999	09/12/2029
GOIÁS SUL							
PCH Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	100,00%	Rio Veríssimo - GO	21,00	12,37 MW	18/02/2004	25/06/2034
PCH Goiandira				27,00	17,09 MW	18/12/2002	16/04/2033
ÁGUAS DA PEDRA							
UHE Dardanelos	Hidrelétrica - UHE	51,00%	Rio Aripuanã - MT	261,00	154,9 MW	03/07/2007	02/01/2043
TELES PIRES							
Teles Pires	Hidrelétrica - UHE	51,00%	Rio Teles Pires - MT/PA	1.819,80	930,7 MW	07/06/2011	06/06/2046
PARQUES EÓLICOS							
EOL Arizona 1	Eólica - UEE	50,00%	Rio do Fogo - RN	28,00	12,9 MW	04/03/2011	03/03/2046
EOL Caetité 1				30,00	13,3 MW	16/10/2012	16/10/2047
EOL Caetité 2			Caetité - BA	30,00	11,2 MW	07/02/2011	06/02/2046
EOL Caetité 3				30,00	11,2 MW	24/02/2011	23/02/2046
EOL Calango 1				30,00	13,9 MW	28/04/2011	27/04/2046
EOL Calango 2				30,00	11,9 MW	09/05/2011	08/05/2046
EOL Calango 3			Bodó, Lagoa Nova - RN	30,00	13,9 MW	30/05/2011	29/05/2046
EOL Calango 4				30,00	12,8 MW	19/05/2011	18/05/2046
EOL Calango 5				30,00	13,7 MW	02/06/2011	01/06/2046
EOL Mel 2			Areia Branca - RN	20,00	9,8 MW	28/02/2011	27/02/2046
EOL Calango 6			Bodó-RN	30,00	18,5MW	20/11/2014	19/11/2049
EOL Santana 1			Bodó-RN	30,00	17,3MW	14/11/2014	13/11/2049
EOL Santana 2			Lagoa Nova-RN	24,00	13,1MW	14/11/2014	13/11/2049

[1] A Itapebi é controlada diretamente pela Neoenergia (42%) e indiretamente pela Termopernambuco (58%)
[2] Energia garantida

Em 28 de novembro de 2016, a Neoenergia publicou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou, na mesma data, com a Contour Global do Brasil Participações LTDA. (“Contour”), Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas e Outras Avenças (“Contrato de Compra e Venda”), por meio do qual seráalienadaà Contour a totalidade da participação societária detida pela Neoenergia nas seguintes sociedades: (i) Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.; (ii) Bahia PCH I S.A.; (iii) Goiás Sul S.A.; (iv) Rio PCH S.A.; e (v) EnergyWorks do Brasil Ltda., com Capuava Energy Ltda. (“Sociedades”).

A Operação é consistente com a estratégia da Neoenergia de gestão do portfólio de ativos, visando simplificar sua base operacional e focando em ativos de maior porte. A administração da Neoenergia entende que a realização da Operação trará benefícios à capacidade operacional e financeira da Companhia, face aos compromissos de investimentos da Neoenergia em expansão e qualidade. E, conforme o disposto no Contrato de Compra e Venda, a conclusão da Operação está sujeita aos termos e condições geralmente adotadas nesta espécie de transação, incluindo a autorização de órgãos governamentais, como o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não concluídos até 31 de dezembro de 2016.

Dos investimentos em andamento, a Neoenergia tem participação nas usinas detalhadas no quadro abaixo:

Geração em Construção	Tipo de Usina	Participação Direta e Indireta da Neoenergia	Localidade	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Data da Concessão	
						Autorização	Vencimento
BELO MONTE							
Belo Monte	Hidrelétrica - UHE	10,00%	Rio Xingu - PA	11.233,10	4.571 MW	26/08/2010	25/08/2045
GERAÇÃO CÉU AZUL							
Baixo Iguaçu	Hidrelétrica - UHE	70,00%	Rio Iguaçu - PR	350,20	172,8 MW	20/08/2012	14/09/2049
PARQUES EÓLICOS							
EOL Canoas	Eólica - UEE	50,00%	São José do Sabugí – PB	31,50	17,1MW	04/08/2015	03/08/2050
EOL Lagoa 1			Santa Luzia – PB	31,50	18,6MW	04/08/2015	03/08/2050
EOL Lagoa 2			São José do Sabugí – PB	31,50	16,4MW	04/08/2015	03/08/2050

Da UHE Belo Monte, a Neoenergia possui 10% de participação na Norte Energia, através da SPE Belo Monte Participações S.A. Durante o ano de 2016, a UHE Belo Monte alcançou marcos importantes, como a entrada em operação comercial de três unidades geradoras das dezoito previstas para a casa de força principal (UHE Belo Monte), perfazendo 1.833 MW de um total de 11.000 MW. Na casa de força secundária (UHE Pimental), entraram em operação comercial cinco (194 MW) das seis unidades previstas (233 MW).

Sobre a UHE Baixo Iguaçu, a Neoenergia, através da sua subsidiária integral Geração Céu Azul, arrematou a concessão para construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu no 7º Leilão de Energia Nova A-5 organizado pela ANEEL. A UHE localizada no Rio Iguaçu, estado do Paraná, terá capacidade instalada de 350,20 MW e 172,8 MW médios de garantia física.

Em janeiro de 2016 foi deferido o requerimento de excludente de responsabilidade através do despacho nº 130 da ANEEL que concedeu o prazo de 626 dias no mês seguinte, as obras foram retomadas em sua plenitude. Contudo, ainda em fevereiro, o Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu apresentou pedido de reconsideração ao processo de excludente de responsabilidade deliberado pela ANEEL e, em 26 de abril o recurso foi analisado e julgado, tendo sido retificado o período reconhecido como excludente de responsabilidade para 756 dias, por meio do Despacho n.º 1.078, de 03 de maio de 2016. Com isso o novo cronograma de implantação prevê a entrada em operação da 1ª Unidade Geradora (UG) em 20 de maio de 2018, a 2ª UG em 21 de julho de 2018 e a 3ª UG em 18 de setembro de 2018. Também foi postergado o início do período de suprimento dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs - para 27 de setembro de 2018.

Em relação aos parques eólicos, o Grupo Neoenergia, através de uma *Joint Venture* com a Iberdrola, arrematou no leilão A-5 de 2015 –os parques Canoas, Lagoa 1 e Lagoa 2 (94,5MW instalados), cujos contratos de comercialização de energia determinam a entrada em operação em 01 de janeiro de 2019. Os projetos avançaram ao longo de 2016, tendo suas obras iniciadas no mês de agosto deste ano. Esses empreendimentos têm previsão de inicio da operação comercial para outubro de 2017, de forma antecipada ao compromisso firmado em contrato produto do leilão A-5 2014 (01 de janeiro de 2019). A energia gerada entre a data de operação comercial e a data de inicio do CCEAR será comercializada no ambiente de comercialização livre.

LIBERALIZADOS

1.4 COMERCIALIZAÇÃO

A NC Energia é a comercializadora do Grupo Neoenergia e, em 2016, contratou operações na ordem de 920 MWméd, valor foi superior em 10,8% em relação ao ano anterior, realizando vendas totais acima de R$ 1,2 bilhão.

Destacamos as principais ações da nossa Comercializadora:

- Gestão da Energia Livre de Itapebi, com assunção do risco hidrológico por parte da comercializadora
- Gerenciamento da compra de lastro com redução de custos (CHTP, EAPSA, Termope e Itapebi)
- Atuação para descontratação de CHTP junto à CCEE e contrapartes, visando aumento de receita para o Grupo
- Estudos para subsidiar a repactuação do GSF de CHTP

- Implantação da nova estrutura da comercializadora, incluindo a estruturação para o desenvolvimento de novos serviços
- Estruturação de modelo de negócio de produto massificado visando o mercado das distribuidoras do Grupo Neoenergia com o potencial de receita de R$35 MM em 5 anos
- Implantação do projeto piloto de gestão de energia para clientes livres e cativos com foco na fidelização desses clientes
- Revisão da Política de Riscos da NC Energia, em razão da incorporação dos riscos de Itapebi na carteira da comercializadora

1.5 GERAÇÃO TERMOELÉTRICA

O Grupo Neoenergia atou em 2016 no segmento de geração térmica por meio de 2 usinas geradoras e 5 usinas de co-geração em operação:

Geração em Operação	Tipo de Usina	Participação Direta e Indireta Neoenergia	Localidade	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Data da Concessão	
						Autorização	Vencimento
CELPE							
Fernando de Noronha	Termelétrica Diesel	89,65%	Fernando de Noronha - PE	4,08	1,6 MW	21/12/1989	21/12/2019
TERMOPE							
UTE Termope	Termelétrica - UTE	100,00%	Suape - Ipojuca - PE	532,70	504,2 MW	18/12/2000	18/12/2030
ENERGYWORKS [2]							
UTE Kaiser Jacareí	Termoelétrica - UTE	100,00%	Jacareí - SP	8,59	7,9 MW	1998	2028
UTE Corn Mogi			Mogiguaçu - SP	30,78	30,0 MW	2003	2031
UTE Corn Balsa			Balsa Nova - PR	9,12	8,7 MW	2002	2031
UTE Brahma Rio			Rio de Janeiro - RJ	13,80	11,6 MW	1999	2028
UTE Capuava Energy			Santo André – SP	18,02	12,0 MW	2000	2020

2. INVESTIMENTOS

O Grupo Neoenergia encerrou o ano de 2016 com um investimento total realizado por todas as suas participadas no valor de R$ 3.881.691 mil, sendo que para as empresas não controladas ou de controle conjunto foi considerada somente a participação proporcional detida pelo Grupo.

O montante consolidado, que compreende todos os investimentos realizados pelas companhias a qual o Grupo Neoenergia controla, o valor total foi de R$ 2.876.394 mil. Esses foram direcionados da seguinte forma:

R$ Milhões

Consolidado	2016
Redes	2.427.796
Liberalizado	64.061
Renováveis	381.358
Holding	3.179
Total Investimentos	**2.876.394**

Nota[1]: Correspondem as Holdings, Neoserv e Neoenergia Comercialização

Os demais investimentos realizados pelas companhias a qual o Grupo participa do controle ou tem influência significativa na sua administração corresponde ao montante de R$ 1.005.297 mil, nas seguintes companhias:

Valores em R$ mil

Investimento em Controladas em Conjunto ou Coligadas	2016
Energética Águas da Pedra	29
Teles Pires	135.607
Belo Monte	593.904
Eólicas	275.758
Total	**1.005.297**

Nota: Os investimentos consideram a participação da Neoenergia nos empreendimentos

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

3.1. LAJIDA (EBITDA)

3.1.1. CONCILIAÇÃO DO EBITDA

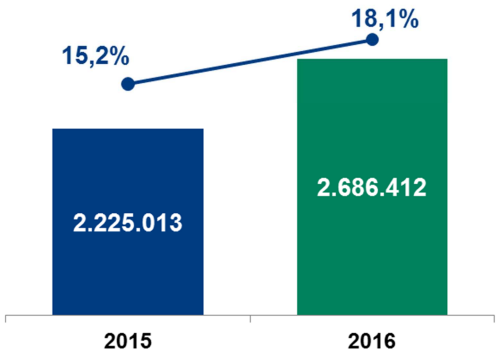
Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação do LAJIDA (EBITDA) - R$ Mil	Acumulado		Variação (%)
	2016	2015	Acumulada
Lucro (Prejuízo) Líquido	302.869	309.387	(2,11)
Participações Minoritárias	51.434	62.596	(17,83)
Lucro Líquido Antes das Participações Minoritárias (A)	354.303	371.983	(4,75)
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido (B)	206.508	210.325	(1,81)
Amortização e Depreciação (C)	719.127	682.483	5,37
Amortização de ágio (D)	109.860	87.977	24,87
Receitas Financeiras (E)	(4.166.788)	(4.734.622)	(11,99)
Despesas Financeiras (F)	5.463.402	5.606.867	(2,56)
LAJIDA (EBITDA) = (A) + (B) + (C) + (D) + (E) + (F)	**2.686.412**	**2.225.013**	**20,74**

3.1.2. EBITDA E MARGEM EBITDA

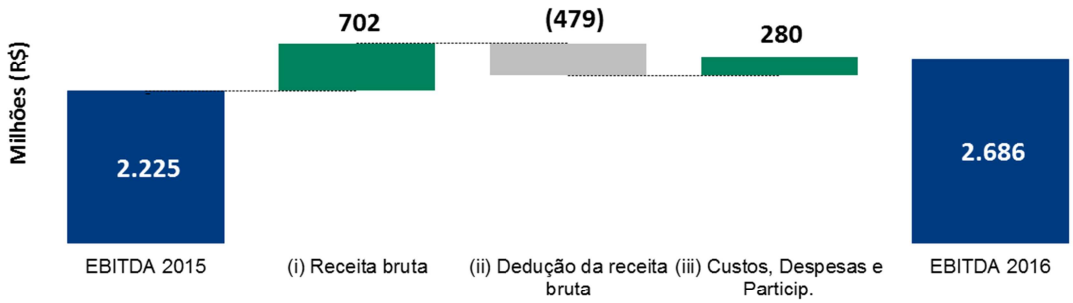
O Grupo apurou em 2016 o EBITDA de R$ 2.686.412 mil com aumento de 20,74%, equivalente a R$461.399 mil, em relação ao ano anterior. A margem EBITDA em 2016 foi de 18,1%, apresentando um acréscimo de 2,9 p.p. em relação ao ano de 2015.

EBITDA (R$ mil) e Margem EBITDA (%)



3.1.3. EVOLUÇÃO DO EBITDA

A variação observada no EBITDA do Grupo foi decorrente dos seguintes itens abaixo destacados:



(i) Receita Bruta do Grupo cresceu 3,3% em comparação ao ano de 2015, saindo de R$ 21.497 milhões em 2015, para R$ 22.199 milhões em 2016. No item 3.2.1 deste relatório será apresentado maiores detalhes das justificativas dessa variação.

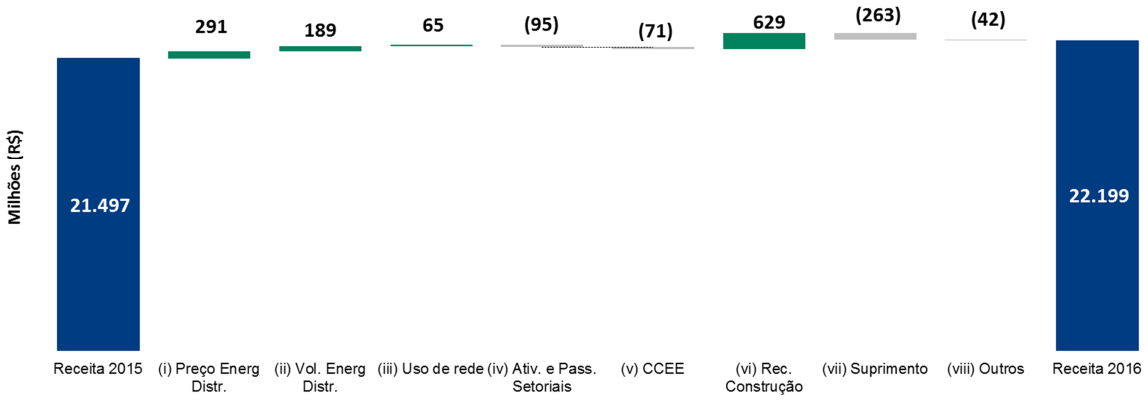
(ii) As Deduções da Receita Bruta sofreram um aumento de 7,0%, quando comparado o ano de 2016 com 2015. Isso representa uma variação negativa de R$ 480 milhões. No item 3.2.2 deste relatório será abordado com mais detalhes os principais impactos que ocasionaram essa variação.

(iii) Os custos, despesas e os resultados de participação da Companhia tiveram uma redução de 1,7%, que equivale a R$ 221 milhões no ano de 2016 em comparação ao ano 2015. Eles atingiram o montante de R$ 12.745 milhões em 2016, contra R$ 12.966 milhões em 2015. No item 3.3 deste comentário será abordado com mais detalhes os principais impactos que ocasionaram essa variação.

3.2. RECEITA OPERACIONAL

3.2.1 RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Receita Operacional Bruta Consolidada - R$ mil	Acumulado		Variação	
	2016	2015	R$ mil	%
Residencial	7.720.861	7.201.928	518.933	7,21
Industrial	1.902.103	2.021.809	(119.706)	(5,92)
Comercial	4.127.828	4.061.027	66.801	1,64
Rural	886.141	869.503	16.638	1,91
Poder público	854.653	844.394	10.259	1,21
Iluminação pública	476.743	476.244	499	0,10
Serviço público	559.976	573.737	(13.761)	(2,40)
Receita de uso de rede	455.345	390.435	64.910	16,63
Fornecimento Faturado	**16.983.650**	**16.439.077**	**544.573**	**3,31**
Fornecimento não faturado	(35.725)	38.666	(74.391)	(192,39)
Total Fornecimento	**16.947.925**	**16.477.743**	**470.182**	**2,85**
Subvenção à tarifa social baixa renda	1.078.564	970.856	107.708	11,09
Suprimento	1.371.363	1.634.595	(263.232)	(16,10)
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	604.984	676.187	(71.203)	(10,53)
Valores a Receber da Parcela A e Outros Itens Financeiros	(361.665)	(266.286)	(95.379)	35,82
Receita de construção da infraestrutura da concessão	2.059.358	1.430.308	629.050	43,98
Receita de concessão	35.099	38.805	(3.706)	(9,55)
Outras receitas	463.553	534.772	(71.219)	(13,32)
Receita Operacional Bruta Consolidada	**22.199.181**	**21.496.980**	**702.201**	**3,27**



Os fatores determinantes da variação da Receita Bruta no ano de 2016 em relação ao ano de 2015 foram:

Aumento da Receita de Fornecimento, em R$ 479.663 mil, excluindo-se o efeito do uso de rede de R$ 64.910 mil, decorrente, principalmente, de dois efeitos: (i) Efeito do Preço da Energia Distribuída e (ii) Efeito do Volume da Energia Distribuída

(i) Efeito Preço: o Reajuste Tarifário Anual aplicado a partir de abril de 2016 com incremento médio percebido pelo consumidor na tarifa de 10,72%, 9,99% e 7,73% para Coelba, Celpe e Cosern, impactaram positivamente a Receita de Fornecimento em R$ 290.933mil.

(ii) Efeito do Volume: O aumento do volume de energia distribuída de 1,23% no mercado cativo impactou positivamente a Receita de Fornecimento em R$ 188.730 mil. Apesar do cenário econômico adverso, a Coelba e Cosern apresentaram aumento de 2,92% e 1,74% respectivamente, no volume de energia distribuída para o mercado cativo, com destaque positivo para as classes residencial e rural, enquanto a Celpe registrou uma queda de 1,48%.

(iii) Aumento na receita de uso de rede em 16,63%, no valor de R$ 64.910 mil, em virtude, principalmente:

(a) Da variação positiva das Distribuidoras do Grupo, no valor de R$ 51.443 mil, devido à migração de clientes industriais para o mercado livre contribuindo com dois efeitos: (i) aumento do consumo em 327 GWh com impacto do efeito volume de R$ 29.338 mil; e (ii) aumento no preço médio por consumo do mercado livre, sendo o efeito preço de R$ 22.105 mil.
(b) As Transmissoras da Neoenergia contribuíram com R$ 13.467 mil para o aumento da receita de uso de rede.

(iv) No Consolidado, a variação negativa de R$ 95.379 mil na conta de Valores a receber da parcela A e Outros Itens Financeiros entre 2016 e 2015, é resultado do efeito líquido da elevação da constituição normal passiva no valor de R$ 166.194 mil, e da redução da amortização normal passiva no valor de R$ 70.815 mil, com base nos saldos homologados pela ANEEL nos reajustes tarifários de 2016 e 2015 das três distribuidoras.

(a) Na mesma conta, o registro contábil de 2016 foi negativo no valor de R$ 361.665 mil, sendo composto pela constituição normal dos passivos de R$ 19.924 mil decorrente dos custos realizados abaixo da cobertura tarifária e R$ 341.741 mil referente à reversão passiva da Parcela A

(v) Redução da Receita da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE”, no montante de R$ 71.203 mil, devido:

(a) As Distribuidoras registraram uma redução de R$ 162.426 mil em 2016 devido à redução da sobra contratual, após participarem de mecanismos regulados para redução do seu nível contratual, aliada a redução do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD - médio Nordeste de 44%.

(b) As Geradoras e a Comercializadora do Grupo registraram juntas um aumento de R$ 91.223 mil, principalmente devido ao impacto de Termopernambuco no valor de 26.224 mil relacionado à maior geração e a menos dias de paradas programadas em relação a 2015. A NC Comercializadora contribuiu positivamente com R$ 43.686 mil.

(vi) Aumento R$ 629.050 mil na Receita de Construção, que é constituída por investimentos em infraestrutura líquida de recursos de obrigações especiais, e contribuiu com uma variação favorável de 43,98% Esse aumento foi ocasionado pelos maiores gastos com investimento líquido observado nas distribuidoras do Grupo Neoenergia, quando comparado com o ano anterior, sem impacto no resultado, pois temos a contrapartida de Custos no mesmo valor.

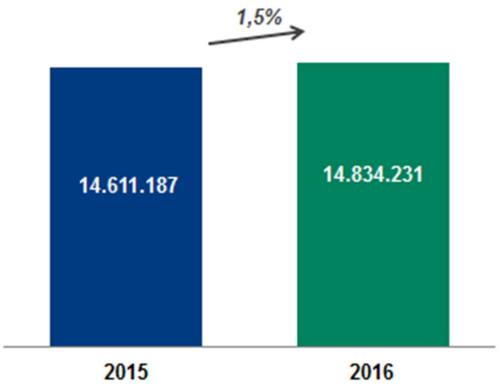
(vii) Redução da receita consolidada de suprimento de energia em R$ 263.232 mil em 2016, quando comparada com 2015. Essa variação se justifica principalmente pela redução da receita de fornecimento do faturamento da NC Energia, decorrente da redução do preço negociado no spot (PLD) que impactou diretamente as vendas da comercializadora. Sendo parcialmente compensado por Itapebi (R$ 32.957 mil) e Termopernambuco (R$ 344.391 mil), devido aos reajustes dos contratos realizados no ACR (PPAs).

3.2.2 Deduções da Receita Bruta

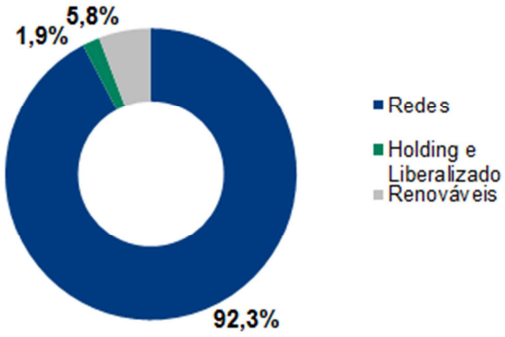
Deduções da Receita Bruta - R$ mil	Acumulado		Variação (R$)	Variação (%)
	2016	2015	Acumulada	Acumulada
IMPOSTOS (ICMS / PIS / COFINS / ISS)	**(5.955.723)**	**(5.506.726)**	**(448.997)**	**8,15**
ENCARGOS SETORIAIS	**(1.409.227)**	**(1.379.067)**	**(30.160)**	**2,19**
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.055)	(2.371)	316	-1332,77%
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(767.944)	(1.096.618)	328.674	(29,97)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(38.420)	(52.187)	13.767	(26,38)
Fund. Nacional de Desenvol. Científico e Tecnológ. - FNDCT	(37.442)	(20.876)	(16.566)	79,35
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(16.529)	(10.439)	(6.090)	58,34
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(35.542)	(34.294)	(1.248)	3,64
Encargos do consumidor - PROINFA	(42.153)	(25.940)	(16.213)	62,50
Encargos do Consumidor - CCRBT	(7.835)	(112.990)	105.155	(93,07)
Outros (RGR / FNDCT / EPE / CBEE/ Outros)	(461.307)	(23.352)	(437.955)	1.875,45
(-) Dedução da receita bruta	**(7.364.950)**	**(6.885.793)**	**(479.157)**	**6,96**
Receita Operacional Líquida	**14.834.231**	**14.611.187**	**223.044**	**1,53**

3.2.3 Receita Operacional Líquida

Receita Líquida (R$ mil)



Contribuição por segmento na ROL¹



NOTA¹: Contribuição por segmento na ROL, baseada na participação sem eliminação

No ano de 2016, a Receita Operacional Líquida foi de R$ 14.834.231 mil apresentando crescimento de 1,5%, equivalente a R$ 223.044 mil em relação ao ano anterior, que foi de R$

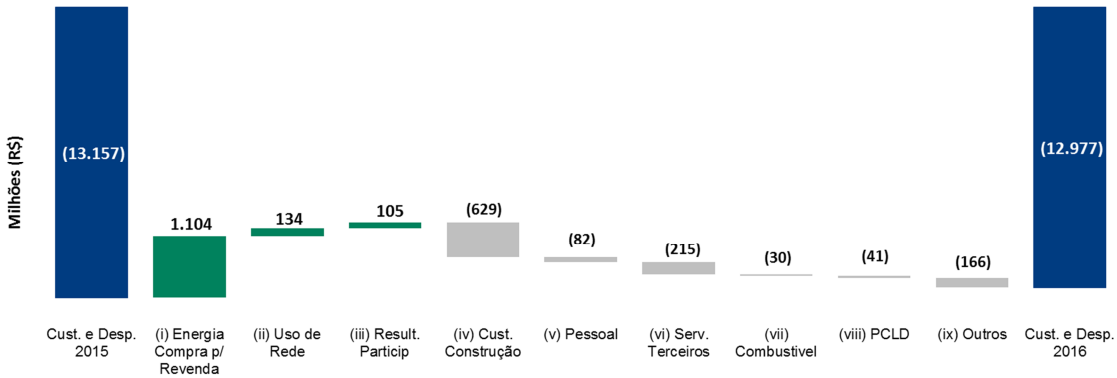
14.611.187 mil. Do total apurado no de 2016, 92,3% refere-se a Redes, 5,8% a Renováveis e 5,8% à Holding e Liberalizado, antes das eliminações do consolidado.

3.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os Custos e Despesas Operacionais e o Resultado de participação no ano de 2016 atingiram o montante de R$ 12.976.806 mil, apresentando uma redução de R$ 179.828 mil que equivale a 1,37% em relação ao ano anterior, quando foi de R$ 13.156.634 mil.

Custos, Despesas Operacionais e Resultado de participação - R$ mil	Acumulado		Variação	
	2016	2015	R$ mil	%
Energia comprada para revenda	(5.968.970)	(7.072.531)	1.103.561	(15,60)
Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição	(725.253)	(859.311)	134.058	(15,60)
Total Parcela A	**(6.694.223)**	**(7.931.842)**	**1.237.619**	**(15,60)**
Pessoal	(842.135)	(762.511)	(79.624)	10,44
Administradores	(21.212)	(18.802)	(2.410)	12,82
Entidade de previdência privada	57.310	53.333	3.977	7,46
Serviços de terceiros	(1.435.128)	(1.220.498)	(214.630)	17,59
Combustível para produção de energia	(424.911)	(395.278)	(29.633)	7,50
Material	(88.603)	(54.679)	(33.924)	62,04
Arrendamentos e aluguéis	(20.240)	(17.867)	(2.373)	13,28
Provisões líquidas - PCLD	(235.861)	(194.478)	(41.383)	21,28
Perdas contas a receber/consumidores	-	-	-	-
Provisões líquidas - contingências	(125.052)	18.571	(143.623)	(773,37)
Indenizações Civeis/Trabalhistas	-	(106.722)	106.722	(100,00)
Multas regulatórias	-	(4.077)	4.077	(100,00)
Tributos	(11.532)	(12.560)	1.028	(8,18)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	-	-	-	-
Alienação / desativação de bens e direitos	(1.680)	(19.953)	18.273	(91,58)
Outras despesas (receitas) operacionais	(225.095)	(141.918)	(83.177)	58,61
Total Parcela B	**(3.374.139)**	**(2.877.439)**	**(496.700)**	**17,26**
Depreciação e amortização	(719.127)	(682.483)	(36.644)	5,37
Amortização de ágio	(109.860)	(87.977)	(21.883)	24,87
Equivalência patrimonial	(20.099)	(146.585)	126.486	(86,29)
Custos de construção	(2.059.358)	(1.430.308)	(629.050)	43,98
Total	**(12.976.806)**	**(13.156.634)**	**179.828**	**(1,37)**

Os custos e despesas da Parcela A no ano de 2016, as despesas não gerenciáveis, representaram 52% do total dos gastos. Essa parcela variou em R$ 1.237.619 mil, equivalente a uma redução de 15,69%. Os custos e despesas da Parcela B no ano de 2016 representaram 26% do total de gastos, e tiveram uma variação de R$ 496.700 mil em relação ao ano de 2015, equivalente a 17% de aumento. Os principais fatores que influenciaram para as variações foram:



(i) Os custos com compra de energia para revenda atingiram R$ 5.968.970 mil em 2016, uma redução de R$ 1.103.561 mil, que equivale a uma variação favorável de 15,60% em relação ao

ano anterior, quando o montante foi de R$ 7.072.531 mil. As principais variações que ocasionaram esse resultado foram:

- Redução de R$ 221.876 mil, equivalente a uma variação favorável de 28% em relação a 2015, nos Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo em função do melhor cenário hidrológico, que causou redução do PLD do Nordeste em 44% e melhora do GSF com a consequente redução do custo do risco hidrológico quando comparamos o ano de 2016 com o ano anterior.

- Variação favorável de 22%, redução de R$ 296.800 mil, na Energia adquirida no ambiente livre – ACL, impactado, principalmente, pela redução do preço praticado no ambiente de comercialização livre em 2016.

- Redução de R$ 986.054 mil na Energia de Curto Prazo (PLD) em função da queda das exposições financeiras devido às diferenças de preços entre os PLD´s nos submercados.

A redução do custo de energia para revenda foi parcialmente compensada pelo:

- Aumento de R$ 211.910 mil nos custos de energia de leilão do ACR, dos contratos bilaterais, das cotas de garantia física e das cotas de Angra I e Angra II devido aos reajustes de tarifas de compras e inclusão de novas cotas e contratos no ano de 2016.

- Aumento de R$ 75.434 mil no Custo do PROINFA em função das novas cotas para 2016.

- Aumento de R$ 52.718 mil nos Encargos de Energia de Reserva em função da não ocorrência de repasse da CCEE referente à conta CONER em 2016 devido à redução do PLD médio do Nordeste em 44%, diferente de 2015 que ocorreu repasse compensando a despesa com o encargo.

(ii) Variação favorável de R$ 134.058 mil nos Encargos de uso do sistema de transmissão, equivalente a 15,6%. O principal impacto foi registrado nas Distribuidoras, decorrente principalmente dos Encargos de uso do sistema de transmissão, com variação favorável de R$ 132.723 mil, decorrente da melhora do cenário hidrológico e consequente redução do despacho das usinas termoelétricas, favorecendo o equilíbrio entre custo e receita. Essa melhora de cenário impactou principalmente nos encargos Encargo de Serviço do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva – ERR.

(iii) Variação favorável de R$ 104.603 mil no Resultado de Participação em Empresas de Controle Conjunto e Coligadas, que é dada pela combinação das variações das linhas de Equivalência Patrimonial e de Amortização de Ágio. O principal impacto veio da variação positiva do resultado de equivalência patrimonial da Teles Pires Participações, em decorrência da entrada em operação comercial da UHE Teles Pires a partir de novembro de 2015. Este impacto foi parcialmente compensado pela reversão de IR/CS diferido sobre capitalização de despesas financeiras em TPP. O restante da variação foi decorrente das demais participadas que contribuíram positivamente ou negativamente em menor grau.

(iv) Aumento de 43,98%, representando R$ 629.050 mil, no Custo de Construção, sem efeito no resultado, pois em contra partida houve igual aumento na receita de construção.

(v) Aumento de R$ 82.034 mil dos gastos na conta de Pessoal e Administradores, principalmente, aos reajustes nas remunerações em função do novo acordo coletivo.

(vi) Aumento dos gastos com serviços de terceiros em R$ 214.630 mil, decorrente principalmente do: (i) repasse dos índices de inflação nos contratos de prestação de serviços; e (ii) aumento no volume de serviços de manutenção corretiva, inspeção técnica, serviço de leitura e entrega de conta, desligamentos e religamentos, dentre outros.

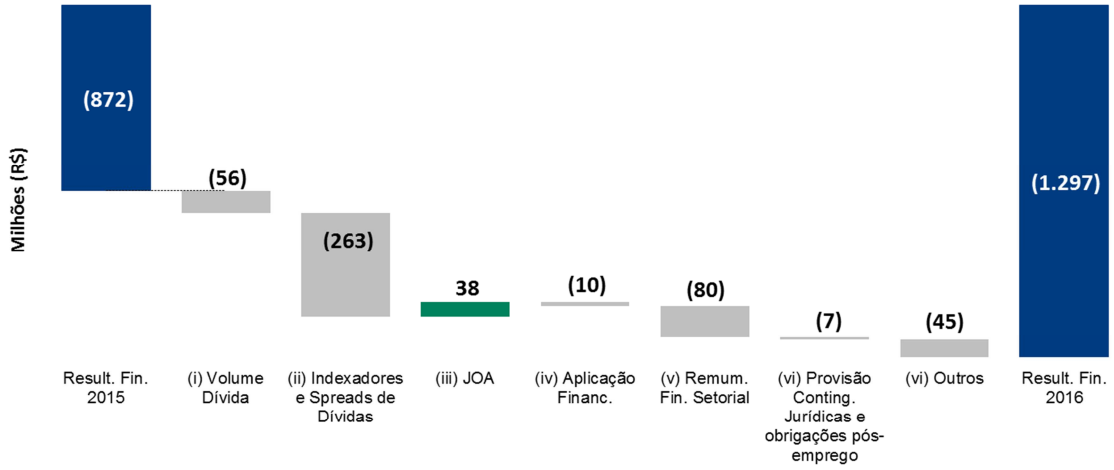
(vii) Acréscimo de R$ 29.633 mil, no custo com combustível para produção de energia devido ao aumento do preço do gás natural, exposição à variação cambial e o fim do benefício fiscal do ICMS a partir de abril de 2016.

(viii) Aumento das provisões líquidas – PCLD em R$ 41.383 mil, decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento da tarifa decorrente do reajuste tarifário anual, (ii) clientes da classe industrial e comercial em recuperação judicial, (iii) perda de benefício de tarifa social de alguns consumidores por conta de recadastramentos, além do início de tributação do ICMS para clientes beneficiados pela tarifa social e (iv) implantação de nova regra da PCLD em atendimento a Instrução Normativa 1.515.

3.4. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro do Grupo Neoenergia no ano de 2016 foi negativo em R$ 1.296.614 mil, apresentando aumento de 49%, equivalente a R$ 424.369 mil em relação ao ano de 2015.

Descrição	2016	2015	R$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	227.064	237.496	(10.432)	(4,39)
Juros, comissões e acréscimo moratório	96.823	100.749	(3.926)	(3,90)
Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais	142.082	(2.223.605)	2.365.687	(106,39)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.407.601)	1.239.714	(2.647.315)	(213,54)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(63.942)	(72.258)	8.316	(11,51)
Remuneração financeira da parcela A e outros itens financeiros	18.868	99.197	(80.329)	(80,98)
Obrigações pós emprego	(83.147)	(68.123)	(15.024)	22,05
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(226.761)	(185.415)	(41.346)	22,30
Resultado Financeiro Líquido	**(1.296.614)**	**(872.245)**	**(424.369)**	**48,65**



Os principais fatores que contribuíram para esse resultado foram:

Encargos de dívida, variações monetárias, cambiais e instrumentos financeiros derivativos sofreram uma variação desfavorável de R$ 266.391 mil, decorrente dos seguintes efeitos:

(i) Aumento no volume médio da dívida de 5,1% entre 2015 e 2016, impactando negativamente em R$ 56.435 mil;

(ii) Aumento do custo das novas captações atrelado ao aumento dos principais indexadores da dívida da Companhia - CDI e TJLP - impactaram negativamente em R$ 248.239 mil;

(iii) Aumento dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em Andamento – JOA), que representam um efeito positivo de R$ 38.283 mil.

(iv) O CDI acumulado no período foi de 14,00%, uma elevação de 0,82 pontos percentuais em comparação ao ano anterior, onde foi de 13,18%. Além disso, houve uma redução

dos saldos médios de caixa e equivalentes de caixa gerando um impacto de volume. A combinação desses fatores acarretou uma perda de aproximadamente R$ 10.431 mil na renda das aplicações financeiras reconhecidas no resultado.

Índice	2015	2016	Variação
CDI	13,24%	14,00%	0,76 p.p.
TJLP	6,25%	7,50%	1,25 p.p.

(v) No ano de 2016 houve uma redução dos índices de inflação. Apresentamos abaixo os principais índices de preços utilizados para atualização de alguns passivos reconhecidos pela companhia, tais como: obrigações pós-emprego, provisões ("Contingências") e outros passivos passíveis de atualização monetária.

Índice	2015	2016	Variação
IGPM	10,54%	7,19%	-3,35 p.p.
IPCA	10,67%	6,28%	-4,39 p.p.

O IGP-M e o IPCA são os índices de preços utilizados na atualização de provisões jurídicas, obrigações pós-emprego, entre outras obrigações registradas. As reduções apresentadas por esses índices, quando comparados às taxas acumuladas em 2016 e 2015, ocasionaram uma variação positiva de R$ 14.996 mil no resultado financeiro.

(vi) Redução do Resultado positivo líquido da remuneração financeira setorial no montante de R$ 80.329 mil,foi decorrente das correções dos ativos e passivos setoriais reconhecidos no balanço, e ocorreu da seguinte maneira nas distribuidoras:

- Coelba: variação negativa de R$ 37.134 mil devido ao registro do saldo ativo menor em 2016 ao contrário de 2015, que demonstra que a cobertura tarifária deste ano, obtida no último reajuste tarifário, concedeu um valor maior para os custos incorridos.

- Celpe: variação negativa de R$ 29.839 mil, decorrente, principalmente, da CVA de Energia que encerrou o ano de 2016 com um saldo ativo expressivamente menor que o de 2015. Dessa forma, em dezembro de 2016 os Valores a Compensar da Parcela A registraram um saldo passivo em função dos custos incorridos terem sido menores que a cobertura tarifária ao contrário de 2015 quando foi constituído um saldo ativo.

- Cosern: variação negativa de R$ 13.356 mil, decorrente, principalmente, da Remuneração da CVA de Energia que encerrou o ano de 2016 com um saldo passivo ao contrário de 2015 onde foi constituído um saldo ativo. Dessa forma, em dezembro de 2016 a Remuneração da Parcela A registrou um saldo passivo maior que em 2015.

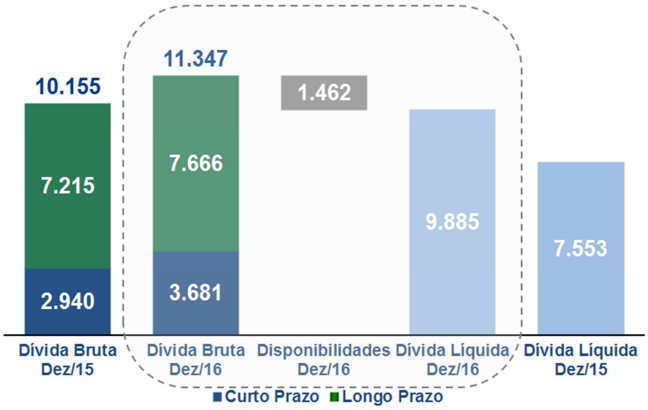
4. ENDIVIDAMENTO

a. PERFIL DA DÍVIDA

Em dezembro de 2016 a dívida bruta consolidada da Neoenergia, incluindo empréstimos, debêntures e encargos, foi de R$ 11.347 milhões, apresentando um crescimento de 11,74%, ou seja, R$ 1.192 milhões em relação a dezembro de 2015. A dívida líquida registrada foi de R$ 9.885 milhões.

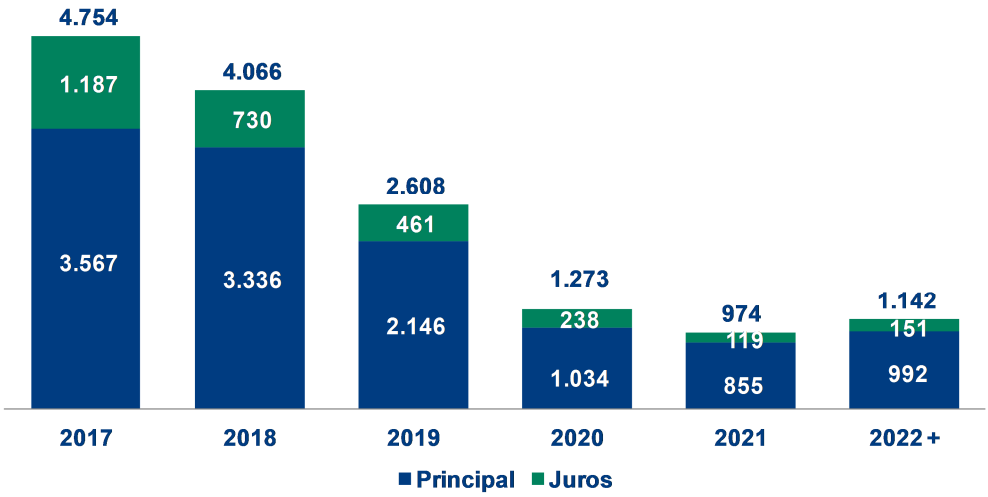
O valor do endividamento total em dezembro de 2016, da Neoenergia contava com 67,6% da dívida contabilizada no longo prazo e 32,4% no curto prazo.

Evolução da Dívida (R$ milhões)



O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2016. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R$ milhões)



5. PRÁTICAS DE GESTÃO

a. Estrutura de Governança

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo e a unificação de processos, práticas e políticas. A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com o apoio de Comitês que contribuem para as tomadas de decisão. O Acordo de Acionistas da Companhia orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses.

Conselho de Administração

É integrado por dez representantes dos acionistas, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, e seus respectivos suplentes, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Entre os titulares, quatro são indicados pela Iberdrola, quatro pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) e dois pelo Banco do Brasil – Banco de Investimentos (BBBI).

As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem mensalmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, bem como discutir os assuntos que merecem atenção de cada uma das controladas, apreciando-os antes de os temas seguirem para aprovação dos Conselhos de cada empresa. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos membros.

Conselho Fiscal
Com função independente, é composto por três membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se mensalmente ou através de reuniões extraordinárias sempre que convocado.

Diretoria Executiva
É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por sete membros, incluindo a Diretora Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

A Diretoria Executiva das empresas controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial na qual os diretores estatutários da *holding* também são diretores de todas as controladas da Neoenergia.

Comitês
O Grupo Neoenergia possui quatro diferentes comitês, instalados apenas na holding: de Auditoria, Financeiro, Remuneração e Sucessão e de Acompanhamento de Negócios. Cada Comitê, dentro de seu escopo, é responsável por análises e recomendações de grande parte das decisões do Conselho de Administração. Cada Comitê é formado por 03 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração. Os Comitês realizam reuniões mensais, podendo realizar de forma extraordinária sempre que necessário.

b. Direito dos Acionistas e Política de Dividendos

A Neoenergia possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, que o valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, na forma da lei, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais e a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos intermediários é uma faculdade da Companhia, mediante aprovação do Conselho de Administração.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016, foram declarados os valores de R$ 111.065.112,46, como dividendo mínimo obrigatório e R$ 188.934.887,54 relativos a Dividendos Adicionais, como remuneração total aos acionistas.

5.1. Relações com Investidores

No intuito de disponibilizar informações com elevado padrão de qualidade, transparência e confiabilidade, com base na legislação pertinente e das regras que regulam o setor elétrico, a Neoenergia adota uma política de comunicação consistente, clara e confiável com o mercado de capitais, zelando pelo relacionamento com acionistas, analistas de mercado, instituições financeiras, agências de “rating” e instituições reguladoras, em conformidade com as boas práticas de governança corporativa.

A Neoenergia disponibiliza informações através da área de Relações com Investidores, “e-mail” (ri@neoenergia.com), no “site” Relações com Investidores (www.neoenergia.com.br – “link” RI) e por meio dos relatórios e informes trimestrais e anuais enviados para a Bovespa e CVM. Além disso, o Grupo Neoenergia realiza reuniões webconferences trimestrais e APIMEC anual com os principais números de cada empresa do Grupo e consolidado.

5.2. Integridade e Ética

A Neoenergia tem como um de seus valores a INTEGRIDADE e busca incessantemente pautar sua conduta e a de seus colaboradores dentro de princípios éticos e de conformidade com a legislação brasileira e com as melhores práticas em termos de ética empresarial. Além disso, envida esforços para que seus fornecedores de bens e serviços também adotem condutas íntegras e aderentes aos princípios defendidos pela Companhia em seu Código de Ética e em suas Políticas de Integridade.

A empresa aderiu também às normas estipuladas em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, por meio do Pacto Global das Nações Unidas contra Corrupção e se alinhou aos princípios de combate à corrupção, estabelecidos pelo Instituto ETHOS.

Para atingir seus propósitos a Neoenergia conduziu uma série de ações em linha com o seu Programa de Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração, aderente à legislação anticorrupção brasileira, e que contempla todas as empresas do Grupo. A coordenação desse programa é realizada pela Superintendência de Compliance, criada desde 2014, a qual é responsável por a) planejar, conceber, executar, manter e avaliar o Programa de Integridade da Neoenergia e suas controladas; b) elaborar e revisar Códigos de Conduta, políticas e procedimentos a fim de promover e reforçar uma cultura de integridade baseada em princípios éticos de negócio; c) identificar, avaliar e propor medidas de mitigação de riscos de não conformidade de forma a garantir a aderência do Grupo aos princípios da legalidade e de combate à corrupção; d) investigar os casos de conduta em desconformidade com o Código de Ética e políticas de integridade; e) treinar executivos e colaboradores sobre temas relacionados com ética empresarial e legislação anticorrupção; f) propor medidas de prevenção relacionadas com comportamento ético e aderente à legislação; g) coordenar os comitês de ética, que são responsáveis pela disseminação da cultura de integridade ética por toda a organização, apoiando a Superintendência em suas atribuições.

Ao longo de 2016 merecem destaque as seguintes ações: i) Condução do programa de integridade aprovado pelo Conselho de Administração; ii) 1ª Revisão do Código de Ética da Neoenergia; iii) elaboração da Política de Conflito de Interesses e da norma de Relacionamento com o Poder Público; iv) treinamento sobre princípios éticos e legislação anticorrupção para líderes e colaboradores (presencial e via intranet), bem como para prestadores de serviços; v) estruturação e composição dos comitês de ética.

O esforço da empresa em sua jornada de integridade foi recompensado pela conquista, já em sua primeira participação, do Prêmio Empresa Pró Ética - 2016, concedido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, evidenciando a aderência de seu Programa de Integridade às melhores práticas empresariais em termos de prevenção e aderências aos requisitos da legislação anticorrupção brasileira.

5.3. Gestão de Riscos

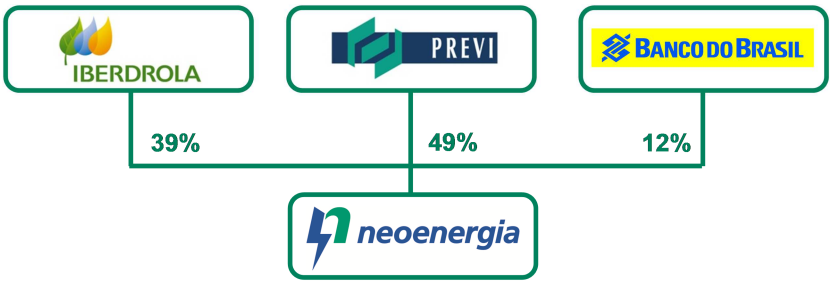
Em 2016 foi implantada a área de Gestão de Riscos na Neoenergia com objetivo de trazer mais transparência para os processos corporativos e suporte na tomada de decisões estratégicas do Grupo.

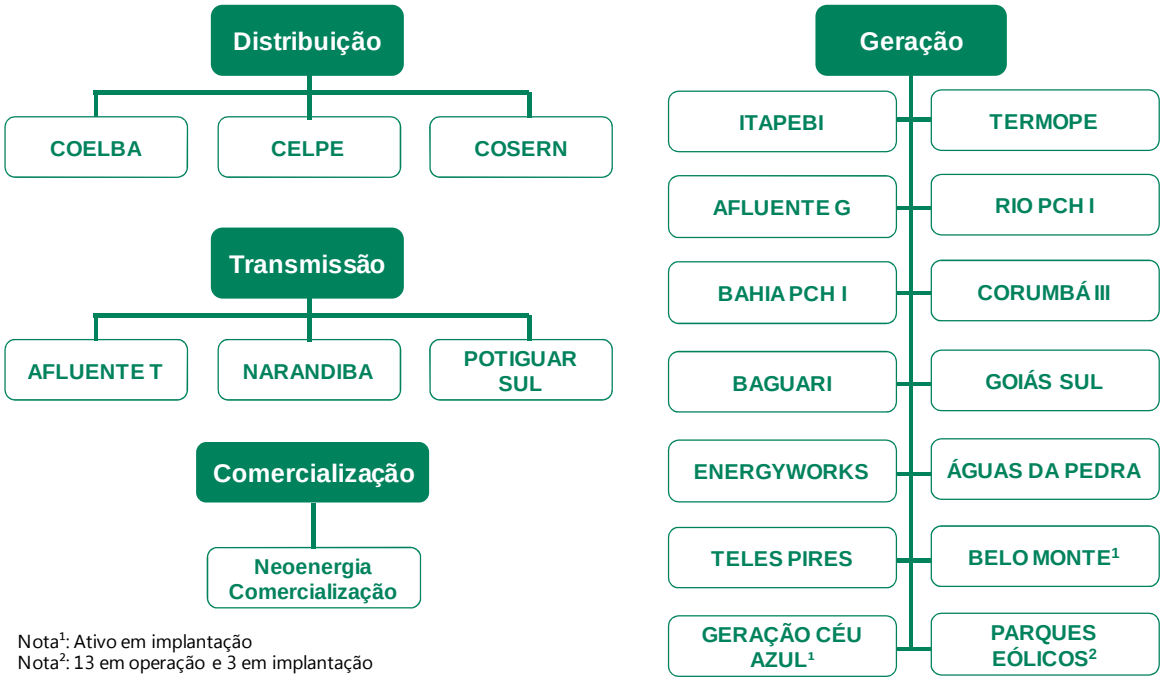
A área é coordenada pela Superintendência de Planejamento Financeiro e Riscos e se reporta à Diretoria Financeira e Relações com Investidores. As responsabilidades da área são a) elaborar e monitorar os Mapas de Riscos nos negócios de Distribuição, Geração, Comercialização, Transmissão e Holding b) definir Políticas de Riscos para o Grupo e cada negócio da companhia; c) realizar avaliação de rating de fornecedores de serviços e produtos; d) elaborar relatórios e informações externas relacionadas aos riscos da companhia (CVM, ANEEL) d) suportar as áreas Financeiras e de Contabilidade na precificação e contabilização de instrumentos financeiros e) disseminar a cultura de Gestão de Riscos pelo Grupo Neoenergia.

Um marco importante do ano de 2016, para a área de Gestão de Riscos do Grupo Neoenergia, foi a aprovação, pelo Conselho de Administração da Neoenergia, das três primeiras Políticas de Riscos: Política Geral de Gestão de Risco Corporativo, Política de Risco de Crédito e Política de Risco para Negócio de Distribuição. As políticas estão alinhadas às melhores práticas de mercado e tem como principal objetivo a maior previsibilidade dos resultados, com foco em eficiência.

Também em 2016, a área de Gestão de Risco atuou através da Comissão de Riscos, órgão consultivo que se reúne periodicamente, com os principais executivos da companhia, para discutir a metodologia para identificação, quantificação, monitoramento e ações de mitigação de riscos. A área de Riscos atua em conjunto com as áreas de Compliance, Controles Internos e Auditoria, no apoio ao planejamento estratégico do Grupo Neoenergia e alinhado às expectativas de Acionistas, Investidores e Órgãos Reguladores.

6. ESTRUTURA SOCIETÁRIA E BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA





Nota[1]: Ativo em implantação
Nota[2]: 13 em operação e 3 em implantação

A Neoenergia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto com o objetivo de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

Em 1997 a Neoenergia iniciou seus investimentos no segmento de distribuição de energia com a aquisição no leilão de privatização da Coelba (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia), maior empresa de distribuição do Nordeste. No mesmo ano o Grupo adquiriu, também através de leilão de privatização, a Cosern (Companhia Energética do Rio Grande do Norte), ambas com concessão federal de 30 anos.

Em abril de 1999, foi outorgada à Companhia a concessão de uso de bem público para exploração do aproveitamento hidrelétrico denominado Itapebi no rio Jequitinhonha. Em outubro de 2003, 42% das ações da Itapebi que pertenciam à Coelba foram vendidas para a Neoenergia. Itapebi foi a primeira usina construída pela Neoenergia.

Em 2000, a Neoenergia arrematou em leilão de privatização a CELPE (Companhia Energética do Estado de Pernambuco). O negócio incluía o compromisso de construção de uma usina termoelétrica no Estado. Ainda em 2000 iniciaram-se as obras da UTE Termopernambuco. Neste mesmo ano, a Neoenergia criou a comercializadora NC Energia para atender a indústrias, grandes e pequenas geradoras de energia e empresas de serviços interessadas na compra e venda de energia.

Em 2004, para aproveitar a sinergia dos negócios e melhorar sua gestão, o Grupo Neoenergia se reestruturou e implementou um novo modelo de governança corporativa. O Grupo passou a operar com um quadro diretivo único, com conselheiros da holding presentes nas principais controladas. Foram instaurados comitês para auxiliar o Conselho de Administração, conforme descrito a seguir no capítulo de Governança Corporativa. Esse também foi o ano em que a Termopernambuco entrou em operação comercial.

Em 2005 a Neoenergia venceu o leilão de concessão para construção da UHE Baguari e das PCHs Goiandira e Nova Aurora. Em agosto do mesmo ano foi constituída a Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. para assumir os ativos de geração e transmissão da Coelba, que foram segregados da companhia distribuidora em atendimento ao processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro.

Em 2006 foram adquiridas as concessões para construção e exploração das PCHs Pirapetinga, Pedra do Garrafão, da UHE Corumbá III e da UHE Dardanelos. E em 2007, a Neoenergia adquiriu autorização para construção da PCH Sítio Grande.

Em 2008 a Neoenergia adquiriu autorização para construção da UHE Baixo Iguaçu. Por motivos de licenciamento ambiental, as obras de implantação desse empreendimento foram iniciadas somente em 2013 e ainda encontra-se em fase de implantação. Em 2009, foram inauguradas as PCHs Pirapetinga, Pedra do Garrafão, as UHEs Baguari e Corumbá. Na área de transmissão, foi adquirida autorização para construção da Subestação Narandiba, com o propósito de reforçar o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Salvador. A obra teve início em março de 2010 e a subestação entrou em operação em 2011.

Em 2010, a Neoenergia adquiriu a participação de 10% na UHE Belo Monte, localizada no rio Xingu (PA). Também foram assinados os Contratos de Concessão referentes às instalações de transmissão da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. e das usinas da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Em agosto do mesmo ano, a Neoenergia ingressou no segmento de fontes alternativas e, em conjunto com a Iberdrola Renováveis, conquistou no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela ANEEL, o direito de construir nove parques eólicos. Também em parceria com a Iberdrola Renováveis, a Neoenergia construiu na Bahia seu décimo Parque Eólico, Caetité 1, totalizando 288MW de capacidade instalada em eólicas. Em outubro, iniciou a operação comercial da PCH Sítio Grande, seguida da PCH Goiandira e da PCH Nova Aurora.

Em dezembro de 2010, foi arrematado em leilão o direito de construção e exploração da UHE Teles Pires por meio do Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado por Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%). A usina tem potência instalada de 1.820 MW. Nesse mesmo mês, foi assinado um Instrumento de Compra e Venda com a Iberdrola para aquisição das empresas de cogeração Energyworks e Capuava Energy.

Em agosto de 2011, foi concedida pela ANEEL a autorização para a entrada em operação comercial da UHE Dardanelos e em dezembro, no segmento de transmissão, a Neoenergia arrematou a concessão da Subestação Extremoz. O objetivo dessa subestação é atender à crescente demanda de energia no setor norte da Região Metropolitana de Natal.

Em junho de 2012, a Neoenergia arrematou a concessão para construção, operação e a manutenção da expansão da Subestação Brumado II localizada no Estado da Bahia. Em agosto de 2012, a Neoenergia por meio da SPE Geração Céu Azul S.A., assinou o contrato de concessão da UHE Baixo Iguaçu pelo prazo de 35 anos.

Em 2013, os parques eólicos Mel e Arizona 1 da Força Eólica do Brasil, entraram em operação comercial. Em março desse mesmo ano, os parques eólicos Caetité 2, Caetité 3, Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 tiveram suas obras concluídas e receberam o status de “Aptos a Operação Comercial”, tendo suas obras finalizadas e reconhecidas pela ANEEL.

Em maio de 2013, no leilão de transmissão da ANEEL 001/2013, o Grupo Neoenergia adquiriu o lote G. O Projeto (Potiguar Sul) consiste na construção e instalação da Linha de Transmissão de 500 Kv para conexão nas subestações Campina Grande III, na Paraíba e Ceará-Mirim II, no Rio Grande do Norte, totalizando 196 km de linha.

Em 2014, a Força Eólica do Brasil, controlada pela Neoenergia e pela Iberdrola Renováveis, sagrou-se vencedora em mais dois leilões de energia para a construção de seis novos parques eólicos, sendo três no Rio Grande do Norte e três na Paraíba. Com esses novos projetos, a Neoenergia terá 16 parques de geração eólica no Brasil.

Em outubro de 2014, os parques eólicos Caetité 1, Caetité 2 e Caetité 3 entraram em operação comercial, logo após a disponibilização da conexão. Em novembro de 2014 ocorreu o enchimento do reservatório da UHE de Teles Pires.

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de compra, pela Neoenergia, da participação que a Iberdrola detinha da Coelba e Cosern de 8,5% e 7,01% respectivamente.

Em 2016, 8 parques eólicos da Força Eólica do Brasil entraram em operação comercial, sendo Calangos 1 a 5, vencedores do 2º Leilão de Fontes Alternativas de 2010 – parques que encontravam-se na condição de aptos a operar, devido a ausência do sistema de transmissão correspondente - e Calango 6, Santana 1 e Santana 2 vencedores do Leilão A-3/2014. A Linha de Transmissão 500 kV Campina Grande III – Ceará Mirim II (Potiguar Sul), vencedora do Leilão de Transmissão nº 1/2013, também iniciou a operação comercial neste ano. Adicionalmente, três unidades geradoras da UHE Teles Pires passaram à condição de operação comercial, conforme Despacho nº 2.103/2016-ANEEL. Atualmente, todas as cinco unidades geradoras da referida usina encontram-se em operação comercial.

Ainda em 2016, entraram em operação comercial sete unidades geradoras da UHE Belo Monte, sendo três, com potência unitária de 611,10 MW, na Casa de Força Principal (Despachos nº 965, 1.888 e 2.880/2016-ANEEL) e quatro, com potência unitária de 38,85 MW, no Sítio Pimental (Despachos nº 1.031, 1.527, 2.109 e 2.909/2016-ANEEL). Mais duas unidades, uma em cada casa de máquina, encontram-se em fase de testes (Despachos nº 3.218 e 3.339/2016-ANEEL).

Em 2016 iniciou-se a operação de venda de Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., Bahia PCH I S.A., Goiás Sul S.A., Rio PCH S.A. e EnergyWorks do Brasil Ltda. com Capuava Energy Ltda, conforme mencionado acima no item 1.2 do Desempenho Operacional deste relatório.

7. AMBIENTE REGULATÓRIO

7.1 GERAÇÃO

O setor elétrico brasileiro tem enfrentado regimes hidrológicos desfavoráveis desde o ano de 2013, acarretando na baixa acentuada do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram, em 2014, um dos níveis de armazenamento mais baixos já observado na última década. Tal situação levou o Operador Nacional do Sistema a priorizar o despacho das usinas térmicas, buscando com isso poupar ao máximo a geração hidráulica e os níveis dos seus reservatórios.

Como consequência, houve uma elevação no valor do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), referência para a negociação de energia no Mercado de Curto Prazo. O PLD impacta diretamente os agentes com posições contratuais negativas ou positivas no mercado de curto prazo, sejam eles geradores ou distribuidoras.

Esse cenário acarretou em exposições financeiras nas empresas geradoras por conta da insuficiência de recursos energéticos alocados pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) para honrar seus contratos de venda de energia. O MRE é um mecanismo que busca a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender às suas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit - usualmente conhecida pelo acrônimo *Generation Scaling Factor* (GSF) - que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores.

Importante destacar que as usinas térmicas também foram impactadas. O seu acionamento quase ininterrupto durante o ano de 2015 elevou a necessidade de paradas programadas para execução de manutenções, o que expôs esses agentes aos elevados preços do Mercado de Curto Prazo desse período. Assim, a ANEEL entendeu ser necessário revisar os critérios e metodologia de cálculo do valor máximo do PLD e, após consulta aos agentes de mercado realizada em 2014 por meio de Audiência Pública, a ANEEL estabeleceu o valor máximo do PLD em R$ 388,48/MWh,

com vigência a partir de 01 de janeiro de 2015, visando mitigar as exposições financeiras negativas dos geradores.

Em 2015 observamos a manutenção do cenário hidrológico desfavorável em grande parte do ano. Apesar da redução do valor máximo do PLD e do desligamento das usinas térmicas com custos de operação mais elevados durante o ano de 2015, a situação de déficit na alocação de energia GSF permaneceu impactando negativamente o resultado financeiro dos empreendimentos hidrelétricos.

Essa situação motivou a busca de soluções que mitigassem o impacto financeiro negativo observado pelos geradores hidrelétricos, sob o risco de inviabilizar a continuidade dos negócios de determinados agentes. Nesse sentido, foi publicada a Medida Provisória nº 688, em 18 de agosto de 2015, que dispõe sobre as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Naquela ocasião, a principal condição para repactuação do risco hidrológico apresentada, foi o pagamento de um prêmio de risco pelos agentes de geração, a ser estabelecido pela ANEEL, a fim de que esse risco fosse transferido aos consumidores de energia por meio da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Em 08 de dezembro de 2015, a Medida Provisória nº 688 foi convertida na Lei nº 13.203, mantendo praticamente o mesmo texto apresentado anteriormente. Posteriormente, em 11 de dezembro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabeleceu os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico pelos agentes de geração, bem como o valor dos prêmios de risco a serem pagos pelos agentes, de forma proporcional ao nível de proteção ao risco hidrológico desejado.

Em 21 de dezembro de 2015, a Neoenergia solicitou à ANEEL a homologação da repactuação do Risco Hidrológico e, em 28 de dezembro comunicou ao mercado sua intenção em repactuar o risco hidrológico de suas usinas, com exceção da UHE Teles Pires, UHE Belo Monte, PCH Sítio Grande e UHE Presidente Goulart. As duas primeiras não aderiram à repactuação, pois não foram impactadas pelos efeitos do GSF no ano de 2015. A PCH Sítio Grande tem sua energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre e a repactuação do risco hidrológico nos termos apresentados não mostrou-se favorável, já a UHE Presidente Goulart não foi impactada por não pertencer ao MRE no ano de 2015. Após a manifestação da empresa, a ANEEL emitiu os Termos de Repactuação por meio dos Despachos nº 035/2016, nº 036/2016 e nº 037/2016.

No ano de 2016, a hidrologia permaneceu desfavorável e a situação de déficit na alocação de energia GSF se manteve, porém agora, sob a égide das Regras de Comercialização que consideram a repactuação do risco hidrológico realizada no final de 2015 para as geradoras do ACR. Contudo, como grande parte das usinas hidráulicas do Grupo detinham acordos de repactuação do risco hidrológico, a exposição financeira destas usinas na CCEE foi inferior aquela verificada nos anos de 2014 e 2015. Destaca-se que o PLD máximo em 2016 foi definido no valor de R$ 422,56 / MWh, porém, não foi atingido em nenhum período de contabilização.

Considerando que a UHE Teles Pires completou a plena motorização de suas 5 unidades geradoras em 30 de setembro do mesmo ano, foi então encaminhada correspondência a ANEEL solicitando a repactuação do risco hidrológico da usina, que teve parecer favorável das áreas técnicas consubstanciado pela Nota Técnica nº 271/2016–SRM-SRG/ANEEL. Tal processo foi encaminhado a Diretoria Colegiada da Agência, excepcionalmente responsável pela aprovação deste pleito específico, dado o Termo de Compromisso firmado entre a CHTP e a ANEEL, quando da pactuação dos termos comerciais vigentes durante o atraso da transmissão da Rede Básica necessária ao pleno escoamento da energia produzida pela usina. Até o final de 2016 aguardávamos o voto do Diretor da ANEEL com a devida anuência.

Com relação a operação do Sistema Interligado Nacional, deve-se ressaltar que foi observado aumento significativo da geração de energia oriunda das usinas eólicas, responsável pelo atendimento de aproximadamente 7% da demanda por energia no Brasil. Sobre a capacidade instalada, foi atingido o valor de 10 GW no ano de 2016, oriundos de aproximadamente 400 usinas eólicas em operação comercial, o que representa um crescimento de 20% quando comparado ao final de 2015. Com o montante atual, a energia eólica já representa 6,5% da matriz de capacidade instalada, o que mostra a gradativa inserção dessa fonte em nossa matriz.

Segundo dados do Operador Nacional do Sistema – ONS, no dia 13 de setembro, a geração de energia eólica verificada no Subsistema Nordeste foi responsável por mais um recorde, atingindo 5.804 MWmédios. A quantidade de energia gerada pelos ventos foi de 606 MWmédios superior na comparação ao primeiro recorde do segundo semestre de 2015, quando o total gerado foi de 5.203 MWmédios, no dia 25 de julho. A região Sul do país também atingiu números relevantes e em setembro atingiu 1.302 MWmédios.

Outro aspecto relevante ocorrido em 2016 e que merece destaque, diz respeito à situação dos empreendimentos de Transmissão. Em setembro de 2016, a ANEEL emitiu um Relatório de Acompanhamento que tem como objetivo obter informações de qualidade quanto ao andamento de alguns da implantação dos empreendimentos de transmissão pertencentes a Rede Básica. Esses empreendimentos são selecionados com base em uma matriz de criticidade, que considera o porte dos empreendimentos, o atraso previsto, a importância sistêmica, a necessidade de licenciamento ambiental e a geração associada. Por meio desse relatório, aliado às informações contidas no Sistema de Gestão de Transmissão – SIGET, constata-se que de um total de 348 empreendimentos, apenas 5,75% estão com o cronograma adiantado, 25,86% estão dentro dos prazos informados e uma fatia de 62,93%, o que corresponde a 219 empreendimentos, estão em atraso.

Importa destacar ainda, a entrada em vigor da Resolução Normativa nº 729 de 28 de junho de 2016. Tal Resolução representa grande impacto nas empresas de transmissão, dado que estabelece as disposições relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das instalações sob responsabilidade de concessionária de transmissão integrantes da Rede Básica. Esta Resolução revoga e substitui a Resolução Normativa n.º 270/2007 e introduz modificações nos critérios e procedimentos para cálculo da Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI), Atraso (PVA) e Restrição Operativa (PVRO). Excepcionalmente durante o segundo semestre deste ano, por conta de dificuldades operacionais que o ONS vem enfrentando na adequação dos sistemas computacionais de modo a realizar a apuração dos valores de PVI a serem pagos pelas transmissoras, a ANEEL determinou que a contabilização do período de julho a dezembro de 2016 fosse realizada a partir de janeiro de 2017.

Já com relação a legislação setorial, um dos principais fatos ocorridos foi a publicação da Lei nº 13.360, em 18 de novembro de 2016, oriunda do processo de conversão da MP 735, que, dentre outras medidas, busca facilitar os processos de privatização, reduzir a burocracia de leilões e reduzir os custos da União com subsídios a concessionárias e permitir a desestatização de distribuidoras estaduais que foram federalizadas.

Com o surgimento da referida Lei, diversas regras que impactam o Setor Elétrico passaram por sanção presidencial. Abaixo são destacadas as principais alterações propostas pelo novo instrumento no âmbito da Geração:

I. Alterações no Mecanismo de Realocação de Energia Elétrica (MRE)

A partir da publicação desta nova Lei, os empreendimentos hidrelétricos não despachados centralizadamente que optarem por participar do MRE, somente poderão ser excluídos do referido mecanismo por solicitação própria ou em caso de perda de outorga.

II. Do Reconhecimento de Excludentes de Responsabilidade

Uma das principais alterações propostas, refere-se às questões passíveis de serem consideradas como excludente de responsabilidade por parte do empreendedor. Com a nova Lei, a responsabilidade dos julgamentos volta a ser da ANEEL. Além disso, todo e qualquer atraso incorrido durante o período de implantação do empreendimento, caracterizado como excludente de responsabilidade, terá o prazo da outorga de geração ou transmissão de energia elétrica recomposto pela ANEEL, por meio da extensão da outorga pelo mesmo período do excludente de responsabilidade, bem como será feito o adiamento da entrega de energia caso o empreendedor tenha contrato de venda em ambiente regulado.

III. Da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – (CFURH)

A alíquota da CFURH passa de 6,25% para 7,00% sobre o valor da energia elétrica produzida. Esse encargo é pago pelo titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que tenham – em seus territórios - instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União.

7.2 DISTRIBUIÇÃO

Em 2016 a situação de sobrecontratação das distribuidoras agravou-se em função da crise econômica. Ao longo do ano foram promovidas várias reuniões com o Ministério de Minas e Energia - MME e Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE, com o intuito de discutir propostas para mitigar os efeitos da sobrecontratação generalizada das distribuidoras. De acordo com dados levantados pela associação, a sobrecontratação sistêmica expôs 80% das distribuidoras ao risco de um nível de contratação acima de 105% da demanda real, o que representa elevada chance de perda econômica, em função do Preço da Liquidação das Diferenças - PLD poder ser inferior ao preço da energia contratada. Nas reuniões foi defendido o argumento de que a queda sistêmica da economia não pode ser rotulada como risco ordinário da distribuidora, principalmente quando considerado que mesmo com revisão para menor o Plano Decenal de Expansão – PDE 2021 ainda projetava um crescimento de carga consistente da ordem de 4,2% a.a. para 2016. Além disso, o mercado financeiro só vislumbrou queda do PIB de 2016 no segundo semestre de 2015, ou seja, sem que houvesse tempo hábil para as distribuidoras ajustarem adequadamente o nível de contratação para o ano de 2016. Além da redução do consumo, houve expressiva migração de consumidores para o ambiente livre, inclusive com estimulo de um desconto na tarifa de uso da rede para o caso de vir a comprar de fontes renováveis alternativas. A partir de tratativas junto ao MME e ANEEL, várias ações foram empreendidas ao longo de 2016 com o intuito de mitigar a sobrecontratação das distribuidoras:

- Resolução Normativa nº 706/2016 possibilitou que eventual saldo positivo decorrente da alocação de cotas em volume superior ao Montante de Reposição em determinado ano poderá ser abatido da demanda dos Leilões de Energia Existente de anos subsequentes, caso solicitado pelos agentes de distribuição;

- Resolução Normativa nº 711/2016 estabeleceu critérios e condições para celebração de acordos bilaterais entre partes signatárias de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, com objetivo de redução ou rescisão dos respectivos contratos. Com isso foram criados mecanismos que garantem maior eficiência no processo de acordo

bilateral entre as distribuidoras e os geradores, além de proporcionar maior autonomia aos agentes envolvidos e, ao mesmo tempo incentivam a eficiência na contratação de energia;

• Resolução Normativa nº 726/2016 permitiu que as distribuidoras pudessem reduzir os CCEARs de Energia Existente em função da migração de cliente especial para o Ambiente de Contratação Livre - ACL, da mesma forma como já é feito por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD quando ocorre migração de cliente livre para o ACL. No entanto a medida abarcou apenas os contratos firmados nos próximos leilões, ou seja, os contratos até então vigentes de energia existente não poderão ser reduzidos;

• Resolução Normativa nº 727/2016 alterou o MCSD de Energia Nova para permitir que depois da primeira etapa rodada entre distribuidoras, havendo ainda sobras de energia, haverá uma segunda rodada onde será permitida a participação de geradores que tenham interesse em reduzir ou rescindir os contratos, com intuito de evitar os efeitos da sobrecontratação;

• Decreto nº 8.828/2016, publicado em agosto de 2016, desobrigou as distribuidoras, que estão sobrecontratadas, a contratarem o limite mínimo de 96% do Montante de Reposição, medida que oportunizou ajuste no lastro das distribuidoras a partir de 2017;

• Visando atenuar eventuais sobrecontratações e permitir que as distribuidoras declarem necessidade de compra para o Leilão A-1 mais próxima à realidade, em outubro de 2016 a ANEEL publicou o Despacho nº 2.769/2016, determinando que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE promova algumas mudanças nos procedimentos de realização do MCSD de Energia Existente. Uma das novidades foi a criação de mais uma modalidade de MCSD - Trocas Livres, que ocorrerá em novembro de cada ano com efeitos a partir de janeiro do ano subsequente.

As distribuidoras do Grupo Neoenergia encerraram o ano de 2016 com uma sobrecontratação de 5,49% para COSERN, 7,06% para, CELPE e 5,43% para COELBA, que representam, respectivamente 34,42 MWmédios, 114,81 MWmédios e 129,95 MW médios de sobra contratual. Esses excedentes são liquidados no âmbito da CCEE ao valor de PLD do respectivo período. Até uma sobrecontratação de 5% os efeitos econômicos são repassados para a tarifa. O volume que exceder poderá constituir ganho ou perda econômica para a companhia em função da diferença entre o valor do PLD a cada período no respectivo submercado e o preço médio da energia contratada. O caso da COELBA e COSERN houve ganho, e para a CELPE, perda, porém pouco expressiva.

Com relação ao Contrato de Concessão das Distribuidoras, houve, no ano de 2016, alguns ajustes importantes promovidos pela ANEEL. Primeiramente, destaca-se a publicação da Resolução Normativa nº 716/2016 que permitiu que áreas de concessão atendidas por distribuidoras sujeitas a controle societário comum possam ser agrupadas, com a unificação dos respectivos termos contratuais, mediante solicitação enviada à ANEEL até 31 de agosto do ano anterior ao do efetivo agrupamento, com as características das concessões que serão agrupadas, a operação escolhida para a reorganização societária e a justificativa para o agrupamento quanto à sua racionalidade operacional e econômica. A ANEEL deliberará pela unificação a partir de 1° de janeiro do ano seguinte ao da solicitação. A referida resolução define ainda que a data-base dos reajustes e revisões da concessionária agrupada será na data-base do último processo tarifário previsto dentre as concessionárias originais no primeiro ano do agrupamento.

Outra mudança instituída por meio do Despacho ANEEL nº 2.194/2016 no qual foi a minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição, de caráter opcional, para as concessionárias que não tiveram os contratos prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013. A intenção da agência foi fazer um aprimoramento na regra para dar possibilidade às distribuidoras

que ainda não tiveram suas concessões prorrogadas, a assinarem o novo modelo de contrato de concessão. As distribuidoras que se enquadram nesta condição poderão aderir integralmente ao novo modelo de contrato, instrumento que poderá contemplar nova data para realização dos processos tarifários, o que deve ser objeto de audiência pública específica para cada concessionária. Adicionalmente a Resolução Normativa nº 747/2016, publicada em dezembro de 2016, estabeleceu critérios para limitação de distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre o capital próprio em razão da violação de indicadores de continuidade, uma vez que o termo aditivo possui cláusulas relativas à restrição de proventos. Importante ressaltar que essa regra apenas afetará aquelas empresas que tiverem a renovação da concessão ou que aderiram ao novo aditivo, o que não é caso da COELBA nem da COSERN cuja renovação ocorrerá apenas em 2027, nem da CELPE cuja renovação ocorrerá em 2030.

Já com relação a legislação setorial, um dos principais fatos ocorridos foi a publicação da Lei nº 13.360, em 18 de novembro de 2016, oriunda do processo de conversão da MP 735, que, dentre outras medidas, busca facilitar os processos de privatização, reduzir a burocracia de leilões e reduzir os custos da União com subsídios a concessionárias e permitir a desestatização de distribuidoras estaduais que foram federalizadas.

Com o surgimento da referida Lei, diversas regras que impactam o Setor Elétrico passaram por sanção presidencial. Abaixo são destacadas as principais alterações propostas pelo novo instrumento no âmbito da Distribuição:

I. Adequação do custeio da CDE e fim da assimetria regional das cotas
Além de se buscar adequar o custeio da CDE às disponibilidades orçamentárias e financeiras será antecipado de 2035 para 2030 o prazo para o fim da assimetria regional nas cotas, além disso as cotas serão fixadas conforme o nível de tensão e com vistas a proteger os consumidores de baixa renda de impactos tarifários uma vez que irá isentar da CDE os consumidores beneficiados pela Tarifa Social de Energia Elétrica.

II. Incrementos no Custeio da CDE
A partir da publicação desta Lei a CDE passará a custear pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, com destinação ao Ministério de Minas e Energia - MME de 3% dos recursos; realizar empréstimos destinados ao custeio ou investimento a serem realizados por empresa controlada pela União; prover recursos para os dispêndios da CCEE na administração da CDE, CCC e RGE; prover recursos para compensar impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural, concessionárias ou permissionárias, em relação à principal distribuidora supridora, na forma a ser definida pela ANEEL.

III. Transferência do controle societário da concessionária
A Lei passou a permitir a transferência do controle societário da concessionária, como opção à caducidade da concessão, para grupo com habilitação técnica e financeira para garantir a prestação adequada do serviço. Para tanto, deverá haver aprovação da ANEEL a partir da demonstração da viabilidade da troca de controle e do benefício dessa medida para a adequação do serviço prestado.

IV. Venda de Energia pelas Distribuidoras no ACL
A Lei 13.360/16 regulamentou a possibilidade das Distribuidoras comercializarem seus excedentes contratuais de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Logo, a partir da publicação do respectivo normativo, será permitido às Distribuidoras, celebrar contratos de venda de energia elétrica, livremente negociados com consumidores livres, desde que lastreados no montante de energia excedente decorrente de contratos de compra para atendimento à totalidade de seus mercados. O tema será regulamentado pela ANEEL que definirá se o efeito será neutro e se ocorrerá através de leilão ou não.

V. Liberação do mercado
Poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer fornecedor a partir de 2019, os consumidores existentes em julho/1995 com carga ≥ 3 MW, atendidos em tensão inferior a 69 kV. O Poder Concedente poderá antecipar esses prazos.

VI. Dos Leilões de Energia no ACR
O novo regulamento trouxe novas medidas aplicáveis aos Leilões de energia promovidos pela ANEEL. Para a energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes, a entrega da energia poderá ser realizada até o quinto ano subsequente ao Leilão, na regra antiga essa entrega deveria ser feita no máximo até dois anos após a licitação. Já para a energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, o prazo para a entrega da energia que variava entre três e cinco anos, passa a ser de três a sete anos.

Outra mudança importante implementada através de outro instrumento oriundo da ANEEL, a Resolução Normativa nº 699/2016, publicada em fevereiro de 2016, foi a regulamentação o inciso XIII do art. 3º da Lei nº 9.427/1996, que trata dos controles prévios e a posteriori sobre atos e negócios jurídicos entre as concessionárias, permissionárias e autorizadas e suas partes relacionadas.

Com a referida regulamentação, além da manutenção do conceito anterior de Parte Relacionada, que remetia aos controladores, suas sociedades e coligadas bem como as controladas e coligadas de controlador comum, foram incluídos (i) seus administradores e diretores, quando o objeto do negócio for estranho às competências e atribuições estatutárias inerentes ao cargo; (ii) pessoas jurídicas que possuam diretores ou administradores em comum, indicados pelos acionistas controladores, quando estes representem a maioria do capital votante; e (iii) as pessoas jurídicas que possuam diretores ou administradores comuns à Permissionária. Outra questão de destaque foi a regulamentação dos contratos de prestação de serviço e de compartilhamento de infraestrutura e de recursos humanos, possibilitando que os contratos estabelecidos anteriormente possam ser prorrogados, desde que anuídos pela ANEEL, caso se demonstre vantagem operacional, econômica e financeira para o Agente contratante em aditar a avença frente a uma nova contratação.

Ainda com relação a este processo, o rateio dos custos de compartilhamento de recursos humanos ocorrerá de forma proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto – AIB do agente participante do compartilhamento. No compartilhamento de recursos humanos pelas Distribuidoras, essas deverão manter a autonomia integral dos processos de operações, de engenharia e de ouvidoria. Com relação as áreas de suprimentos, contábil, comercial, financeira, de auditoria, além de outras a critério da ANEEL, as Distribuidoras deverão, no pedido de anuência prévia, apresentar a forma de gestão a ser aplicada aos referidos processos, de modo a evidenciar sua autonomia para que o serviço concedido se mantenha adequado por todo o período da contratação, sendo que a ANEEL poderá demandar a autonomia integral ou parcial dos processos.

7.2.1 TARIFAS DA DISTRIBUIÇÃO

COELBA

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.066 de 19 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 16,07%, dos quais 12,18% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 3,89% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 10,72%, conforme tabela a seguir.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2016 com vigência até 21 de abril de 2017.

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	10,64%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	10,76%
Efeito tarifário médio AT+BT	**10,72%**

CELPE

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.067 de 26 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, de 14,03%, dos quais 11,29% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 2,74% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 9,99%, conforme tabela abaixo.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2016 com vigência até 28 de abril de 2017.

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	6,77%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	11,66%
Efeito tarifário médio AT+BT	**9,99%**

COSERN

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2016

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.064, de 19 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de Abril de 2016, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 11,51%, dos quais 11,80% correspondem ao reajuste tarifário econômico e -0,29% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 7,73%, conforme tabela a seguir:

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2016 com vigência até 21 de abril de 2017.

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	7,61%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	7,78%
Efeito tarifário médio AT+BT	**7,73%**

8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Sustentabilidade é um valor para o Grupo Neoenergia e está materializada na sua Missão: “Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo”.

Com base nesse compromisso, em 2016 a empresa deu continuidade às ações voltadas para a satisfação dos clientes, de relacionamento com a comunidade, de promoção do uso seguro e eficiente da energia, de investimento em uma matriz energética renovável e de inovação em seus processos, produtos e serviços. As iniciativas são realizadas por meio de diversos programas e projetos, de forma a intensificar o relacionamento com as partes interessadas e alinhar as suas necessidades aos propósitos e valores da organização.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a empresa publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade. Elaborado com a metodologia da *Global Reporting Iniciative,* o documento abrange os aspectos que determinam os resultados sustentáveis de uma empresa, alinhando o crescimento econômico com o desenvolvimento social e a preservação ambiental.

Em 2016, o Grupo Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global, iniciativa que reforça uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

EDUCAÇÃO, CULTURA E INCLUSÃO SOCIAL

As ações socioambientais do Grupo Neoenergia incluem projetos próprios, apoio a projetos de terceiros com recursos diretos ou incentivados, e os programas corporativos de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento, ambos regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Todas essas iniciativas se distribuem em quatro áreas de atuação: educação, cultura, inclusão social e meio ambiente. A seguir, alguns destaques de 2016.

Na área de educação, o Grupo Neoenergia renovou a parceria com o Instituto Ayrton Senna, estabelecida desde 2006 para a melhoria do desempenho escolar de crianças e adolescentes da rede pública de ensino. Por meio dos programas *Se Liga* e *Acelera*, voltados para a correção do fluxo escolar e o combate ao analfabetismo, a parceria abrange escolas públicas de Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Em 2016, a parceria beneficiou mais de 4.200 alunos nas cidades de Juazeiro (BA), Natal e Recife.

O Grupo Neoenergia manteve em 2016 seu apoio ao Selo Unicef Município Aprovado, que estimula avanços nas áreas de Educação, Saúde, Proteção e Participação Social que contribuam para a redução das desigualdades de crianças e adolescentes no Nordeste. Por meio das distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern, o grupo apoiou as ações em 466 municípios do semiárido, onde vivem cerca de quatro milhões de crianças e adolescentes.

Algumas iniciativas regionais merecem destaque em 2016. A Coelba deu continuidade ao projeto Ecoteca – a biblioteca ecológica, levando-o para quatro cidades do interior (Lauro de Freitas, Feira de Santana, Jucuruçu e Encruzilhada). Ao final das atividades, as ecotecas foram doadas a escolas municipais de cada cidade. O público impactado por esse projeto, nas quatro cidades, foi de aproximadamente 20 mil pessoas impactadas em 2016.

Pelo quinto ano consecutivo, a Coelba patrocinou a Flica, tradicional feira de literatura do estado, realizada na cidade de Cachoeira, e pelo quarto ano apresentou a Fliquinha. Foram realizadas

ações em praça pública com foco no uso seguro e eficiente da energia elétrica, com jogos educativos e exibição, em tabletes, dos dez episódios de vídeo do Projeto Paxuá e Paramim, desenvolvido pela área de Eficiência Energética, em parceria com o músico Carlinhos Brown. A distribuidora também contribui para a programação oficial da Fliquinha levando o músico Carlinhos Brown para uma apresentação no evento infantil, onde ele falou sobre o projeto e reafirmou a importância dos cuidados com a rede elétrica.

Na Celpe, o destaque vai para o Espaço Celpe nas Escolas, ação educativa, realizada no ambiente escolar, que orientou 6,8 mil estudantes sobre segurança com energia elétrica, e para o Espaço Celpe nas Comunidades, um mutirão para oferta de serviços comerciais e educacionais que beneficiou mais de 6,3 mil pessoas durante 2016.

No campo da inclusão social, merece destaque uma iniciativa da Cosern iniciada em 2016. O projeto Narrativas do Silêncio ofereceu oficinas de fotografia ao público surdo, traduzida na linguagem brasileira dos sinais (LIBRAS), totalizando 20 participantes, além da realização de exposição fotográfica e do espetáculo teatral “A Busca de Seo Peto e Seo Antônio”, que tem no elenco três atores surdos e foi apresentado em Natal para 400 expectadores ouvintes e surdos.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO CONSCIENTE DE ENERGIA

Ao longo de 2016, o Grupo Neoenergia deu continuidade às ações do seu Programa de Eficiência Energética. Entre os destaques do ano estão os projetos de Doação de Geladeiras e Lâmpadas, Troca Econômica e Educação com Energia.

O projeto de Doação de Geladeiras e Lâmpadas tem como objetivo a troca de refrigeradores ineficientes por novos com Selo Procel e doação de lâmpadas eficientes para os consumidores residenciais moradores de comunidades populares nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Já o projeto Troca Econômica concede bônus a clientes residenciais e de baixa renda para a compra de aparelhos eletrodomésticos eficientes (geladeiras, freezers, lavadoras de roupas e aparelhos de ar-condicionado).

O projeto Educação com Energia capacita educadores dos ensinos Fundamental e Médio, de escolas públicas e privadas, nos conceitos do uso eficiente e seguro de energia elétrica, e foi desenvolvido, de forma cooperada, pelas três distribuidoras do grupo em 2016. Ele utiliza a metodologia “Energia que Transforma”, que preconiza conceitos do uso seguro e eficiente de energia para a preservação ambiental.

O Grupo Neoenergia deu início em 2016 a uma parceria com o músico Carlinhos Brown para disseminação entre as crianças do uso seguro e eficiente de energia elétrica. Com shows em Salvador, Recife e Natal, Carlinhos Brown levou às crianças os personagens Paxuá e Paramim – que protagonizam histórias do cotidiano com conceitos básicos sobre segurança em relação às redes elétricas.

Cabe ainda destacar os projetos de eficientização de prédios públicos e de incentivo à substituição de motores elétricos, desenvolvidos em 2016 pelas três distribuidoras do grupo. O primeiro prevê ações de eficiência energética em instituições públicas dos três estados – como foi o caso, em 2016, do Hospital dos Servidores e da Escola de Referência em Ensino Médio Santos Dumont, no Recife. O segundo prevê a substituição de motores antigos por modelos mais modernos e eficientes.

INOVAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Os projetos do programa de P&D do Grupo Neoenergia giram em torno de cinco temas estratégicos: Redes Inteligentes (Smart Grid); Qualidade e Confiabilidade; Segurança de Instalações e de Pessoas; Combate às Perdas; e Sustentabilidade do Negócio. Para o Grupo

Neoenergia, o tema inovação está diretamente relacionado com iniciativas que possam agregar valor ao negócio de suas empresas e, ainda, atender as necessidades de seus stakeholders.

Além de uma equipe de gestão composta por 13 profissionais, a área de P&D conta com mais de 80 profissionais de diversas áreas da empresa que atuam como pesquisadores nos projetos desenvolvidos pelo grupo. A seguir, alguns destaques da área em 2016.

O projeto de P&D considerado o mais ambicioso é o de "Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes". Iniciado em julho de 2016, dele participam as três distribuidoras do Grupo Neoenergia, sendo a Coelba a empresa proponente. A primeira parte desse projeto terá a duração de três anos e um custo de cerca de R$ 28 milhões.

Na Coelba destaca-se o projeto "Desenvolvimento de ferramental, equipamentos e metodologia para realização de poda com rede energizada em áreas urbanas através de braços mecânicos com comando remoto". O objetivo é desenvolver um braço articulado extensível e isolado, adaptável a veículos e operável remotamente, contendo em sua extremidade superior um sistema que permita a adaptação de ferramenta para a realização de poda em áreas urbanas.

Também merece destaque em 2016 na Coelba a inauguração da primeira usina de geração de energia com uso do biogás proveniente do esgoto, no estado da Bahia. Localizada na Estação de Tratamento Jacuípe II, em Feira de Santana, a usina é fruto do projeto de P&D "Arranjos técnicos e comerciais de geração de energia a partir do biogás proveniente de reatores anaeróbicos de estações de tratamento de esgoto".

Na Celpe, o destaque é o projeto "Desenvolvimento e Implementações de Provas de Conceito de Redes Inteligentes (RI) em Localidade Piloto com Elevadas Restrições Ambientais", como no caso da Ilha de Fernando de Noronha. Esse projeto tem como objetivo a implantação de um modelo de rede inteligente, utilizando a rede de distribuição de Noronha, com foco na avaliação e experimentação da sua aplicabilidade.

Já na Cosern, o principal projeto em andamento é "Cabeça de série do aferidor de medidores de energia elétrica sem interrupção no fornecimento". A ideia é transformar o protótipo (desenvolvido em projeto antecessor) em um equipamento resistente para uso profissional em campo, visando futura comercialização e produção em larga escala. O equipamento permite aferir os medidores de energia elétrica sem retirá-los da unidade consumidora, ou seja, sem interrupção do fornecimento.

Nas empresas geradoras e transmissoras do Grupo Neoenergia, o principal destaque é o projeto "SMART-SEN - Um Modelo de Simulação do Sistema Elétrico Nacional com Presença de Geração de Renováveis Intermitentes". O objetivo é desenvolver uma nova metodologia de extração e manipulação de dados de gerações de fontes intermitentes de energia em intervalos de tempo adequados para a simulação da operação do Sistema Interligado Nacional (SIN).

MEIO AMBIENTE

Ao longo de 2016, por meio de vários projetos, o Grupo Neoenergia reafirmou seu compromisso de respeito ao meio ambiente e de preservação dos ecossistemas em suas áreas de atuação. Entre os destaques está o projeto Vale Luz, que integra o Programa de Eficiência Energética do grupo Neoenergia. Ele permite a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. Iniciado em 2008, o projeto contempla clientes das três distribuidoras. Além de proporcionar que alguns consumidores até zerem a conta, o projeto estimula a coleta seletiva e dá destinação adequada aos resíduos arrecadados.

Também merece a campanha de controle de queimadas sob as linhas de transmissão na Zona da Mata de Pernambuco, desenvolvida pela Celpe desde 2009. A iniciativa visa sensibilizar a sociedade quanto à prática não controlada de queimadas, que afeta as redes de transmissão e distribuição e provoca interferências no fornecimento. Os resultados são alentadores. Na safra 2008/2009, foram registradas 15 ocorrências relacionadas à presença de fogo na extensão das linhas de transmissão. Na safra 2014/2015, só uma ocorrência foi registrada. Em 2016, foram realizadas dez oficinas de sensibilização e dez palestras comunitárias. Como forma de fiscalizar e orientar os produtores de cana, a empresa realiza visitas às áreas de plantio, oferecendo esclarecimentos sobre a prática de queimadas, e divulga spots em emissora de rádio com alcance para 54 municípios.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Selo Energia Sustentável – As três distribuidoras do Grupo Neoenergia receberam o Selo Energia Sustentável do Instituto Acende Brasil para o período 2017-2019, depois de rigoroso processo de avaliação em 2016. A Celpe alcançou o nível ouro (o mais alto) e a Coelba e a Cosern, o nível prata.

Guia Você S.A – As melhores empresas para iniciar a carreira – O Grupo Neoenergia está entre as 10 melhores empresas do Brasil para iniciar a carreira, segundo o Guia Você S.A., da Editora Abril, divulgado em maio/2016.

Melhores e Maiores 2016 – No ranking dos 200 maiores grupos privados do país, por vendas líquidas, a Neoenergia está na 41ª posição (subindo duas posições em relação ao ano anterior).

Ranking 2016 Valor 1000 – A Neoenergia subiu cinco posições em relação ao levantamento anterior e ficou em 36º lugar no ranking dos 1.000 maiores grupos empresairiais do Brasil, segundo a publicação do jornal Valor Econômico.

14º Latin American Utility Week Awards – Com o projeto do Sensor Inteligente para Monitorar Eventos nas Linhas de Distribuição, a Neoenergia venceu na categoria Smart Grid deste que é considerado um dos maiores prêmios de Inovação da América Latina. O projeto foi desenvolvido no âmbito do programa de P&D da Coelba.

Prêmio Empresa Pró-Ética 2016 – Por ser uma empresa ética e comprometida com a prevenção e o combate à corrupção, o Grupo Neoenergia foi uma das 25 (entre 195 inscritas) a receber o prêmio, uma iniciativa do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e do Instituto Ethos.

9. SAÚDE E SEGURANÇA

Os programas de Saúde e Segurança no Trabalho são realizados de forma integrada e priorizam a proteção da vida e a qualidade do ambiente. Estimulamos a cultura de prevenção por meio do controle de riscos e impactos, garantindo a observância dos requisitos legais, do comportamento seguro e o alinhamento com as políticas do Grupo.

Esperamos alcançar o nível de Saúde e Segurança de uma organização de classe mundial, onde a prática de comportamentos seguros seja um compromisso de todos.

Reconhecemos que aprimorar a segurança de nossas empresas e da comunidade envolve muito mais do que obedecer a regras e leis. Por isso, estimulamos que líderes e colaboradores:

- ✓ Sejam exemplos visíveis e percebidos de ações seguras;
- ✓ Não negociem a segurança;
- ✓ Busquem constantemente a meta de zerar acidentes;
- ✓ Estejam presentes e atuantes em campo, próximos as operações onde o risco é maior;

✓ Promovam o Diálogo Diário de Segurança (DDS) – contato através de bate papo informal ou apresentação que serve para divulgar as medidas de prevenção de acidentes de trabalho;

Além disso, realizamos ações de segurança para a população, como treinamento sobre instalações elétricas para profissionais da construção civil. Palestras sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica em escolas e divulgação maciça em todos os veículos sobre o uso seguro e eficiente de energia elétrica, campanha educativa em redes sociais.

10. OUTROS DESTAQUES

10.1 Rating

Em 10 de Setembro de 2015, a Standard & Poor´s – S&P rebaixou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern para 'BB+' na Escala Global e 'brAA+` na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa para ambos. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do Rating soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida.

A Itapebi e Termopernambuco também sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de brAA+ para brAA.

Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de rating S&P rebaixou novamente o Rating soberano do Brasil. Devido à condição do setor regulado citada no primeiro parágrafo deste item, os ratings de crédito corporativo da Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern foram rebaixados de 'brAA+' para 'brAA-' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa.

Nessa data a Itapebi, Termopernambuco e NC Energia sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de 'brAA' para 'brA+'.

É importante ressaltar que, mesmo após o rebaixamento, a Neoenergia permanece entre as melhores empresas na escala de classificações do Rating do setor elétrico, tendo o maior *rating* que uma empresa brasileira e regulada poderia ter.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos à Neoenergia e às distribuidoras do Grupo, além das emissões de debêntures das geradoras e da NC Energia.

Rating Corporativo - Escala Nacional	2011	2012	2013	2014	2015		2016
					Até Setembro	A partir de Setembro	
Neoenergia	**AAA**	**AAA**	**AAA**	**AAA**	**AAA**	**AA+**	**AA-**
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
COELBA	**AAA**	**AAA**	**AAA**	**AAA**	**AAA**	**AA+**	**AA-**
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
CELPE	**AAA**	**AAA**	**AAA**	**AAA**	**AAA**	**AA+**	**AA-**
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
COSERN	**AAA**	**AAA**	**AAA**	**AAA**	**AAA**	**AA+**	**AA-**
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
Itapebi (Rating de Emissão)	**AA+**	**AA+**	**AA+**	**AA+**	**AA+**	**AA**	**A+**
Termopernambuco (Rating de Emissão)	**AA+**	**AA+**	**AA+**	**AA+**	**AA+**	**AA**	**A+**
NC Energia (Rating de Emissão)						**AA**	**A+**

11. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contratos de prestação de serviços de auditoria com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), com vigência de 24 (vinte e quatro) meses.

Os serviços de auditoria relacionados à auditoria contemplam: emissão de relatório contendo a opinião sobre as demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, para o período findo em 31 de dezembro de 2016, revisão e emissão de relatório de revisão sobre as informações financeiras intermediárias, auditoria dos Programas de P&D e Eficiência Energética visando fornecer subsídios para a avaliação de resultados e fiscalização dos programas pela Aneel, revisão do Relatório de Controle Patrimonial (RCP) e outros serviços de asseguração relacionados à auditoria.

Em 2016, a EY realizou serviços de auditoria e relacionados à auditoria externa no montante total de R$ 154 mil. A administração da Companhia, assim como seus auditores independentes entendem que não houve prestação de serviços não relacionados à auditoria externa que pudessem vir a afetar a independência e objetividade da EY, necessária ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

12. AGRADECIMENTOS

A NEOENERGIA agradece aos seus acionistas, aos Senhores membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estadual e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor pela confiança depositada no ano de 2016 e especialmente aos seus colaboradores pela dedicação e empenho na busca das metas estabelecidas.

13. BALANÇO SOCIAL

1 - BASE DE CÁLCULO	2016	2015 (Reclassificado)
	R$ mil	R$ mil
Receita Líquida (RL)	14.834.231	14.611.187
Resultado Operacional (RO)	3.288.991	3.208.906
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	806.034	718.089
Valor Adicionado Total (VAT)	13.587.114	13.210.090

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	48.943	6,07%	0,33%	0,36%	38.945	5,42%	0,27%	0,29%
Encargos sociais compulsórios	180.949	22,45%	1,22%	1,33%	158.799	22,11%	1,09%	1,20%
Previdência privada *	(57.310)	-7,11%	-0,39%	-0,42%	(49.124)	-6,84%	-0,34%	-0,37%
Saúde	74.776	9,28%	0,50%	0,55%	38.945	5,42%	0,27%	0,29%
Segurança e saúde no trabalho	9.374	1,16%	0,06%	0,07%	9.936	1,38%	0,07%	0,08%
Educação	1.925	0,24%	0,01%	0,01%	1.851	0,26%	0,01%	0,01%
Cultura	619	0,08%	0,00%	0,00%	102	0,01%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.490	0,68%	0,04%	0,04%	7.164	1,00%	0,05%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	7.530	0,93%	0,05%	0,06%	4.859	0,68%	0,03%	0,04%
Esporte	350	0,04%	0,00%	0,00%	486	0,07%	0,00%	0,00%
Transporte	1.842	0,23%	0,01%	0,01%	2.072	0,29%	0,01%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	55.290	6,86%	0,37%	0,41%	38.945	5,42%	0,27%	0,29%
Outros	3.099	0,38%	0,02%	0,02%	9.904	1,38%	0,07%	0,07%
Total - Indicadores sociais internos	**332.876**	**41,30%**	**2,24%**	**2,45%**	**262.884**	**36,61%**	**1,80%**	**2,01%**

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	2.155	0,07%	0,01%	0,02%	1.170	0,04%	0,01%	0,01%
Cultura	60.469	1,84%	0,41%	0,45%	60.969	1,90%	0,42%	0,46%
Saúde e Saneamento	651	0,02%	0,00%	0,00%	959	0,03%	0,01%	0,01%
Esporte	528	0,02%	0,00%	0,00%	30	0,00%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	17	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento Social	488.425	14,85%	3,29%	3,59%	394.323	12,29%	2,70%	2,99%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	51.581	1,57%	0,35%	0,38%	103.519	3,23%	0,71%	0,78%
Outros	1.862	0,06%	0,01%	0,01%	1.378	0,04%	0,01%	0,01%
Total das Contribuições para a Sociedade	**605.687**	**18,42%**	**4,08%**	**4,46%**	**562.346**	**17,52%**	**3,85%**	**4,26%**
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	6.941.630	211,06%	46,79%	51,09%	4.830.069	150,52%	33,06%	36,56%
Total - Indicadores sociais externos	**7.547.317**	**229,47%**	**50,88%**	**55,55%**	**5.392.415**	**168,05%**	**36,91%**	**40,82%**

4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	491.436	14,94%	3,31%	3,62%	304.281	9,48%	2,08%	2,30%
Investimento em programas e/ou projetos externos	59.055	1,80%	0,40%	0,43%	54.408	1,70%	0,37%	0,41%
Total dos investimentos em meio ambiente	**550.491**	**16,74%**	**3,71%**	**4,05%**	**358.689**	**11,18%**	**2,45%**	**2,72%**
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.	118				196			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	357				120.796			
Passivos e contigências ambientais.	4				-			
Quanto ao estabelecimento de **metas anuais** para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) Não possui Metas	( ) Cumpre de 0 a 50%	( ) Cumpre de 51 a 75%	(X) Cumpre de 76 a 100%	(X) Não possui Metas	( ) Cumpre de 0 a 50%	( ) Cumpre de 51 a 75%	( ) Cumpre de 76 a 100%

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2016	2015
Nº de empregados(as) ao final do período	5.737	5.335
Nº de admissões durante o período	767	763
Nº de desligamentos durante o período	409	656
Nº de empregados(as) terceirizados	22.261	19.934
Nº de estagiários(as)	434	426
Nº de empregados acima de 45 anos	1.364	1.534
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:		
menores de 18 anos	-	-
de 18 a 35 anos	2.972	2.691
de 36 a 60 anos	2.711	2.601
acima de 60 anos	54	43
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:		
analfabetos	-	-
com ensino fundamental	186	211
com ensino médio	1.699	1.572
com ensino técnico	1.497	1.303
com ensino superior	1.853	1.751
pós-graduados	502	498
Nº de empregados por sexo:		
homens	4.343	4.022
mulheres	1.394	1.313
% de cargos de chefia por sexo:		
homens	76%	88%
mulheres	24%	12%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	398	334
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	6%	2%
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	237	228
Remuneração bruta segregada por:		
Empregados	395.833	342.284
Administradores	18.184	25.651
Terceirizados	-	-
Autônomos	-	-

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2016			2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	169					
Nº total de acidentes de trabalho	40					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerência	( ) todos (as) os empregados (as)	( ) direção	(X) direção e gerência	( ) todos (as) os empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerência	(X) todos(as) + CIPA	( ) todos (as) os empregados (as)	( ) direção e gerência	(X) todos(as) + CIPA	( ) todos (as) os empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerência	(X) todos (as) os empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerência	(X) todos (as) os empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerência	(X) todos (as) os empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerência	(X) todos (as) os empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva
Contencioso Cível:						
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):						
Na Empresa	148.037			86.673		
No Procon	1.920			1.464		
Na Justiça	44.697			10.580		
% das reclamações e críticas solucionadas:						
Na Empresa	96%			97%		
No Procon	58%			26%		
Na Justiça	54%			70%		
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	**92.200**			64.263		
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:	Certificação da ISO 9001 para atender um dos requisitos instituídos pela ANEEL no processo de premiação da Melhor Ouvidoria do Brasil. Implantação da Central do Cliente, visando a antecipação às demandas dos clientes e melhoria da satisfação, sempre com o lema: + Próximo + Fácil + Ágil. Atualização de modelos de cartas para respostas das reclamações.			Certificação da ISO 9001 para atender um dos requisitos instituídos pela ANEEL no processo de premiação da Melhor Ouvidoria do Brasil. Implantação da Central do Cliente, visando a antecipação às demandas dos clientes e melhoria da satisfação, sempre com o lema: + Próximo + Fácil + Ágil. Atualização de modelos de cartas para respostas das reclamações.		
Contigências e passivos trabalhistas:						
Número de processos trabalhistas:						
movidos contra a entidade	2.183			1.070		
julgados procedentes	1.064			1.280		
julgados improcedentes	279			640		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	**48.328**			**34.054**		
Valor Adicionado total a distribuir (em mil R$)	**13.587.114**			**13.210.090**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):						
Ao Governo (%)	52%			50%		
Aos Colaboradores (%)	5%			5%		
Aos Acionistas (%)	3%			3%		
A terceiros (%)	40%			43%		

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

CNPJ: 01.083.200/0001-18

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: **Marcus de Barros Pinto** Fone: **(21) 3235-9833** E-mail: **marcus.barros@neoenergia.com**

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não examinadas pelos auditores independentes.

* Reversão da reserva superavitária do plano de previdência.

NOTAS EXPLICATIVAS



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

Neoenergia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2016	2015	2016	2015
Ativo		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	238	215	380.935	138.878
Contas a receber de clientes e outros	6	4.331	3.868	2.736.361	2.748.259
Títulos e valores mobiliários	5	257.345	232.511	1.012.660	2.458.744
Instrumentos financeiros derivativos	15	-	196.429	322.352	315.246
Impostos e contribuições a recuperar	7	58.965	62.870	503.640	408.591
Despesas pagas antecipadamente		159	-	43.567	53.452
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	27	-	-	16.000	-
Serviços em curso		-	-	41.003	44.936
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	62.104	139.677
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	-	-	62.106	51.331
Outros ativos circulantes		16.560	3.953	124.451	117.125
Ativos classificados como mantidos para venda	3.9.1/3.9.2	609.132	-	981.705	-
Total do circulante		**946.730**	**499.846**	**6.286.884**	**6.476.239**
Não circulante					
Contas a receber de clientes e outros	6	10.780	10.427	293.424	285.829
Títulos e valores mobiliários	5	7.731	3.208	68.529	4.506
Instrumentos financeiros derivativos	15	4.750	-	516.374	1.411.496
Impostos e contribuições a recuperar	7	-	-	210.490	106.589
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		295.243	274.453	18.020	11.489
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	-	926	754.293	781.307
Depósitos judiciais	18	41.104	37.062	574.983	512.158
Despesas pagas antecipadamente		-	-	7.499	12.137
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	28	-	-	20.452	15.463
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	25.517	145.254
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	-	-	5.234.443	4.086.725
Outros ativos não circulantes		59.823	94.204	42.552	127.383
Investimentos		9.916.439	9.719.665	2.498.060	1.926.876
Investimentos em coligadas e controladas	10	9.916.439	9.719.665	2.489.419	1.916.158
Outros investimentos		-	-	8.641	10.718
Imobilizado	11	27.732	26.317	3.413.534	3.889.079
Intangível	13	1.087	884	8.002.350	7.578.962
Total do não circulante		**10.364.689**	**10.167.146**	**21.680.520**	**20.895.253**
Total do ativo		**11.311.419**	**10.666.992**	**27.967.404**	**27.371.492**

Neoenergia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Passivo		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante					
Fornecedores	14	5.008	4.541	1.846.704	2.385.903
Empréstimos, financiamentos e encargos	15	445.165	804.945	3.441.530	2.839.007
Debêntures	15	28.486	-	390.975	345.139
Instrumentos financeiros derivativos	15	38.623	34.976	170.556	71.106
Salários e encargos a pagar	16	5.509	4.132	132.965	147.430
Taxas regulamentares	17	-	-	193.380	205.734
Impostos e contribuições a recolher	18	17.548	6.219	592.630	546.364
Dividendos e juros sobre capital próprio	21	383.626	213.564	403.884	232.245
Provisões	19	-	-	139.655	159.289
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	28	-	-	53.382	38.700
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	90.652	555
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	4.018	4.390
Outros passivos circulantes	20	127.732	13	472.670	456.420
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	3.9.2	-	-	333.649	-
Total do circulante		**1.051.697**	**1.068.390**	**8.266.650**	**7.432.282**
Não circulante					
Fornecedores	14	-	1.963	79.107	101.466
Empréstimos e financiamentos	15	354.750	20.579	6.132.265	7.729.985
Debêntures	15	398.859	-	1.996.151	893.495
Instrumentos financeiros derivativos	15	-	391	54.256	2.685
Taxas regulamentares	17	-	-	61.908	66.090
Impostos e contribuições a recolher	18	-	-	5.947	4.887
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	7.743	-	13.955	-
Provisões	19	8.721	7.621	414.442	360.896
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	28	-	-	762.075	622.943
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	9	-	-	57.674	2.283
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	50.322	47.982
Outros passivos não circulantes	20	796.973	763.474	852.887	791.616
Total do não circulante		**1.567.046**	**794.028**	**10.480.989**	**10.624.328**
Patrimônio líquido	21				
Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de lucros		4.837.235	4.847.506	4.850.375	4.847.506
Reserva de transação de capital com os sócios		(990.972)	(990.972)	(990.972)	(990.972)
Outros resultados abrangentes		(111.276)	17.792	(111.276)	17.792
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		216.376	188.935	216.376	188.935
Total do patrimônio líquido antes das participações		**8.692.676**	**8.804.574**	**8.705.816**	**8.804.574**
Participações de acionistas não controladores		-	-	513.949	510.308
Total do patrimônio líquido		**8.692.676**	**8.804.574**	**9.219.765**	**9.314.882**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**11.311.419**	**10.666.992**	**27.967.404**	**27.371.492**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Neoenergia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita líquida	**22**	**3.756**	**4.570**	**14.834.231**	**14.611.187**
Custos dos serviços		-	-	**(11.545.240)**	**(11.402.281)**
Custos com energia elétrica	23	-	-	(6.694.223)	(7.931.842)
Custos de operação	24	-	-	(2.791.659)	(2.040.131)
Custos de construção		-	-	(2.059.358)	(1.430.308)
Lucro bruto		**3.756**	**4.570**	**3.288.991**	**3.208.906**
Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa		-	-	(235.861)	(194.478)
Despesas com vendas	24	-	-	(408.306)	(494.214)
Outras receitas/ despesas gerais e administrativas	24	(108.076)	(21.839)	(657.440)	(831.099)
Resultado de participações societárias		**645.436**	**427.660**	**(129.959)**	**(234.562)**
Equivalência patrimonial	10	755.712	515.540	(20.099)	(146.585)
Amortização de mais-valia	10	(110.276)	(87.880)	(109.860)	(87.977)
Lucro operacional		**541.116**	**410.391**	**1.857.425**	**1.454.553**
Receitas financeiras	25	442.765	469.751	4.166.788	4.734.622
Despesas financeiras	25	(682.814)	(571.517)	(5.463.402)	(5.606.867)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**301.067**	**308.625**	**560.811**	**582.308**
Imposto de renda e contribuição social	**8**	**(11.338)**	**762**	**(206.508)**	**(210.325)**
Corrente		(2.669)	(6.069)	(120.692)	(205.210)
Diferido		(8.669)	6.831	(85.816)	(5.115)
Lucro líquido do exercício		**289.729**	**309.387**	**354.303**	**371.983**
Atribuível à					
Acionistas controladores		289.729	309.387	302.869	309.387
Acionistas não controladores		-	-	51.434	62.596
Lucro básico e diluído por ação					
Do capital - R$					
Ordinária		0,37	0,40	0,39	0,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Neoenergia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	**289.729**	**309.387**	**354.303**	**371.983**
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Participação sobre Planos de Benefícios e Plano de Saúde a Empregados das investidas	(82.420)	7.648	(132.728)	15.552
Participação sobre *hedge* de fluxo de caixa das investidas	(46.648)	44.003	(46.648)	44.003
Impostos diferidos sobre resultado abrangentes	-	-	45.127	(5.290)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	**(129.068)**	**51.651**	**(134.249)**	**54.265**
Resultado abrangente do exercício	**160.661**	**361.038**	**220.054**	**426.248**
Atribuível à:				
Acionistas controladores	160.661	361.038	173.801	361.038
Acionistas não controladores	-	-	46.253	65.210
Lucro básico e diluído por ação				
Do capital - R$				
Ordinária	0,21	0,46	0,22	0,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Neoenergia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Controladora

					Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	**4.739.025**	**2.288**	**(657.542)**	**(33.859)**	**610.092**	**73.046**	**4.257.476**	**167.905**	**-**	**9.158.431**
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(167.905)	-	(167.905)
Outros resultados abrangentes:										
Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida	-	-	-	51.651	-	-	-	-	-	51.651
Dividendos intermediários sobre reserva	-	-	-	-	-	-	(102.495)	-	-	(102.495)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	309.387	309.387
Destinações										
Reserva legal	-	-	-	-	23.382	-	-	-	(23.382)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(111.065)	(111.065)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	188.935	(188.935)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(13.995)	-	13.995	-
Transação de capital com sócios										
Aquisição de participação adicional junto à não controladores	-	-	(333.430)	-	-	-	-	-	-	(333.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**4.739.025**	**2.288**	**(990.972)**	**17.792**	**633.474**	**73.046**	**4.140.986**	**188.935**	**-**	**8.804.574**
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(188.935)	-	(188.935)
Outros resultados abrangentes:										
Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida	-	-	-	(129.068)	-	-	-	-	-	(129.068)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	289.729	289.729
Destinações										
Reserva legal	-	-	-	-	17.605	-	-	-	(17.605)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(83.624)	(83.624)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	216.376	(216.376)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(27.876)	-	27.876	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**4.739.025**	**2.288**	**(990.972)**	**(111.276)**	**651.079**	**73.046**	**4.113.110**	**216.376**	**-**	**8.692.676**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Consolidado

					Reservas de lucros			Proposta				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de transação com os sócios	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	**4.739.025**	**2.288**	**(657.542)**	**(33.859)**	**610.092**	**73.046**	**4.257.476**	**167.905**	**-**	**9.158.431**	**774.840**	**9.933.271**
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(167.905)	-	(167.905)	-	(167.905)
Outros resultados abrangentes:												
Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida	-	-	-	44.003	-	-	-	-	-	44.003	-	44.003
Efeitos dos planos de benefícios de empregados das investidas	-	-	-	7.648	-	-	-	-	-	7.648	2.614	10.262
Dividendos intermediários sobre reserva	-	-	-	-	-	-	(102.495)	-	-	(102.495)	-	(102.495)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	309.387	309.387	62.596	371.983
Destinações												
Reserva legal	-	-	-	-	23.382	-	-	-	(23.382)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(111.065)	(111.065)	(27.740)	(138.805)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	188.935	(188.935)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(13.995)		13.995	-	-	-
Transação com sócios												
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.851	3.851
Aquisição de participação adicional junto à não controladores	-	-	(333.430)	-	-	-	-	-	-	(333.430)	(305.853)	(639.283)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**4.739.025**	**2.288**	**(990.972)**	**17.792**	**633.474**	**73.046**	**4.140.986**	**188.935**	**-**	**8.804.574**	**510.308**	**9.314.882**
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(188.935)	-	(188.935)	(18.621)	(207.556)
Outros resultados abrangentes:												
Resultado abrangente decorrente de equivalência sobre investida	-	-	-	(82.420)	-	-	-	-	-	(82.420)	(5.181)	(87.601)
Efeitos dos planos de benefícios de empregados das investidas	-	-	-	(46.648)	-	-	-	-	-	(46.648)	-	(46.648)
Dividendos intermediários sobre reserva												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	302.869	302.869	51.434	354.303
Destinações:												
Reserva legal					17.605				(17.605)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios									(83.624)	(83.624)	(23.991)	(107.615)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	216.376	(216.376)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(27.876)	-	27.876	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	13.140			(13.140)	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**4.739.025**	**2.288**	**(990.972)**	**(111.276)**	**651.079**	**86.186**	**4.113.110**	**216.376**	**-**	**8.705.816**	**513.949**	**9.219.765**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Neoenergia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Lucro Líquido do exercício	**289.729**	**309.387**	**354.303**	**371.983**
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização (*)	3.296	3.105	733.218	700.052
Valores a compensar/(repassar) da Parcela A e outros itens financeiros	-	-	1.510	147.980
Equivalência patrimonial	(755.712)	(515.540)	20.099	146.585
Amortização de mais-valia	110.276	87.880	109.860	87.977
Imposto de renda e contribuição social	11.338	(762)	206.508	210.325
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais e derivativos e outras receitas e despesas financeiras	182.632	117.526	1.140.324	949.287
Valor de reposição estimado da concessão	-	-	(233.716)	(335.916)
Perda/(ganho) na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis e financeiros indenizáveis	94	-	109.825	(13.983)
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	402	(13.903)	113.464	102.189
Perdas por redução esperada de créditos de liquidação duvidosa	-	-	90.464	43.291
Atualização monetária dos planos de benefício pós emprego	-	-	65.223	67.949
Atualização das provisões para contingências	-	-	94.539	107.911
Atualização de títulos e valores mobiliários	-	-	(124.977)	(131.253)
Outras provisões e atualizações de receitas e despesas	37.796	-	68.234	39.759
	(120.149)	**(12.307)**	**2.748.878**	**2.494.136**
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	(816)	(10.442)	(105.873)	(471.660)
IR e CSLL a Recuperar	1.868	34.522	(9.078)	27.811
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(162.686)	38.041
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	630.343	704.625	11.838	175
Depósitos judiciais	132	(1.311)	(40.728)	(53.540)
Despesas pagas antecipadamente	(159)	-	11.623	(30.221)
Benefício pós emprego	-	-	(104)	(7.338)
Amortização dos Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	-	-	229.631	396.955
Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	-	44.123	39.907
Outros ativos	20.227	(10.097)	(204.604)	(30.760)
	651.595	**717.297**	**(225.858)**	**(90.630)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	(1.496)	1.128	(338.425)	654.598
Salários e encargos a pagar	1.377	1.224	(13.530)	35.104
Encargos de dívidas e swap pagos	(35.071)	(9.577)	(1.169.780)	(839.432)
Taxas regulamentares	-	-	(26.378)	166.780
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-	(17.391)	(164.045)	(175.539)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	10.232	(21.604)	68.372	23.473
Valores de compensação da Parcela A e outros componentes financeiros	-	-	111.738	-
Indenizações e contingências pagas	-	-	(161.504)	(119.091)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	-	-	(59.399)	(59.634)
Outros passivos	69.781	(691)	309.680	27.452
	44.823	**(46.911)**	**(1.443.271)**	**(286.289)**
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**576.269**	**658.079**	**1.079.749**	**2.117.217**

Neoenergia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização/ Redução de capital	(951.338)	(737.887)	(639.852)	(537.556)
Aquisição de investimentos	(28.957)	-	(52.581)	-
Aquisição de imobilizado	(2.740)	(535)	(441.226)	(266.090)
Aquisição de intangível	(439)	(304)	(2.234.687)	(1.707.741)
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	-	-	(31.453)	(143.392)
Resgate/(Aplicação) de títulos e valores mobiliários	(808)	(248)	1.507.007	(1.158.199)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(984.282)**	**(738.974)**	**(1.892.792)**	**(3.812.978)**
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos e financiamentos	680.009	280.000	2.007.778	2.946.416
Captação de debêntures	400.000	-	1.506.890	31.600
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(569.476)	(985)	(2.239.776)	(1.052.085)
Amortização do principal de debêntures	-	-	(414.841)	(189.000)
Pagamentos de custos de captação	-	-	(5.353)	(2.118)
Depósitos em garantia	-	-	25.052	(42.426)
Obrigações vinculadas	-	-	233.449	292.328
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(102.497)	(198.071)	(58.099)	(241.511)
Utilização de caixa em atividade de financiamento	**408.036**	**80.944**	**1.055.100**	**1.743.204**
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**23**	**49**	**242.057**	**47.443**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	215	166	138.878	91.435
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	238	215	380.935	138.878
	23	**49**	**242.057**	**47.443**
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM CAIXA				
Provisões capitalizadas sem efeito no caixa	-	-	(42.550)	(61.454)
Compra de ações da Coelba e Cosern pertencentes a Iberdrola	-	704.081	-	704.081
Reversão de provisão de ativo imobilizado	-	-	17.563	-
Provisão para desmantelamento	-	-	2.630	-
Indenizações de seguro a receber	-	-	854	-

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Neoenergia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016 (Reapresentado)	31/12/2015 (Reapresentado)
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	4.138	5.013	22.199.373	21.496.980
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(235.925)	(194.476)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(3.858)	(19.953)
	4.138	**5.013**	**21.959.590**	**21.282.551**
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(6.551.653)	(7.651.293)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	(777.890)	(910.763)
Matérias-primas consumidas	-	-	(423.068)	(393.794)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(91.470)	(7.549)	(3.941.726)	(2.925.332)
	(91.470)	(7.549)	(11.694.337)	(11.881.182)
Valor adicionado bruto	**(87.332)**	**(2.536)**	**10.265.253**	**9.401.369**
Depreciação e amortização	(113.572)	(90.985)	(843.079)	(790.947)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(200.904)**	**(93.521)**	**9.422.174**	**8.610.422**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	442.765	469.751	4.185.039	4.746.253
Resultado de equivalência patrimonial	755.712	515.540	(20.099)	(146.585)
	1.198.477	985.291	4.164.940	4.599.668
Valor adicionado total a distribuir	**997.573**	**891.770**	**13.587.114**	**13.210.090**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	11	-	384.108	328.229
Encargos sociais (exceto INSS)	-	-	81.791	71.195
Entidade de previdência privada	222	204	(57.310)	(53.291)
Auxílio alimentação	-	-	48.943	38.945
Convênio assistencial e outros benefícios	-	-	66.640	62.104
Despesas com desligamento	-	-	21.912	43.560
Provisão para férias e 13º salário	-	-	79.187	74.352
Plano de saúde	267	365	77.639	70.923
Indenizações trabalhistas	-	-	239	7.962
Participações nos resultados	-	-	55.290	59.602
Administradores	8.836	7.506	28.624	27.437
Encerramento de ordem em curso	-	-	3.385	3.250
(-) Transferência para ordens	-	-	(97.930)	(106.394)
Outros	1.611	1.100	14.358	3.006
Subtotal	**10.947**	**9.175**	**706.876**	**630.880**
Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	1.781	1.411	99.158	87.209
ICMS	-	-	3.990.506	3.623.329
PIS/COFINS sobre faturamento	382	443	1.313.155	1.260.999
Imposto de renda e contribuição social	11.448	(762)	206.619	210.323
Obrigações intra-setoriais	-	-	1.405.198	1.375.880
Outros	300	279	26.152	24.234
Subtotal	**13.911**	**1.371**	**7.040.788**	**6.581.974**
Financiamentos				
Juros e variações cambiais	682.814	571.517	5.492.962	5.603.305
Aluguéis	172	320	21.055	18.579
Outros	-	-	(28.870)	3.369
Subtotal	**682.986**	**571.837**	**5.485.147**	**5.625.253**
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos distribuídos	83.624	111.066	83.624	111.066
Dividendos propostos	216.376	188.935	216.376	188.935
Lucro retido (Reserva Legal)	17.605	23.382	17.605	23.382
Reserva de retenção de lucro	(27.876)	(13.996)	(27.876)	(13.996)
Reserva de lucros não realizados	-	-	13.140	-
Participação dos não controladores	-	-	51.434	62.596
	289.729	309.387	354.303	371.983
Valor adicionado distribuído	**997.573**	**891.770**	**13.587.114**	**13.210.090**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A NEOENERGIA S.A. (“Neoenergia” ou a “Companhia”) com sede na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades. As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Neoenergia (conjuntamente, o “Grupo”) são dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica e estão apresentadas na Nota Explicativa 10.

A Administração da Neoenergia, em reunião realizada em 23 de abril de 2019, autorizou a divulgação e consequente reemissão destas demonstrações contábeis.

2. Concessões

O Grupo possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permissões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição	Número de Municípios	Localidade	Data de concessão	Data de vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/1997	07/08/2027
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/2000	30/03/2030
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	30/12/2027

Transmissão	Localidade	Data de concessão	Data de vencimento
AFLUENTE T	Estado da Bahia	06/08/1997	30/07/2027
SPE SE Narandiba S.A. (SE Narandiba)	Estado da Bahia	28/01/2009	28/01/2039
SPE SE Narandiba S.A. (SE Extremoz)	Estado d Rio Grande do Norte	10/05/2012	10/05/2042
SPE SE Narandiba S.A. (SE Brumado)	Estado da Bahia	27/08/2012	28/08/2042
POTIGUAR SUL	Estado da Paraíba e Rio Grande do Norte	01/08/2013	25/07/2043

Comercialização	Localidade	Data de concessão
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000

Geração em operação	Tipo de usina	Localidade	Capacidade instalada (MW)		Energia assegurada (MWmed)	Energia contratada (MWmed)	Data da concessão autorização	Data de vencimento
AFLUENTE G (a)								
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,65 MW		8,55 MW	9,0 MW	06/08/1997	19/10/2027
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8,0 MW		5,1 MW	8,0 MW	06/08/1997	08/08/2027
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	462,011 MW		214,3 MW	214,3 MW	28/05/1999	31/08/2035
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532,756 MW		504,12 MW	455,0 MW	18/12/2000	18/12/2030
CELPE								
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,1 MW		1,6 MW	1,6 MW	21/12/1989	21/12/2019
RIO PCH I (a)								
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19,0 MW		10,75 MW	11,0 MW	18/12/2002	19/03/2033
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20,0 MW		12,71 MW	11,0 MW	18/02/2002	09/03/2033
GOIAS SUL (a)								
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27,0 MW		17,09 MW	16,0 MW	18/12/2002	16/04/2033
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21,0 MW		12,37 MW	12,0 MW	18/02/2004	25/06/2034
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140,0 MW		80,2 MW	39,27 MW	15/08/2006	31/12/2039
GERAÇÃO CIII								
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	96,447 MW		50,9 MW	30,54 MW	07/11/2001	14/02/2037
BAHIA PCH I (a)	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25,0 MW		19,62 MW	19,0 MW	10/12/1999	09/12/2029
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261,0 MW		154,9 MW	147,0 MW	03/07/2007	02/01/2043
ENERGYWORKS (a)								
Kaiser Jacareí	Termelétrica - UTE	Av. Pres.Humberto de Alencar - SP	8,592 MW	(*)	7,9 MW	7,9 MW	1998	2028
Corn Mogi	Termelétrica - UTE	Rua Paula Bueno - SP	30,775 MW	(*)	30,0 MW	30,0 MW	2003	2031
Corn Balsa	Termelétrica - UTE	Rua Francisco Manuel da Cruz - PR	9,119 MW	(*)	8,7 MW	8,7 MW	2002	2031
Brahma Rio	Termelétrica - UTE	Antiga estrada Rio São Paulo - RJ	13,8 MW	(*)	11,6 MW	11,6 MW	1999	2028
TELES PIRES	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW		930,7 MW	778 MW (ACR) 152,7 MW (ACL)	07/06/2011	06/06/2046

Geração em operação	Tipo de usina	Localidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWmed)	Energia contratada (MWmed)	Data da concessão autorização	Data de vencimento
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28,0 MW	12,9 MW	12,3 MW	04/03/2011	03/03/2046
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20,0 MW	9,8 MW	9,3 MW	28/02/2011	27/02/2046
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30,0 MW	13,3 MW	13,0 MW	16/10/2012	16/10/2047
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30,0 MW	11,2 MW	11,0 MW	07/02/2011	06/02/2046
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30,0 MW	11,2 MW	11,1 MW	24/02/2011	23/02/2046
Calango 1	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30,0 MW	13,9 MW	13,8 MW	28/04/2011	27/04/2046
Calango 2	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30,0 MW	11,9 MW	11,8 MW	09/05/2011	08/05/2046
Calango 3	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30,0 MW	13,9 MW	13,8 MW	30/05/2011	29/05/2046
Calango 4	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30,0 MW	12,8 MW	12,8 MW	19/05/2011	18/05/2046
Calango 5	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30,0 MW	13,7 MW	13,6 MW	02/06/2011	01/06/2046
Calango 6	Eólica	Bodó - RN	30,0 MW	18,5 MW	18,5 MW	20/11/2014	19/11/2049
Santana 1	Eólica	Bodó - RN	30,0 MW	17,3 MW	17,2 MW	14/11/2014	13/11/2049
Santana 2	Eólica	Nova - RN	24,0 MW	13,1 MW	12,9 MW	14/11/2014	13/11/2049
Geração em construção							
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350,2 MW	171,3 MW	121 MW (ACR) 51,8 MW (ACL)	20/08/2012	14/09/2049
BELO MONTE	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233,1 MW	4.571,0 MW	3.024,83 MW (ACR) 864,24 MW (ACL)	26/08/2010	25/08/2045
PARQUES EÓLICOS							
Canoas	Eólica	São José do Sabugi/PB	31,5 MW	17,7 MW	16,1 MW	04/08/2016	03/08/2050
Lagoa 1	Eólica	Santa Luzia/PB	31,5 MW	18,7 MW	17,2 MW	04/08/2016	03/08/2050
Lagoa 2	Eólica	São José do Sabugi/PB	31,5 MW	17,5 MW	15,5 MW	04/08/2016	03/08/2050

(a) Conforme mencionado na nota 3.9, a Companhia alienou a participação societária detida nas seguintes sociedades: (i) Afluente Geração de Energia Eletrica S.A.; (ii) Bahia PCH I S.A.; (iii) Goiás Sul S.A.; (iv) Rio PCH I S.A.; e (v) EnergyWorks do Brasil Ltda., com Capuava Energy Ltda..

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – ("CVM")

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

3.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado no item 3.6.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras incluem: bifurcação dos bens da concessão do serviço publico (ativo financeiro indenizável e ativo intangível); contratos de construção, imposto de renda e contribuição social diferidos, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, mensuração pelo valor justo de ativos financeiros que não possuem mercado ativo, calculo atuarial dos benefícios pós-emprego, assim como a análise dos demais riscos para determinação de provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

3.4. Base de consolidação e investimentos em coligadas e *joint ventures*

Controladas são todas as investidas nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia considera que o controle é detido quando está exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com uma investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investidas. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os acordos de participações onde duas ou mais partes têm controle conjunto são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Estes investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, observando os percentuais de participação em vigor, conforme demonstrado na nota 10.

3.5. Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e do Grupo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos

respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.6. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, ativos e passivos financeiros setoriais, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, menos as perdas por redução ao valor recuperável.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros das empresas do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, debêntures e empréstimos e financiamentos, além dos derivativos classificados como a valor justo por meio do resultado.

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem derivativos e são mensurados a valor justo.

- Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. No caso de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que são itens objeto de hedge, são mensurados a valor justo por meio do resultado. O

Grupo faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

3.8. *Impairment* de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidencia objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- ✓ Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- ✓ Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- ✓ Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;

- ✓ O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- ✓ Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- ✓ Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- ✓ Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia efetuou análise para alguns de seus ativos os quais apresentaram indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

3.9. Ativos classificados como mantidos para venda

Conforme fato relevante divulgado em 28 de novembro de 2016, a Companhia celebrou contrato de compra e venda da totalidade da participação societária detida nas seguintes sociedades: (i) Afluente Geração de Energia Eletrica S.A.; (ii) Bahia PCH I S.A.; (iii) Goiás Sul S.A.; (iv) Rio PCH I S.A.; e (v) EnergyWorks do Brasil Ltda., com Capuava Energy Ltda..

A conclusão da operação estava sujeita aos termos e condições geralmente adotados nesta espécie de transação, incluindo autorização de órgãos governamentais, como o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE, obtida em 16 de dezembro de 2016 e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtida em 24 de janeiro de 2017).

Com a assinatura do contrato de compra e venda em novembro de 2016, a Companhia passou a tratar contabilmente esse bloco de ativos conforme preconiza o CPC 31, como Ativos não circulantes mantidos para venda.

O CPC 31 exige que os ativos que forem classificados como mantidos para venda sejam mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo deduzidos das despesas de venda. No caso da alienação dos ativos pela Companhia, o valor justo dos ativos deduzido das despesas de venda, é inferior ao valor contábil em R$ 73.738 reconhecidos como despesa no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3.9.1 Controladora

Composição dos investimentos na controladora:

Ativos classificados como mantidos para venda	**2016**
Afluente Geração de Energia S.A.	37.475
Goiás Sul S.A	212.431
Bahia PCH I S.A	135.600
Rio PCH I S.A	90.940
EnergyWorks do Brasil Ltda	132.686
	609.132

3.9.2 Consolidado

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016:

BALANÇOS PATRIMONIAIS	Goias Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I	Afluente G	Energy Works	Capuava	ELIMINAÇÕES	Total
ATIVO								
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	434	292	65	135	77	49		1.052
Contas a receber de clientes e outros	6.225	5.104	3.602	3.532	10.220	1.361	(5.891)	24.153
Títulos e Valores Mobiliários	9.213	7.130	13.815	4.361	76.817	22.653		133.989
Impostos e Contribuições a recuperar	33	2	99	-	4.248	446		4.828
Estoques	2	-	-	6	-	-		8
Despesas pagas antecipadamente	132	107	3	49	266	10		567
Outros ativos circulantes	74	6	106	6	1.274	-	-	1.466
								-
TOTAL DO CIRCULANTE	***16.113***	***12.641***	***17.690***	***8.089***	***92.902***	***24.519***	***(5.891)***	***166.063***
NÃO CIRCULANTE								
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	638	6.858	2.476		9.972
Impostos e Contribuições a recuperar	2	1	-	-	1.115	23		1.141
Dividendos a receber	-	-	-	-	2.908	-	(2.908)	-
Depositos Judicias	6.860	1.503	49	144	8	-		8.564
Despesas pagas antecipadamente	1.961	1.551	-	444	-	-		3.956
Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	-	-	-	12.786	-	-		12.786
Outros ativos não circulantes	-	1	-	-	-	-		1
Investimentos	-	-	-	-	31.533	-	(31.533)	-
Investimentos em coligadas e controladas	-	-	-	-	31.533	-	(31.533)	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-		-
Imobilizado	274.691	209.199	198.546	-	62.298	8.068		752.802
Intangível	1.409	1.778	-	23.228	5	-		26.420
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**284.923**	**214.033**	**198.595**	**37.240**	**104.725**	**10.567**	**(34.441)**	**815.642**
TOTAL DO ATIVO	**301.036**	**226.674**	**216.285**	**45.329**	**197.627**	**35.086**	**(40.332)**	**981.705**

BALANÇOS PATRIMONIAIS	Goias Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I	Afluente G	Energy Works	Capuava	ELIMINAÇÕES	Total
PASSIVO								
CIRCULANTE								
Fornecedores	3.139	940	7.146	513	7.760	107	(652)	18.953
Empréstimos e financiamentos	10.130	9.983	7.999	-	33.441	-		61.553
Debêntures	-	-	-	-	-	-		-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	13.184	-		13.184
Salários e encargos a pagar	-	-	-	-	782	86		868
Taxas regulamentares	10	8	5	155	-	1		179
Impostos e Contribuições a recolher	1.376	679	792	608	2.076	443		5.974
Dividendos e Juros sobre capital proprio	8.789	22.336	17.846	162	-	2.908	(2.908)	49.133
Provisões	-	-	-	17	-	-		17
Outros passivos circulantes	73	432	42	213	80	8		848
TOTAL DO CIRCULANTE	***23.517***	***34.378***	***33.830***	***1.668***	***57.323***	***3.553***	***(3.560)***	***150.709***
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	56.611	55.976	46.844	-	-	-		159.431
Taxas regulamentares	-	-	-	444	-	-		444
Provisões	8.311	6.405	-	528	7.616	-		22.860
Outros passivos não circulantes	165	1	11	28	-	-		205
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**65.087**	**62.382**	**46.855**	**1.000**	**7.616**	**-**	**-**	**182.940**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital Social	198.346	116.118	108.937	30.916	117.964	11.456	(11.456)	572.281
Reservas de Lucro	14.086	13.796	25.898	11.745	14.724	14.226	(14.226)	80.249
Proposta de Distribuição de dividendos adicional	-	-	765	-	-	5.851	(5.851)	765
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	**212.432**	**129.914**	**135.600**	**42.661**	**132.688**	**31.533**	**(31.533)**	**653.295**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**301.036**	**226.674**	**216.285**	**45.329**	**197.627**	**35.086**	**(35.093)**	**986.944**

Classificados como:

Ativos classificados como mantidos para venda	981.705
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	333.649

Demonstrações dos resultados em 31de dezembro de 2016:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Goias Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I	Afluente G	EnergyWorks	Capuava	ELIMINAÇÕES	Total
RECEITA BRUTA	44.920	42.234	39.944	37.511	71.863	17.043		253.515
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(1.646)	(1.542)	(1.459)	(2.116)	(12.727)	(3.717)		(23.207)
RECEITA LÍQUIDA	**43.274**	**40.692**	**38.485**	**35.395**	**59.136**	**13.326**	**-**	**230.308**
CUSTO DO SERVIÇO	**(20.431)**	**(19.607)**	**(12.209)**	**(22.818)**	**(20.636)**	**(2.202)**	**-**	**(97.903)**
Custo com energia elétrica	(6.400)	(4.229)	(2.396)	(15.084)	(6.056)	-	-	(34.165)
Custo de operação	(14.031)	(15.378)	(9.813)	(6.958)	(14.580)	(2.202)	-	(62.962)
Custo de Construção	-	-	-	(776)	-	-		(776)
LUCRO BRUTO	**22.843**	**21.085**	**26.276**	**12.577**	**38.500**	**11.124**	**-**	**132.405**
Despesas gerais e administrativas	(1.123)	(2.031)	(1.270)	(808)	(4.304)	(80)	-	(9.616)
Resultado de participações societárias	-	-	-	-	12.718	-	(12.718)	-
Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	12.718	-	(12.718)	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	**21.720**	**19.054**	**25.006**	**11.769**	**46.914**	**11.044**	**(12.718)**	**122.789**
Receita Financeira	2.380	925	3.432	1.024	35.812	3.319	-	46.892
Despesa financeira	(8.605)	(9.068)	(6.480)	(186)	(29.578)	(15)	-	(53.932)
LUCRO ANTES DO IMPOSTOS	**15.495**	**10.911**	**21.958**	**12.607**	**53.148**	**14.348**	**(12.718)**	**115.749**
Imposto de renda e contribuição social	(2.171)	(1.591)	(2.374)	(1.392)	(9.756)	(1.630)	-	(18.914)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**13.324**	**9.320**	**19.584**	**11.215**	**43.392**	**12.718**	**(12.718)**	**96.835**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31de dezembro de 2016:

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	Goiás Sul	Rio PCH I	Bahia PCH I	Afluente G	Energy Works	Capuava	Total
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL							
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	15.495	10.911	21.958	12.607	53.148	14.348	128.467
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.238	12.408	8.580	(306)	(9.661)	(2.040)	34.219
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(1.931)	1.421	(1.379)	(1.416)	2.540	(366)	(1.131)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(19.656)	(14.177)	(6.936)	(6.798)	(4.079)	(1.278)	(52.924)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**19.146**	**10.563**	**22.223**	**4.087**	**41.948**	**10.664**	**108.631**
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(2.736)**	**3.429**	**15.968**	**4.653**	**(54.025)**	**(2.097)**	**(34.808)**
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(17.184)**	**(14.909)**	**(38.422)**	**(8.649)**	**12.113**	**(8.566)**	**(75.617)**
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(774)**	**(917)**	**(231)**	**91**	**36**	**1**	**(1.794)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.208	1.209	296	44	41	48	2.846
Caixa e equivalentes no final do exercício	434	292	65	135	77	49	1.052
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**(774)**	**(917)**	**(231)**	**91**	**36**	**1**	**(1.794)**

3.10. Conciliação do Resultado e patrimônio líquido entre controladora e consolidado

Segue abaixo, quadro da conciliação do resultado e do patrimônio líquido entre a controladora e consolidado:

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
Controladora	**289.729**	**8.693.388**
Resultado financeiro líquido capitalizado (a)	13.140	13.140
Participação de não controladores	-	510.181
Consolidado	**302.869**	**9.216.709**

(a) Refere-se a antecipação de recebíveis junto a instituição financeira pela controlada Celpe, os quais foram adquiridos da controlada Termopernambuco S.A no valor de R$ 157.773 referente a dívida e (R$19.909) custo de transação o que gerou um saldo de líquido de R$ 137.864. Para fins de consolidação essa operação é classificada como dívida.

3.11. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

(a) Pronunciamentos Contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

A natureza e o impacto, se algum, de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações (Vigência a partir de 01/01/2016)	A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza desta taxa e o acordo em comparação à orientação sobre envolvimento contínuo na IFRS 7, a fim de avaliar se a evidenciação é exigida. A avaliação de quais contratos de serviços constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, a evidenciação exigida não precisa ser fornecida para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações. Estas alterações não geraram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alteração da IAS 1 – resentação de Demonstrações Financeiras (Iniciativa de divulgação). (Vigência a partir de 01/01/2016)	As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras. Estas alterações não geraram nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)	A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não foi alterado o método para amortização dos ativos não circulantes.
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente porém não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que esta já utilizava taxas de títulos públicos com base na moeda em que é denominada a sua obrigação.
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de Investimento (vigência a partir de 01/01/2016)	Esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas é aplicável para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10
Alterações à IFRS 11/ – Acordo contratual conjunto (vigência a partir de 01/01/2016)	Fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pela IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.;

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014: Traz parágrafos novos ou alterados aplicáveis pela primeira vez a partir de 01/01/2016	Alteraram os parágrafos 26-29 e acrescentaram o parágrafo 26A para esclarecer a contabilização quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição". A entidade deve aplicar essas alterações prospectivamente a mudanças no método de alienação ocorridas em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foram adotados antecipadamente:

(i) IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

O Grupo adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados.

- Classificação e Mensuração– Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39.

Os novos requerimentos de classificação não produzirão impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros do Grupo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis.

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, o Grupo pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

Os novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9 asseguram um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*, em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

O Grupo já utilizava a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real), em contratos de derivativos para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos. Espera-se que a adoção desta norma não gere nenhum impacto para o Grupo.

- Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas serão mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. O Grupo realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

(i) Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018 – Diferenças reconhecidas em lucros acumulados

Em R$ mil	***Impairment* adicional**
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	44.342
Outros ativos	33.751
Impostos diferidos	(14.917)
Impacto em 1º de janeiro de 2018 Consolidado	**63.176**
Atribuivel a participação dos acionistas não controladores	(2.679)
Impacto em 1º de janeiro de 2018 Controladora	**60.497**

(ii) IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

O Grupo adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, o Grupo não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado.

Esta norma requer que o Grupo deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

O Grupo é avaliado pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. As informações sobre os indicadores de performance e o referido impacto contábil após a adoção do CPC 47 / IFRS 15 é como segue apresentado abaixo:

Tipo de produto / serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento de receita de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)	Reconhecimento de receita sob o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes 1º de janeiro de 2018)
Receitas de uso da rede de distribuição (TUSD)	Indicadores de continuidade de serviços individuais. Descumpridos os indicadores, o Grupo é obrigado a ressarcir os clientes, através de penalidades que são descontadas na fatura de consumo de energia.	A receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Portanto, as penalidades devem ser contabilizadas como redutoras da TUSD.	A receita deve ser reconhecida valor justo, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações. Portanto, as penalidades eram contabilizadas como despesa operacional.

A norma determina ainda que o Grupo só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas.

A norma requer ainda que o direito ao recebimento de contraprestação em troca de bens e serviços transferidos para um cliente deve ser classificado como ativo contratual quando esse direito estiver condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Essa classificação é aplicável para as transmissoras de energia, que mesmo tendo concluído a obrigação de desempenho relativa à construção de suas infraestruturas de transmissão, tem seu direito de receber contraprestação atrelado ao cumprimento de duas outras obrigações de desempenho: manter e operar a infraestrutura de transmissão construída.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

Em R$ mil	Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018
Lucros acumulados	
Ativo contratual	191.280
Juros a incorrer	(382)
Imposto de renda e contribuição social relacionados	(12.623)
Impacto em 1º de janeiro de 2018 Consolidado	**178.275**
Atribuivel a participação dos acionistas não controladores	(16.970)
Impacto em 1º de janeiro de 2018 Controladora	**161.305**

Há também um efeito patrimonial nas distribuidoras, uma vez que enquanto suas obras de expansão e melhoria de infraestrutura estiverem em andamento, a norma requer a consideração desses valores como ativo contratual, até a completa finalização da obra e consequente apuração das parcelas de ativo financeiro e intangível.

(iii) IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com a IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

(a) Imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição;
(b) Terreno no qual foi construída a Usina Termelétrica (UTE) Termopernambuco S/A.

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 18.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

	Saldos em 01 de janeiro de 2019	
Em R$ mil	**Ativo**	**Passivo**
Ativos de direito de uso	80.772	-
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	80.772

(iv) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia não sofreram alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

(v) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento	**Objetivo**
IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.
IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.
Modificações à IFRS 2 (Vigência a partir de 01/01/2018)	A alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“Cashsettled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, a alteração introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal

3.12. Assuntos regulatórios

Bandeiras tarifárias

A partir de janeiro de 2015, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 547/2013, as contas de energia estão sendo faturadas de acordo com o Sistema de Bandeiras Tarifárias.

Atualmente temos quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R$30/MWh, amarela, com acréscimo de R$15/MWh e verde, sem acréscimo.

Em 2015, vigorou a bandeira vermelha – patamar 1 nos meses de janeiro e fevereiro e patamar 2 a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha – patamar 2 em janeiro, vermelha – patamar 1 em fevereiro, amarela em março, verde de abril a outubro, amarela em novembro e verde em dezembro.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias são revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e são repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos e a cobertura tarifária vigente. Mensalmente é apurado o valor adicional faturado das bandeiras tarifárias, o valor da exposição incorrida pelas distribuidoras e fixado o valor líquido a ser repassado pela distribuidora à CONTA-CRBT ou a ser recebido pela mesma. De janeiro a dezembro de 2016 as distribuidoras do Grupo reconheceram o montante de R$ 330.581 (R$ 1.442.278 em 2015) de bandeira tarifária, tendo sido R$ 41.047 (R$ 94.965 em 2015) repassados para a conta CCRBT.

Reajuste Tarifário Anual - IRT 2016

A ANEEL, através das Resoluções Homologatórias nº 2.066/16, 2.067/16 e 2.064/16 homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual das distribuidoras do Grupo, Coelba, Celpe e Cosern, respectivamente, com período de vigência de abril de 2016 a abril de 2017. Considerando como referência os valores praticados na data do reajuste, o efeito tarifário médio percebido pelos consumidores das concessionárias foi de 10,72% na Coelba, 9,9% na Celpe e 7,73% na Cosern.

As novas tarifas entraram em vigor a partir de abril de 2016 com vigência até abril de 2017.

Ressarcimento CONTA-ACR (Decreto nº 8.221/14)

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de

Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 1.863/15, a ANEEL homologou para as distribuidoras do Grupo um incremento na tarifa equivalente a R$ 30.430 por mês para Coelba, R$ 22.090 para Celpe e R$ 8.595 para Cosern, que será repassado à CCEE a partir de abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. Para o exercício de 2016, as controladas Coelba, Celpe e Cosern efetuaram o pagamento de R$ 381.010 (R$ 273.868 em 2015), R$ 260.243 (R$ 187.930 em 2015) e R$ 107,619 (R$ 77.356 em 2015) respectivamente.

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Sobrecontratação de Energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, e a crescente migração de consumidores potencialmente livres para o ACL, em decorrência dos baixos preços praticados no mercado livre, vem contribuindo para que as empresas apresentem um cenário de sobrecontratação de energia, que vem sendo tratado pelas distribuidoras através da ABRADEE, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

Em 19 de abril de 2016 a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 711, revogando a Resolução Normativa nº 508/2012, e definindo mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia, por meio de acordos bilaterais, que podem vir a alterar as condições inicialmente pactuadas nos Contratos de

Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada – CCEARs, nas seguintes modalidades: a) redução temporária total ou parcial da energia contratada; b) redução parcial permanente da energia contratada; e c) rescisão contratual. A Companhia vem realizando acordos nos termos desta resolução com o propósito de diminuir eventuais impactos futuros de sobrecontratação.

Em 21 de junho de 2016, a Resolução Normativa ANEEL nº 726, a ANEEL alterou a regulamentação vigente, permitindo a redução da energia contratada relativa ao consumo dos clientes especiais que migrarem para o mercado livre nos contratos que forem firmados após a decisão em questão.

Adicionalmente, em 02 de agosto de 2016, foi emitido o Decreto nº 8.828/16 que elimina o limite de recontratação do montante de reposição dos contratos de energia existente que estão a expirar sem ônus e penalidades para as distribuidoras.

Repactuação do Risco Hidrológico - Acordo GSF

A publicação da Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, e da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas.

A referida Lei prevê que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração de energia elétrica participantes do MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida desses agentes. Para fins dessa anuência e em função do disposto na Lei, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios e as demais condições para a repactuação. Com base na Lei e na Resolução, os agentes de geração elegíveis e que observarem os critérios e condições definidos na Resolução, a repactuação dependeria da decisão da Administração das empresas, cabendo a ANEEL a conferência dos dados das empresas e homologação dos valores.

Nesse sentido, em 18 de dezembro de 2015, as Reuniões dos Conselhos de Administração das usinas do Grupo aprovaram a proposta de repactuação do risco hidrológico nos produtos indicados em apresentação realizada na referida Reunião para as seguintes investidas:

- Itapebi Geração de Energia S.A. - produto SP100.
- Afluente Geração de Energia S.A. - produto SP90.
- Baguari I Geração de Energia S.A. - produto SP91.
- Geração CIII S.A. - produto SP90.
- Goiás Sul Geração de Energia S.A. - produto SP90.
- Rio PCH I S.A. - produto SP90.

Os termos da repactuação do risco hidrológico determinam que as geradoras deverão recolher mensalmente à CCRBT (Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias) o resultado da multiplicação do montante mensal de garantia física da usina pelo valor unitário do prêmio de risco selecionado, referenciado à data base de janeiro de 2015. O ressarcimento do risco hidrológico verificado no ano de 2015, em específico, será compensado por meio da postergação do pagamento do prêmio de risco até o final do contrato de venda de energia no ambiente regulado (CCEAR). Considerando que o prazo para a compensação não é suficiente para a recuperação do valor antecipado, a ANEEL estendeu a concessão por um período suficiente para recuperar os montantes antecipados.

Como condição de eficácia da repactuação prevista neste contrato, as geradoras renunciaram, de modo irrevogável e irretratável, ao direito de discutir, na via administrativa, arbitral e judicial, suposta isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE

4. Reapresentação

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando melhor comparabilidade e a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", procedeu às reclassificações descritas a seguir, de forma retrospectiva. Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais individuais e consolidados de 31 de dezembro de 2016 e 2015 e às demonstrações individuais e consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos exercícios findos naquela data, cujas demonstrações financeiras de 2016 foram originalmente arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 22 de fevereiro de 2017, reapresentadas em 25 de julho de 2017, em 06 de novembro de 2017 e em 28 de novembro de 2017, e as demonstrações financeiras de 2015 foram originalmente arquivadas em 22 de fevereiro de 2016, reapresentadas em 11 de novembro de 2016, em 25 de julho de 2017 e em 28 de novembro de 2017 e estão sendo reapresentadas de forma a demonstrar as reclassificações decorrentes dos assuntos descritos abaixo.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, as reclassificações efetuadas foram agrupadas nas seguintes categorias:

- Mudança nas políticas contábeis;
- Mudança nas estimativas contábeis; e
- Retificação de erro.

Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2016.

Balanço Patrimonial	Ref.	2016 (Apresentado)	Reclassificações	2016 (Reapresentado)
Ativo Circulante				
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(a)	17.632	(1.632)	16.000
Estoques	(b)	27.160	(27.160)	-
Outros ativos circulantes	(a)/(b)	95.659	28.792	124.451
Demais ativos circulantes não impactados		6.146.433	-	6.146.433
Total do Ativo Circulante		**6.286.884**	**-**	**6.286.884**
Ativo não Circulante				
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(a)	28.683	(8.231)	20.452
Outros ativos não circulantes	(a)	34.321	8.231	42.552
Demais ativos circulantes não impactados		21.617.516	-	21.617.516
Total do Ativo não Circulante		**21.680.520**	**-**	**21.680.520**
Total do Ativo		**27.967.404**	**-**	**27.967.404**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**27.967.404**	**-**	**27.967.404**

(a) Reclassificação dos saldos a receber das entidades de previdência privada originalmente classificados na rubrica de Benefício Pós-emprego para Outros ativos circulantes, no montante de R$ 1.632, e para Outros ativos não circulantes o montante de R$ 8.231. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

(b) Reclassificação do saldo de estoque para a rubrica de Outros ativos circulantes para melhor apresentação e de R$ 27.160. Esse ajuste é classificado como mudança nas políticas contábeis.

Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2016.

DRE	Ref.	2016	Reclassificações	2016
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Receita bruta		22.199.181	-	22.199.181
(-) Deduções da receita bruta	(a) (b) (c)	(7.359.484)	(5.466)	(7.364.950)
Receita líquida		**14.839.697**	**(5.466)**	**14.834.231**
Custo dos Serviços		**(11.440.093)**	**(105.147)**	**(11.545.240)**
Custos com energia elétrica	(b)	(6.698.251)	4.028	(6.694.223)
Custos de operação	(c) (d) (e) (f) (g)	(2.682.484)	(109.175)	(2.791.659)
Custos de construção		(2.059.358)	-	(2.059.358)
Lucro bruto		**3.399.604**	**(110.613)**	**3.288.991**
Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa	(f)	-	(235.861)	(235.861)
Despesas com vendas	(e) (f)	(624.606)	216.300	(408.306)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(a) (d) (g)	(787.614)	130.174	(657.440)
Resultado de participações societárias		(129.959)	-	(129.959)
Lucro operacional		**1.857.425**	**-**	**1.857.425**
Receitas financeiras		4.166.788	-	4.166.788
Despesas financeiras		(5.463.402)	-	(5.463.402)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**560.811**	**-**	**560.811**
Imposto de renda e contribuição social		(206.508)	-	(206.508)
Lucro líquido do exercício		**354.303**	**-**	**354.303**

(a) Reclassificação de ICMS sobre Material de Deduções da Receita para Material (Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas), no montante de R$ 7.604. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

(b) Reclassificação do PROINFA, segregação entre mercado cativo e livre, de custos com energia elétrica (Custos dos serviços) para deduções da receita, no montante de R$ 4.028. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

(c) Reclassificação das taxas de fiscalização do serviço energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFURH) do custo do serviço para deduções da receita nos montantes de R$ 3.958 e R$ 5.084, respectivamente. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

(d) Reclassificação do montante R$ 6.734 originalmente apresentando na rubrica de Perdas, alienação e desativação (Custo de Serviço) para a rubrica de Outras receitas/despesas gerais administrativas. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

(e) Reclassificação do saldo de custo de operação, referente a comercializadora de energia (NC Energia), para despesa com vendas no montante de R$ 20.110. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

(f) Reclassificação do saldo de provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa, anteriormente classificado nas rubricas de custo de operação R$ 549 e despesas com vendas de R$ 236.410 para uma nova abertura na demonstração dos resultados, conforme preconiza o CPC 26. Esse ajuste é classificado como mudança nas políticas contábeis.

(g) Reclassificação da receita de multa por inadimplência do consumidor, no montante de R$ 144.512, de custo do serviço para Outras receitas/despesas gerais e administrativas. Esse ajuste é classificado como Mudança nas políticas contábeis.

Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2016.

Demonstração do valor adicionado	Ref.	2016	Reclassificações	2016
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Valor adicionado líquido	(a)/(b) (c)	9.434.099	(11.925)	9.422.174
Valor adicionado recebido em transferência	(c)	4.165.231	(291)	4.164.940
Valor adicionado total a distribuir		**13.599.330**	**(12.216)**	**13.587.114**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	(a)/(b)	720.712	(13.836)	706.876
Impostos, Taxas e Contribuições	(c)	7.039.168	1.620	7.040.788
Remuneração de Capitais de Terceiros		5.485.147	-	5.485.147
Remuneração de Capitais Próprios		354.303	-	354.303
Valor adicionado distribuído		**13.599.330**	**(12.216)**	**13.587.114**

(a) Reclassificação de estagiário/bolsista de material, serviços terceiros e outros para pessoal no montante de R$ 7.617 conforme despacho de encerramento ANEEL 4.356/2017.

(b) Reclassificação de indenização trabalhista pessoal próprio de pessoal para material, serviços terceiro e outros no montante de R$ 21.453.

(c) Outras reclassificações entre contas para fins de melhor apresentação

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016:

Demonstração do fluxo de caixa	Ref.	2016	Reclassificações	2016
		(Apresentado)		(Reapresentado)
				-
Lucro do exercício antes dos impostos	(a)	560.811	(560.811)	-
Lucro líquido do exercício	(a)	-	354.303	354.303
Ajustes p/ conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(a)	2.188.067	206.508	2.394.575
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(b) (c)	(149.664)	(76.194)	(225.858)
Aumento (redução) dos passivos operacionais	(b)	(1.494.413)	51.142	(1.443.271)
Caixa oriundo das atividades operacionais		1.104.801	(25.052)	1.079.749
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(1.892.792)	-	(1.892.792)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(c)	1.030.048	25.052	1.055.100
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**242.057**	**-**	**242.057**

(a) A Companhia alterou sua política contábil de elaboração e apresentação das demonstrações do fluxo de caixa optando por iniciar a apresentação pelo saldo do lucro líquido do exercício e não mais pelo Lucro do exercício antes dos impostos como originalmente apresentado. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil e está sendo efetuado de forma retrospectiva para possibilitar a comparabilidade das demonstrações financeiras.

(b) Reclassificação dos saldos de ganhos com instrumentos financeiros derivativos da redução (aumento) dos ativos operacionais para Aumento (redução) dos passivos operacionais, no montante de R$ 51.142. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil.

(c) Reclassificação dos saldos de depósitos em garantia de Fluxo de caixa das atividades operacionais para Fluxo de caixa das atividades de financiamento, no montante de R$ 25.052. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil.

Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2015.

Balanço Patrimonial	Ref.	2015 (Apresentado)	Reclassificações	2015 (Reapresentado)
Ativo Circulante				
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(a)	9.409	(9.409)	-
Estoques	(b)	28.576	(28.576)	-
Outros ativos circulantes	(a)	79.140	37.985	117.125
Demais ativos circulantes não impactados		6.359.114	-	6.359.114
Total do Ativo Circulante		**6.476.239**	**-**	**6.476.239**
Ativo não Circulante				
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(a)	23.694	(8.231)	15.463
Outros ativos não circulantes	(a)	119.152	8.231	127.383
Demais ativos circulantes não impactados		20.752.407	-	20.752.407
Total do Ativo não Circulante		**20.895.253**	**-**	**20.895.253**
Total do Ativo		**27.371.492**	**-**	**27.371.492**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**27.371.492**	**-**	**27.371.492**

(a) Reclassificação dos saldos a receber das entidades de previdência privada originalmente classificados na rubrica de Benefício Pós-emprego para Outros ativos circulantes, no montante de R$ 9.409, e para Outros ativos não circulantes o montante de R$ 8.231. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.
(b) Reclassificação do saldo de estoque para a rubrica de Outros ativos circulantes para melhor apresentação e de R$ 28.576. Esse ajuste é classificado como mudança nas políticas contábeis.

Na demonstração financeira de 2015 publicada em 28 de novembro de 2017, o valor apresentando de R$ 4.487.506 no balanço patrimonial referente a rubrica de reserva de lucros, apresentava um erro de digitação, sendo o correto valor de R$ 4.847.506.

Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2015.

DRE	Ref.	2015 (Apresentado)	Reclassificações	2015 (Reclassificado)
Receita bruta		**21.496.980**		**21.496.980**
(-) Deduções da receita bruta	(a) (b) (c)	(6.879.301)	(6.492)	(6.885.793)
Receita líquida		**14.617.679**	**(6.492)**	**14.611.187**
Custo dos Serviços		**(11.578.755)**	**176.474**	**(11.402.281)**
Custos com energia elétrica	(b)	(7.935.032)	3.190	(7.931.842)
Custos de operação	(c) (d) (e) (f) (g)	(2.213.415)	173.284	(2.040.131)
Custos de construção		(1.430.308)	-	(1.430.308)
Lucro bruto		**3.038.924**	**169.982**	**3.208.906**
Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa	(f)	-	(194.478)	(194.478)
Despesas com vendas	(e) (f)	(672.696)	178.482	(494.214)
Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(a) (d) (g)	(677.113)	(153.986)	(831.099)
Resultado de participações societárias		(234.562)	-	(234.562)
Lucro operacional		**1.454.553**	**-**	**1.454.553**
Receitas financeiras		4.734.622	-	4.734.622
Despesas financeiras		(5.606.867)	-	(5.606.867)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**582.308**	**-**	**582.308**
Imposto de renda e contribuição social		(210.325)	-	(210.325)
Lucro líquido do exercício		**371.983**	**-**	**371.983**

(a) Reclassificação de ICMS sobre Material de Deduções da Receita para Material (Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas), no montante de R$ 5.675. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

(b) Reclassificação do PROINFA, segregação entre mercado cativo e livre, de custos com energia elétrica (Custos dos serviços) para deduções da receita, no montante de R$ 3.190. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

(c) Reclassificação das taxas de fiscalização do serviço energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFURH) do custo do serviço para deduções da receita nos montantes de R$ 3.648 e R$ 5.329, respectivamente. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil.

(d) Reclassificação do montante R$ 6.734 originalmente apresentando na rubrica de Perdas, alienação e desativação (Custo de Serviço) para a rubrica de Outras receitas/despesas gerais administrativas. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

(e) Reclassificação do saldo de custo de operação, referente a comercializadora de energia (NC Energia), para despesa com vendas no montante de R$ 15.790. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

(f) Reclassificação do saldo de provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa, anteriormente classificado nas rubricas de custo de operação R$ 206 e despesas com vendas de R$ 194.272 para uma nova abertura na demonstração dos resultados, conforme preconiza o CPC 26. Esse ajuste é classificado como Mudança nas políticas contábeis.

(g) Reclassificação da receita de multa por inadimplência do consumidor, no montante de R$ 124.280, de custo do serviço para Outras receitas/despesas gerais e administrativas. Esse ajuste é classificado como Mudança nas políticas contábeis.

Demonstração do valor adicionado	**Ref.**	**2015**	**Reclassificações**	**2015**
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Valor adicionado líquido	(a)/(b) (c)	8.620.312	(9.890)	8.610.422
Valor adicionado recebido em transferência	(c)	4.599.668	-	4.599.668
Valor adicionado total a distribuir		**13.219.980**	**(9.890)**	**13.210.090**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	(a)/(b)	640.770	(9.890)	630.880
Impostos, Taxas e Contribuições	(c)	6.581.974	-	6.581.974
Remuneração de Capitais de Terceiros		5.625.253	-	5.625.253
Remuneração de Capitais Próprios		371.983	-	371.983
Valor adicionado distribuído		**13.219.980**	**(9.890)**	**13.210.090**

(a) Reclassificação de estagiário/bolsista de material, serviços terceiros e outros para pessoal no montante de R$ 6.534 conforme despacho de encerramento ANEEL 4.356/2017.

(b) Reclassificação de indenização trabalhista pessoal próprio de pessoal para material, serviços terceiro e outros no montante de R$ 16.423.

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2015.

Demonstração do fluxo de caixa	**Ref.**	**2015**	**Reclassificações**	**2015**
		(Apresentado)		(Reclassificado)
Lucro do exercício antes dos impostos	(a)	582.308	(582.308)	-
Lucro líquido do exercício	(a)	-	371.983	371.983
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(a)	1.911.828	210.325	2.122.153
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(b) (c)	(162.529)	71.899	(90.630)
Aumento (redução) dos passivos operacionais	(b) (d) (e)	(181.065)	(105.224)	(286.289)
Caixa oriundo das atividades operacionais		2.150.542	(33.325)	2.117.217
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(3.812.629)	(349)	(3.812.978)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(c) (d) (e)	1.709.530	33.674	1.743.204
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**47.443**	**-**	**47.443**

(a) A Companhia alterou sua política contábil de elaboração e apresentação da demonstrações do fluxo de caixa optando por iniciar a apresentação pelo saldo do lucro líquido do exercício e não mais pelo Lucro do exercício antes dos impostos como originalmente apresentado. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil e está sendo efetuado de forma retrospectiva para possibilitar a comparabilidade das demonstrações financeiras.

(b) Reclassificação dos saldos de ganhos com instrumentos financeiros derivativos da redução (aumento) dos ativos operacionais para Aumento (redução) dos passivos operacionais, no montante de R$ 26.097. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil.

(c) Reclassificação dos saldos de depósitos em garantia de Fluxo de caixa das atividades operacionais para Fluxo de caixa das atividades de financiamento, no montante de R$ 42.426. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil.

(d) Reclassificação do saldo de outros de Fluxo de caixa das atividades de financiamento para Fluxo de caixa das atividades operacionais, no montante de R$ 3.900. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

(e) Reclassificação do montante de R$ 80.000 para atividades operacionais relativa ao valor das captações de debêntures apresentado anteriormente de maneira equivocada como atividades de financiamento. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 29 Informações por segmento, a Companhia alterou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o grupamento dos seus segmentos reportáveis. Dessa forma, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 22 (IFRS 8), as informações correspondentes a ambos exercícios estão sendo reclassificadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	(a)				
Caixa e depósitos bancários à vista		238	215	125.687	138.878
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		-	-	256.300	-
Transferência para ativos mantidos para venda	(nota 3.9.2)	-	-	(1.052)	-
		238	**215**	**380.935**	**138.878**
Títulos e valores mobiliários					
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		-	-	32.644	19.335
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)		-	-	-	84.434
Fundos de investimento	(b)	265.076	235.719	1.192.506	2.359.481
Transferência para ativos mantidos para venda	(nota 3.9.2)	-	-	(143.961)	-
		265.076	**235.719**	**1.081.189**	**2.463.250**
Circulante		257.345	232.511	1.012.660	2.458.744
Não Circulante		7.731	3.208	68.529	4.506

(a) Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por fundos de investimentos restritos que em grande maioria aplicam em cotas de fundos abertos referenciados DI e que possuem sua carteira de títulos com vencimentos superiores há 90 dias.

Segue composição do Fundo de Investimento Restrito da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
Carteira	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
BB Polo 28 FI Renda Fixa	**60.685**	**113.439**	**685.012**	**1.773.246**
BB TOP RF MODERADO FI RF LP	11.261	49.779	127.116	778.136
BB TOP RF CONSERVADOR FI RF LONGO PRAZO	37.441	47.350	422.634	740.166
BB TOP PRINCIPAL REFERENCIADO DI LP FI	-	6.829	-	106.753
CDBs	3.431	8.595	38.732	134.358
LF	6.366	-	71.856	-
Debentures	135	633	1.529	9.899
DPGE	1.934	-	21.834	-
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	-	227	-	3.547
Outros	117	26	1.311	387
Bradesco FIC FI RF Referenciado DI Recife	**126.359**	**100.420**	**191.824**	**439.678**
BRAM FI REF DI CORAL	79.632	28.106	120.888	123.058
BRAM FI REF DI RUBI	46.727	72.314	70.936	316.620
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI	**-**	**21.860**	**157.462**	**136.412**
SPECIAL RF REFERENCIADO DI FI	-	-	45.340	-
ITAÚ HIGH GRADE RF CRÉDITO PRIVADO FI	-	14.574	26.100	90.948
ITAÚ VERSO A RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP FI	-	7.286	86.022	45.464
Santander FIC FI Natal Renda Fixa Referenciado DI	**78.032**	**-**	**158.208**	**10.145**
SANTANDER FI PROFIT RENDA FIXA REFERENCIADO DI	62.453	-	126.623	10.145
SANTANDER FI TITULOS PUBLICOS RENDA FIXA REFERENCIADO DI	15.579	-	31.585	-
Total TVM - Fundos Restritos	**265.076**	**235.719**	**1.192.506**	**2.359.481**

6. Contas a receber de clientes e demais contas a receber

		Consolidado	
	Ref.	**2016**	**2015**
Consumidores	(a)	3.268.060	3.329.610
Títulos a receber	(b)	172.816	143.681
Comercialização de energia na CCEE		212.794	139.574
Disponibilização do sistema de distribuição		94.588	45.248
Serviços prestados a terceiros		16.609	14.339
Serviços taxados e administrativos		32.722	38.402
Subvenções	(c)	217.857	232.980
Outros créditos		90.702	92.295
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(1.052.210)	(1.002.041)
		3.053.938	**3.034.088**
Transferência para ativos mantidos para venda	(Nota 3.9.2)	(24.153)	-
Total		**3.029.785**	**3.034.088**
Circulante		2.736.361	2.748.259
Não circulante		293.424	285.829

a) Consumidores

	Consolidado						
		Saldos vencidos		Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	2016	2015	2016	2015
Setor Privado							
Residencial	303.090	360.648	633.246	1.296.984	1.255.345	(623.178)	(594.461)
Industrial	156.686	23.590	89.000	269.276	287.258	(75.968)	(72.169)
Comercial, serviços e outras	283.766	91.664	130.683	506.113	506.558	(109.340)	(90.088)
Rural	67.243	37.421	81.639	186.303	186.655	(64.016)	(55.327)
	810.785	**513.323**	**934.568**	**2.258.676**	**2.235.816**	(872.502)	**(812.045)**
Setor Público							
Poder público							
Federal	19.052	1.439	2.088	22.579	35.221	(1.986)	(2.230)
Estadual	162.665	15.220	11.678	189.563	182.961	(2.583)	(1.070)
Municipal	125.353	16.984	36.583	178.920	180.375	(34.838)	(35.397)
	307.070	**33.643**	**50.349**	**391.062**	**398.557**	**(39.407)**	**(38.697)**
Iluminação pública	45.038	24.482	18.933	88.453	87.314	(6.195)	(7.538)
Serviço público	73.287	12.154	24.686	110.127	98.763	(14.307)	(9.447)
Fornecimento não faturado	419.742	-	-	419.742	509.160	-	-
Consumidores	**1.655.922**	**583.602**	**1.028.536**	**3.268.060**	**3.329.610**	(932.411)	**(867.727)**
Circulante				3.035.967	2.765.431	(932.411)	(867.727)
Não circulante				232.093	564.179		

As contas a receber de consumidores no ativo não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

b) Títulos a receber

São contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Consolidado						
		Vencidos		Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	2016	2015	2016	2015
Setor privado	138.082	28.342	6.392	172.816	143.681	(5.126)	(9.142)
Total	**138.082**	**28.342**	**6.392**	**172.816**	**143.681**	**(5.126)**	**(9.142)**
Circulante				164.862	137.832	(5.126)	(8.994)
Não circulante				7.954	5.849	-	(148)

c) Subvenções

O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. O Decreto Presidencial nº 7.583 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A referida subvenção é calculada mensalmente pelas distribuidoras do Grupo e submetidas à ANEEL para aprovação e homologação, após a qual ocorre o repasse.

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

No segmento de distribuição, a PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

	Consolidado				
	Consumidores	**Títulos a receber**	**Comercialização de energia na CCEE**	**Outros créditos**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	**(842.612)**	**(10.152)**	**(116.719)**	**(5.282)**	**(974.765)**
Adições	(242.628)	(1.209)	-	(7.409)	(251.246)
Reversões	35.799	2.219	-	4.238	42.256
Baixados a reserva	181.714	-	-	-	181.714
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	**(867.727)**	**(9.142)**	**(116.719)**	**(8.453)**	**(1.002.041)**
Adições	(335.568)	(424)	-	(11.171)	(347.163)
Reversões	88.434	4.440	-	21.670	114.544
Baixados a reserva	182.450	-	-	-	182.450
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	**(932.411)**	**(5.126)**	**(116.719)**	**2.046**	**(1.052.210)**

7. Impostos e contribuições a recuperar

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Circulante					
Imposto de Renda - IR	(a)	55.394	58.009	190.072	149.669
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	3.554	4.843	42.277	38.093
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	358.483	202.762
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	-	19.092	18.533
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	-	88.321	77.044
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	-	17.477	23.417
Imposto sobre Serviços - ISS		-	-	1.859	2.933
Recuperação Fiscal – REFIS		-	-	2.413	-
Outros		17	18	105	2.729
		58.965	**62.870**	**720.099**	**515.180**
Transferência para ativos mantidos para venda	(Nota 3.9.2)	-	-	(5.969)	-
Total		**58.965**	**62.870**	**714.130**	**515.180**
Circulante		58.965	62.870	503.640	408.591
Não circulante		-	-	210.490	106.589

(a) Corresponde, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do IR e base de cálculo negativa da CSLL.

(b) Do montante total de ICMS a recuperar, R$ 220.757 (R$ 174.985 em 2015) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo

operacional das empresas controladas e crédito na compra de energia da Termope acumulados de abril a dezembro/2016, no montante de R$ 110.126.

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo das empresas controladas.

8. Impostos e contribuições sociais correntes e diferidos

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Consolidado	
	2016	**2015**
(I) Imposto de renda e contribuição social	415.993	416.680
(II) Benefício fiscal da mais-valia e reversão Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	324.345	364.627
Total	**740.338**	**781.307**
Ativo	754.293	781.307
Passivo	(13.955)	-

(I) Imposto de renda e contribuição social diferido

As Companhias do Grupo registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

A base de cálculo dos tributos diferido é como segue:

	2016		2015	
Ativo	**IR**	**CSLL**	**IR**	**CSLL**
Prejuízo fiscal	472.999	473.205	333.578	333.578
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total Prejuízo Fiscal	**118.250**	**42.588**	**83.395**	**30.022**
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	212.010	212.010	222.248	222.248
Provisão para passivo atuarial	567.195	567.195	451.382	451.382
Provisão para contingências	478.099	478.099	432.264	432.264
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	40.590	40.590	47.513	47.513
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	6.042	6.042	5.852	5.852
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	282.112	282.112	208.345	208.345
Perda CCEE/Energia Livre	17.093	17.093	17.093	17.093
Ajuste da quota anual de amortização	50.575	50.575	3.740	3.740
Valor justo de derivativos financeiros	1.663	1.663	650	650
Déficit plano previdenciário	245.896	245.896	218.335	218.335
Uso do bem público	10.266	10.266	15.183	15.183
Diferença de amortização de diferido	-	-	193	193
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	1.299	1.299	31.674	31.674
Marcação a mercado	(7.485)	(7.485)	44.626	44.626
Outros	76.031	75.850	113.788	113.788
Total Diferenças Temporárias - ATIVO	**1.983.485**	**1.983.304**	**1.814.985**	**1.814.985**
Passivo (-)				
Valor justo de derivativos financeiros	(3.218)	(3.218)	(1.869)	(1.869)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(836.414)	(835.180)	(629.020)	(635.209)
Ajuste da quota anual de amortização	(93.292)	(93.292)	(96.165)	(96.165)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(211.196)	(211.196)	(154.788)	(154.788)
Déficit plano previdenciário	-	-	614	614
Superávit plano previdenciário	(27.053)	(27.053)	(19.497)	(19.497)
Custo de captação	(21.094)	(21.094)	(10.896)	(10.896)
Outros	(39.480)	(45.380)	(9.775)	(9.775)
Total Diferenças Temporárias - PASSIVO	**(1.231.747)**	**(1.236.413)**	**(921.396)**	**(927.585)**
Total Diferenças Temporárias – LÍQUIDO	751.738	746.891	893.589	887.400
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total Diferenças Temporárias	**187.935**	**67.220**	**223.397**	**79.866**
SUB TOTAL	**306.185**	**109.808**	**306.792**	**109.888**
TOTAL DO IMPOSTO DIFERIDO		**415.993**		**416.680**

Os estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos Conselhos de Administração em dezembro de 2016 e apreciados pelos Conselhos Fiscais da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam conforme Instrução CVM 371/02.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Consolidado			
	2016		2015	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social	560.811	560.811	582.308	582.308
Amortização da mais-valia e reversão da PMIPL	(40.282)	(40.282)	(42.992)	(42.992)
Juros sobre capital próprio	(294.020)	(294.020)	(99.622)	(99.622)
Base de calculo	**226.509**	**226.509**	**439.694**	**439.694**
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	**56.627**	**20.386**	**109.924**	**39.572**
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(+) Adições				
Amortização mais-valia participação societária	27.465	7.918	21.994	7.874
Perda de equivalência patrimonial	5.025	1.809	36.646	13.193
JSCP	70.669	25.441	23.457	8.444
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	14	-	15
Contribuições e doações	485	174	548	197
Multas indedutíveis	1.700	612	1.360	490
Depreciação veículos executivos	374	135	355	128
Excesso despesas previdenciárias	5.432	1.955	5.519	1.987
Efeito regime lucro presumido	256	101	-	-
Outras adições	41.367	12.466	6.622	2.347
	152.773	**50.625**	**96.501**	**34.675**
(-) Exclusões				
Reversão da provisão da mais-valia	(10.806)	(3.890)	(11.660)	(4.197)
Reversão da PMIPL	(8.739)	(3.144)	(9.202)	(3.313)
Incentivo fiscal SUDENE	(32.106)	-	(57.803)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT	(1.424)	-	(4.091)	-
Efeito regime lucro presumido	(36.204)	(10.408)	(20.939)	(5.807)
Outras exclusões	(4.826)	(201)	(18.441)	(2.178)
	(94.105)	**(17.643)**	**(122.136)**	**(15.495)**
Imposto de renda e contribuição social no exercício	**115.295**	**53.368**	**84.289**	**58.752**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	(1.740)	(697)	13.099	4.660
Outros	-	-	6.533	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**113.555**	**52.671**	**103.921**	**63.412**
Corrente	**80.309**	**40.383**	**132.884**	**72.326**
Recolhidos e pagos	71.450	41.910	75.326	66.521
Á pagar	29.531	12.680	46.667	14.136
Compensados e deduzidos	43.166	5.299	39.503	6.645
Impostos antecipados a recuperar	(63.838)	(19.506)	(28.612)	(14.976)
Diferido	**33.246**	**12.288**	**(28.963)**	(8.914)
	113.555	**52.671**	**103.921**	**63.412**

(II) Benefício fiscal – mais-valia incorporado

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), cujos saldos são como segue:

Mais-valia - incorporada	3.443.491
Provisão Constituída	(2.244.186)
Benefício fiscal	1.199.305
Amortização acumulada	(2.371.056)
Reversão acumulada	1.536.378
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**364.627**
Amortização	(118.465)
Reversão	78.183
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**324.345**
Ativo Não Circulante	324.345

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

A mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão das controladas Coelba, Celpe, Cosern, Termopernambuco e Itapebi, e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Curvas de amortização da mais valia

Ano	Coelba	Celpe	Cosern	Termope	Itapebi
2017	0,04010	0,02798	0,03289	0,02270	0,02878
2018	0,03790	0,02682	0,03153	0,02100	0,01883
2019	0,03680	0,02573	0,03022	0,01820	0,01558
2020	0,03480	0,02335	0,02907	0,01580	0,01338
2021	0,03280	0,02238	0,02784	0,01380	0,01149
2022	0,03130	0,02140	0,02666	0,01220	0,00986
2023	0,02970	0,02045	0,02551	0,01010	0,00847
2024	0,02820	0,01860	0,02442	0,00830	0,00727
2025	0,02680	0,01773	0,02336	-	0,00625
2026	0,02540	0,01690	0,02235	-	0,00536
2027	-	0,01609	0,02140	-	0,00461
2028	-	0,01476	-	-	0,00396
2029	-	-	-	-	0,00340
2030	-	-	-	-	0,00292
2031	-	-	-	-	0,00250
2032	-	-	-	-	0,00215
2033	-	-	-	-	0,00185

9. Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstrado a seguir:

		Consolidado						
		2016						
		Circulante			Não Circulante			
	Ref	Ativo	Passivo(-)	Total Ativo/(passivo)	Ativo	Passivo(-)	Total Ativo/(passivo)	Total Líquido
Parcela "A"								
Valores Tarifários Não Gerenciáveis da "Parcela A"		1.552	(10.291)	(8.739)	-	-	-	(8.739)
Revisão Tarifária		-	(20.398)	(20.398)	-	-	-	(20.398)
CVA e Neutralidade								
Compra de Energia		243.596	(73.373)	170.223	15.094	(24.459)	(9.365)	160.858
Encargo de Serviço do Sistema - ESS		15.093	(154.626)	(139.533)	-	(33.991)	(33.991)	(173.524)
Neutralidade dos encargos setoriais		5.623	(27.403)	(21.780)	925	(7.076)	(6.151)	(27.931)
Repasse de Sobrecontratação	**(a)**	71.537	(151.385)	(79.848)	23.846	(14.087)	9.759	(70.089)
Outras CVA´s		68.828	(16.957)	51.871	19.413	(6.904)	12.509	64.380
Componentes Financeiros e Subsídios								
Energia Eletronuclear		130	-	130	-	-	-	130
Exposição Financeira		-	-	-	-	-	-	-
Financeiro de Reversão RTE	**(b)**	11.167	(25.221)	(14.054)	-	-	-	(14.054)
Recomposição Energia Termope		29.969	(398)	29.571	229	-	229	29.800
Outros componentes financeiros		11.065	(7.056)	4.009	529	(5.676)	(5.147)	(1.138)
		458.560	(487.108)	(28.548)	60.036	(92.193)	(32.157)	(60.705)

		Consolidado						
		2015						
		Circulante			Não Circulante			
	Ref	Ativo	Passivo(-)	Total Ativo/(passivo)	Ativo	Passivo(-)	Total Ativo/(passivo)	Total Líquido
Parcela "A"								
Valores Tarifários Não Gerenciáveis da "Parcela A"		1.361	(9.021)	(7.660)	-	-	-	(7.660)
Revisão Tarifária		-	(25.723)	(25.723)	-	-	-	(25.723)
CVA e Neutralidade								
Compra de Energia		382.516	-	382.516	156.787	-	156.787	539.303
Encargo de Serviço do Sistema - ESS		33.555	(174.820)	(141.265)	11.185	(33.006)	(21.821)	(163.086)
Neutralidade dos encargos setoriais		3.709	(16.470)	(12.761)	1.237	(4.162)	(2.925)	(15.686)
Repasse de Sobrecontratação	**(a)**	-	(207.218)	(207.218)	-	(27.180)	(27.180)	(234.398)
Outras CVA´s		122.419	(310)	122.109	33.457	(24)	33.433	155.542
Componentes Financeiros e Subsídios								
Energia Eletronuclear		7.563	-	7.563	-	-	-	7.563
Exposição Financeira		23.611	-	23.611	4.780	-	4.780	28.391
Financeiro de Reversão RTE	**(b)**	-	-	-	-	-	-	-
Recomposição Energia Termope		639	-	639	162	-	162	801
Outros componentes financeiros		1.563	(4.252)	(2.689)	413	(678)	(265)	(2.954)
		576.936	(437.814)	139.122	208.021	(65.050)	142.971	282.093

a) Repasse de Sobrecontratação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as controladas Coelba, Celpe e Cosern apuraram uma sobrecontratação de energia de 5,45%, 7,06% e 5,49%, e reconheceram um ajuste financeiro ativo atualizado de R$ 5.269, R$ 11.080 e R$ 48 respectivamente, de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, a um PLD médio de R$142,52/MWh(Coelba), R$150,65/MWh (Celpe) e R$161,19/MWh (Cosern). Vale destacar que, como a apuração da sobrecontratação superou o limite dos 5%, as controladas Coelba, Celpe e Cosern registraram um componente financeiro ativo atualizado no valor de R$ 694, R$4.865 e R$ 200 respectivamente, associado ao excedente de sobrecontratação sem direito a repasse, em conformidade com a metodologia estabelecida pela ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2016 as controladas Coelba, Celpe e Cosern mantém um componente financeiro de sobrecontratação ativo total atualizado de R$ 99.905 que contempla além da constituição do repasse do exercício corrente, o repasse da sobrecontratação do exercício 2015, reconhecido no reajuste tarifário de 2016 em fase de amortização, e recontabilizações de exercícios anteriores.

b) Reversão RTE 2015

No reajuste de 2016, a ANEEL reconheceu, de forma destacada, como componente financeiro, os efeitos da cobertura proporcionada pela RTE - Revisão Tarifária Extraordinária 2015, homologada pela Resolução Homologatória nº 1858/15 para Coelba e Celpe, relativos à CDE e Compra de Energia, os quais estavam sendo contabilizados anteriormente nas respectivas CVA CDE e CVA Compra de Energia.

No processo de reajuste tarifário anual da Companhia foi considerado um passivo de R$ 44.503 para Coelba e R$ 15.200 para Celpe, devidamente atualizado pela SELIC, referente à receita faturada para o período de 2 de março a 21 de abril de 2015 (Coelba) e 02 de março a 28 de abril de 2015 (Celpe), o qual foi deduzido do saldo das respectivas CVAs.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	**827.028**
Constituição	(247.177)
Amortização	(396.955)
Remuneração financeira setorial	99.197
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**282.093**
Constituição	(20.376)
Amortização	(341.289)
Remuneração financeira setorial	18.867
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(60.705)**

10. Investimentos

A seguir apresentamos informações sobre as investidas:

INVESTIMENTOS

Controladas	Data-base Patrimoniais	Data-base Resultado	Percentual de participação (%)	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
COELBA	2016		96,34	2.161.174	8.368.709	3.031.961	4.542.214	2.955.708	259.677
	2015		96,34	2.555.557	8.140.305	2.660.525	5.046.876	2.988.461	336.103
CELPE	2016		89,65	1.334.439	4.190.703	1.919.138	2.031.673	1.574.331	(333)
	2015		89,65	1.524.615	3.587.426	1.745.424	1.710.647	1.655.970	19.096
COSERN	2016		91,48	631.386	1.772.481	704.842	853.883	845.142	171.260
	2015		91,48	745.551	1.652.266	553.234	991.695	852.888	186.152
ITAPEBI	2016		100,00	205.152	499.668	198.692	131.847	374.281	180.985
	2015		100,00	300.346	542.349	219.442	252.284	370.969	132.894
TERMOPE	2016		100,00	390.139	1.786.459	725.830	814.250	636.518	73.104
	2015		100,00	287.360	1.917.439	675.897	995.491	533.411	(94.478)
NEOENERGIA O&M	2016		100,00	7.123	14.974	4.837	632	16.628	6.671
	2015		100,00	11.958	10.123	9.979	561	11.541	5.439
BAGUARI I	2016		100,00	31.692	278.921	59.754	124.903	125.956	27.115
	2015		100,00	24.870	285.954	62.785	142.541	105.498	15.544
GOIAS SUL (*)	2016		100,00	16.113	284.923	23.517	65.087	212.432	13.324
	2015		100,00	13.057	297.731	37.308	71.208	202.272	4.963
GERAÇÃO C III	2016		100,00	29.273	323.255	64.158	73.415	214.955	27.545
	2015		100,00	21.778	313.080	68.729	97.222	168.907	14.969
RIO PCH I (*)	2016		70,00	12.641	214.033	34.378	62.382	129.914	9.320
	2015		70,00	16.569	230.988	44.158	80.592	122.807	6.183
BAHIA PCH I (*)	2016		100,00	17.690	198.595	33.830	46.855	135.600	19.584
	2015		100,00	30.384	204.164	60.298	53.582	120.668	10.758
SE NARANDIBA	2016		100,00	16.482	119.835	39.696	33.722	62.899	6.045
	2015		100,00	19.374	117.058	33.889	47.253	55.290	3.653
GERAÇÃO CÉU AZUL	2016		100,00	20.464	1.036.093	307.669	40.938	707.950	(6.641)
	2015		100,00	34.294	702.656	218.195	31.916	486.839	6.812
NC ENERGIA	2016		100,00	161.821	289.362	174.754	107.173	169.256	12.140
	2015		100,00	187.485	229.699	175.859	113.504	127.821	50.095
NEOSERV	2016		100,00	2.451	5.086	1.712	628	5.197	(2.070)
	2015		100,00	5.283	8.795	5.991	545	7.542	366
GARTER	2016		100,00	34	-	-	2	32	(12)
	2015		100,00	45	-	-	4	41	(9)
AFLUENTE GERAÇÃO (*)	2016		87,84	8.089	37.240	1.668	1.000	42.661	11.215
	2015		87,84	11.831	36.687	8.213	952	39.353	3.005
AFLUENTE TRANSMISSÃO	2016		87,84	68.881	18.735	3.960	7.450	76.206	14.288
	2015		87,84	74.004	15.370	7.065	3.891	78.418	12.633
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	2016		100,00	168	1.071.694	106	-	1.071.756	(3.636)
	2015		100,00	6.162	674.795	162	-	680.795	(23.673)
ENERGYWORKS (*)	2016		100,00	92.902	104.725	57.323	7.616	132.688	43.392
	2015		100,00	61.151	69.992	7.334	6.625	117.184	30.641
CAPUAVA (*)	2016		100,00	24.519	10.567	3.553	-	31.533	12.718
	2015		100,00	22.337	8.758	3.715	-	27.380	11.631
NEOINVEST	2016		100,00	1.089	10.718	91	-	11.716	(979)
	2015		100,00	1.566	7.057	91	-	8.532	(2.555)
POTIGUAR SUL	2016		100,00	25.940	264.735	28.703	7.654	254.318	11.930
	2015		100,00	31.860	205.458	25.348	-	211.970	12.330
FORÇA EÓLICA DO BRASIL 1	2016		50,00	10.259	339.441	20.765	-	328.935	50.692
	2015		50,00	8.422	308.252	11.110	-	305.564	30.259
CALANGO 1	2016		50,00	7.021	108.544	10.355	45.351	59.859	8.492
	2015		50,00	6.167	116.504	16.644	51.748	54.279	6.529
CALANGO 4	2016		50,00	7.052	103.375	17.135	47.228	46.064	6.989
	2015		50,00	4.898	107.851	16.785	54.014	41.950	4.789
CALANGO 5	2016		50,00	9.978	103.309	12.235	48.278	52.774	8.124
	2015		50,00	5.201	108.682	11.917	53.466	48.500	6.696
CAETITÉ 1	2016		50,00	6.662	117.110	13.788	34.923	75.061	7.546
	2015		50,00	5.152	118.070	10.180	43.239	69.803	6.116
CAETITÉ 2	2016		50,00	15.091	107.296	15.373	20.306	86.708	17.915
	2015		50,00	5.525	114.232	15.496	30.227	74.034	5.763

Controle conjunto	Data-base Patrimoniais	Data-base Resultado	Percentual de participação (%)	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
COMPANHIA HIDROELETRICA	2016		0,90	163.004	5.267.165	332.669	2.989.390	2.108.110	(74.035)
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES (**)	2016		50,56	8.009	2.304.991	220.822	474.275	1.617.903	(121.888)
	2015		50,56	113.556	2.161.061	162.915	744.675	1.367.027	(232.328)
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	2016		50,00	7.503	351.407	39.483	14.237	305.190	(24.252)
	2015		50,00	100.996	230.313	22.631	41.657	267.021	(23.164)
ÁGUAS DA PEDRA (**)	2016		51,00	85.740	762.310	92.109	321.793	434.148	90.699
	2015		51,00	109.267	785.478	104.096	349.352	441.297	63.244
LAGOA 1	2016		50,00	3.455	89.894	7.412	41	85.896	134
	2015		50,00	1.045	38.893	845	-	39.093	74
LAGOA 2	2016		50,00	130	47.596	27.775	-	19.951	15
	2015		50,00	1.001	12.858	832	-	13.027	36
CANOAS	2016		50,00	125	54.868	33.109	25	21.859	33
	2015		50,00	1.018	12.682	673	-	13.027	36

Coligadas	Data-base Patrimoniais	Data-base Resultado	Percentual de participação (%)	Ativo Circulante	Ativo Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
NORTE ENERGIA	2016		10,00	783.777	36.755.357	1.620.280	25.420.276	10.498.578	(76.968)
	2015		10,00	190.262	30.779.217	549.788	23.679.811	6.739.880	(240.204)
ECIII	2016		25,00	25.631	206.116	11.340	49.715	170.692	12.918
	2015		15,58	11.082	217.905	10.540	65.161	153.286	1.805
FORÇA EÓLICA DO BRASIL 2	2016		50,00	3.044	273.580	14.522	-	262.102	19.099
	2015		50,00	9.582	250.627	6.854	-	253.355	18.940
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	2016		50,00	4.534	282.051	30.676	-	255.909	19.263
	2015		50,00	1.574	283.518	58.959	-	226.133	18.487
CALANGO II	2016		50,00	5.240	112.427	8.763	66.692	42.212	3.201
	2015		50,00	4.039	116.933	10.561	72.808	37.603	2.053
CALANGO III	2016		50,00	11.009	116.600	9.547	69.472	48.590	4.164
	2015		50,00	3.809	131.276	17.942	74.897	42.246	4.164
MEL II	2016		50,00	4.008	81.694	10.435	47.073	28.194	(3.138)
	2015		50,00	3.427	90.923	12.953	50.174	31.223	1.661
ARIZONA I	2016		50,00	6.722	112.101	10.622	60.786	47.415	3.198
	2015		50,00	4.930	131.781	25.126	66.431	45.154	3.906
CAETITÉ III	2016		50,00	5.679	113.420	6.936	40.811	71.352	5.354
	2015		50,00	4.500	120.001	11.109	46.675	66.717	4.036
CALANGO 6	2016		50,00	14.225	477.536	58.598	249.300	183.863	(1.225)
	2015		50,00	4.827	71.931	47	3.803	72.908	907
SANTANA 1	2016		50,00	5.098	188.949	28.235	1.328	164.484	238
	2015		50,00	1.341	25.729	14	-	27.056	2.937
SANTANA 2	2016		50,00	3.796	152.288	23.476	1.062	131.546	256
	2015		50,00	1.700	20.675	12	-	22.363	3.119

(*) Conforme descrito na nota 3.9 a Companhia celebrou em contrato de compra e venda destas controladas, cuja conclusão da operação esta sujeita aos termos e condições usualmente adotados em transações desta natureza e as aprovações dos órgãos governamentais. Desta forma esses ativos estão apresentados como ativos não circulantes mantidos para venda.

(**) Controladas em conjunto conforme acordo de acionistas.

Com relação as empresas Teles Pires Participações e Norte Energia, seguem informações financeiras conforme o CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades:

(a) Norte Energia

Balanços patrimoniais - R$ Mil	**2016**	**2015**
(b)		
ATIVO		
Circulante		
(c)		
Caixa e equivalentes de caixa	205.796	521
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	201.030	103.938
Outros ativos circulantes	376.951	85.803
Total do circulante	**783.777**	**190.262**
Não circulante		
Outros ativos não circulantes	707.267	564.727
Imobilizado	36.048.090	30.214.490
Total do não circulante	**36.755.357**	**30.779.217**
Total do ativo	**37.539.134**	**30.969.479**
PASSIVO		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	630.932	-
Outros passivos circulantes	989.348	549.788
Total do circulante	**1.620.280**	**549.788**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	24.984.318	23.449.980
Outros passivos não circulantes	435.958	229.831
Total do não circulante	**25.420.276**	**23.679.811**
Patrimônio líquido		
Capital social	11.127.665	7.292.000
Lucro/prejuízo acumulado	(629.087)	(552.120)
Total do patrimonio líquido	**10.498.578**	**6.739.880**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**37.539.134**	**30.969.479**

	NORTE ENERGIA	
Demonstração de resultado	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Receita líquida	654.543	129.466
Custos e despesas operacionais	(599.459)	(426.709)
Lucro (Prejuízo) operacional	**55.084**	**(297.243)**
Receita financeira	**25.268**	**97.720**
Renda de aplicações financeiras	20.360	-
Outras receitas financeiras	4.908	-
Despesa financeira	**(175.959)**	**(82.766)**
Encargos de dívidas	(174.993)	-
Outras despesas financeiras	(966)	-
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**(95.607)**	**(282.289)**
Imposto de renda e contribuição social	18.640	42.085
Lucro/prejuízo líquido do período	**(76.967)**	**(240.204)**
Atribuível à:		
Acionistas Controladores	(76.967)	(240.204)
Acionistas Não Controladores	-	-

	NORTE ENERGIA	
Demonstração de resultados abrangentes	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Lucro líquido do período	(76.967)	(240.204)
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado	-	-
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos efeitos tributários	**(76.967)**	**(240.204)**
Atribuível à:		
Acionistas Controladores	(76.967)	(240.204)
Acionistas Não Controladores	-	-

(b) Teles Pires Participações

Balanços patrimoniais - R$ Mil	2016	**2015**
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	858	108.505
Outros ativos circulantes	7.151	5.051
Total do circulante	**8.009**	**113.556**
Não circulante		
Investimentos	2.304.991	2.161.061
Total do não circulante	2.304.991	**2.161.061**
Total do ativo	**2.313.000**	**2.274.617**
PASSIVO		
Circulante		
Debêntures	220.487	162.908
Outros passivos circulantes	335	7
Total do circulante	**220.822**	**162.915**
Não circulante		
Debêntures	474.275	691.261
Outros passivos não circulantes	-	53.414
Total do não circulante	**474.275**	**744.675**
Patrimônio líquido		
Capital social	1.997.563	1.678.867
Lucro/Prejuízo acumulado	(379.660)	(311.840)
Total do patrimonio líquido	**1.617.903**	**1.367.027**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.313.000**	**2.274.617**

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES **Demonstração de resultado - R$ Mil**	**2016**	**2015**
Custos e despesas operacionais	(10.090)	(257)
Depreciação e amortização	(10.090)	-
Resultado de participações societárias	(73.458)	(157.947)
Lucro operacional	**(83.548)**	**(158.204)**
Receita financeira	16.656	6.760
Renda de aplicações financeiras	14.953	6.760
Outras receitas financeiras	1.703	-
Despesa financeira	(107.647)	(80.884)
Encargos de dívidas	(104.706)	(80.745)
Outras despesas financeiras	(2.941)	(139)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**(174.539)**	**(232.328)**
Imposto de renda e contribuição social	52.651	-
Lucro líquido do exercício	**(121.888)**	**(232.328)**

TELES PIRES PARTICIPAÇÕES

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - R$ MIL	2016	2015
Lucro líquido do exercício	**(121.888)**	**(232.328)**
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado	**-**	**-**
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos efeitos tributários	**(121.888)**	**(232.328)**

Apresentamos a seguir a movimentação do saldo de investimentos:

	Saldos em 31/12/2015	Aumento de capital	Aquisição	Prov. Desval. Da Partic. Societárias Permanentes	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de mais valia	Dividendos e JSCP	Transferência para Ativos mantidos para venda	Saldos em 31/12/2016
NEOINVEST	8.531	4.346	-	-	-	(981)	-	-	-	11.896
COELBA	3.165.597	-	-	-	(57.041)	250.447	(32.003)	(224.961)	-	3.102.039
CELPE	1.810.529	-	-	-	(29.208)	(316)	(28.756)	(43.662)	-	1.708.587
COSERN	910.945	-	-	-	3.830	156.636	(13.497)	(167.553)	-	890.361
ITAPEBI	173.127	-	-	-	-	76.014	(1.600)	(74.622)	-	172.918
TERMOPE	546.213	30.000	-	-	-	73.103	(2.814)	-	-	646.502
NEOENERGIA O&M	11.543	-	-	-	-	6.671	-	(1.586)	-	16.628
BAGUARI I	105.498	-	-	-	-	26.831	-	(6.373)	-	125.956
GOIAS SUL (c)	202.029	-	-	-	-	13.565	-	(3.163)	(212.431)	-
GERAÇÃO CIII	168.895	25.041	-	-	-	27.550	-	(6.544)	-	214.943
RIO PCH I (c)	100.793	-	-	-	-	6.494	(14.828)	(1.520)	(90.939)	-
BAHIA PCH I (c)	120.667	-	-	-	-	19.585	-	(4.652)	(135.600)	-
SE NARANDIBA	55.291	3.000	-	-	-	6.045	-	(1.436)	-	62.900
AGUAS DA PEDRA	225.062	-	-	-	-	46.257	-	(49.904)	-	221.415
GERAÇÃO CÉU AZUL	485.264	227.752	-	-	-	(6.643)	-	1.575	-	707.948
NC ENERGIA	127.820	30.694	-	-	-	14.086	-	(3.346)	-	169.254
NEOSERV	7.017	-	-	-	-	(1.461)	-	(361)	-	5.195
GARTER	39	-	-	-	-	(7)	-	-	-	32
AFLUENTE GERAÇÃO (c)	34.569	-	-	-	-	9.884	-	(6.978)	(37.475)	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO	68.885	-	-	-	-	12.551	-	(14.494)	-	66.942
BELO MONTE PART. (a)	673.803	390.652	-	-	-	(3.598)	-	-	-	1.060.857
ENERGY WORKS (c)	141.738	-	-	-	-	35.471	(16.637)	(27.887)	(132.685)	-
BAHIA PCH II	869	-	-	-	-	-	-	-	-	869
CIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES (b)	-	875	28.957	-	-	(791)	(141)	-	-	28.900
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	717.786	161.119	-	-	-	(60.975)	-	-	-	817.930
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	145.433	77.859	-	-	(46.649)	(12.126)	-	-	-	164.517
FORÇA EÓLICA DO BRASIL I	152.782	-	-	-	-	21.477	-	(9.792)	-	164.467
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II	126.678	-	-	-	-	8.248	-	(3.875)	-	131.051
TRANSAÇÃO COM OS SÓCIOS	(595.182)	-	-	-	-	31.695	-	-	-	(563.487)
PROV. DESVAL. DA PARTIC. SOCIETÁRIAS PERMANENTES (c)	-	-	-	(37.796)	-	-	-	-	-	(37.796)
TOTAL	9.692.221	**951.338**	**28.957**	**(37.796)**	**(129.068)**	**755.712**	**(110.276)**	**(651.134)**	**(609.130)**	**9.890.824**

Apresentamos a seguir a movimentação do saldo de investimentos do consolidado:

	Saldos em 31 de dezembro de 2015	Aumento de capital	Aquisição	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de mais-valia	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de dezembro de 2016
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	717.786	161.119	-	-	(60.975)	-	-	817.930
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	145.433	77.859	-	(46.649)	(12.126)	-	-	164.517
ÁGUAS DA PEDRA	225.062	-	-	-	46.257	-	(49.904)	221.415
NORTE ENERGIA (a)	674.788	400.000	-	-	(3.383)	-	-	1.071.405
ENERGÉTICA CORUMBÁ	26.411	-	25.628	-	2.671	(130)	(378)	54.202
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II	126.678	-	-	-	8.248	-	(3.875)	131.051
CIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES (b)	-	875	28.957	-	(791)	(142)	-	28.899
TOTAL	**1.916.158**	**639.853**	**54.585**	**(46.649)**	**(20.099)**	**(272)**	**(54.157)**	**2.489.419**

Abaixo apresentamos a composição do saldo de investimentos:

	Ref	2016	2015
Investimentos em coligadas e controladas		9.890.824	9.692.221
Encargos financeiros apropriados	**4 (e)**	25.615	27.444
Total		**9.916.439**	**9.719.665**

(a) A Norte Energia S.A. ("investida") é uma sociedade de propósito específico, de capital fechado, cujo objeto social consiste na implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A Companhia detém indiretamente 10% do capital social dessa investida.

Tendo em vista o estágio de construção e implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), esta ainda necessita de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros para a conclusão das referidas obras, que de acordo com as estimativas e projeções serão absorvidas pelas receitas de operações futuras. Os acionistas poderão ser demandados a prover eventuais aportes adicionais de recursos, na proporção da participação acionária de cada acionista no capital social da NESA, observadas as obrigações contidas no Acordo de Acionistas.

Em 2015, a Administração da Companhia tomou conhecimento do processo de investigação que estava sendo conduzida no contexto de um dos acionistas da investida, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, que aprovou a criação de uma Comissão Independente para gestão e supervisão dos trabalhos de investigação em andamento, conduzidos por empresa independente especializada.

Em 2016, os trabalhos de investigação pela empresa especializada independente foram concluídos e determinaram que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte continham impactos estimados de 1% no preço do contrato, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, no contexto de eventuais sobrepreço e atividades de manipulação de propostas consideradas de natureza ilícita.

Os ajustes decorrentes da investigação independente mencionada acima foram integralmente reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 da Companhia na proporção de sua participação no investimento. Permanece em curso investigação conduzida por parte das autoridades brasileiras.

(b) Em 19 de agosto de 2016, conforme previsto no acordo de acionistas da investida "Companhia Hidrelétrica Teles Pires", datado de 05 de dezembro de 2012, após a entrada em operação da UG5, a Companhia adquiriu as ações de propriedade da Odebrecht (0,9% do capital de CHTP) pelo montante total de R$ 28.957.

(c) Provisão referente à desvalorização das participações societárias das empresas que fazem parte do bloco de ativos mencionados na nota 3.8. O CPC 31 exige que os ativos que forem classificados como mantidos para venda sejam mensurados pelo menor valor contábil até então registrado e o valor justo menos as despesas de venda. No caso da alienação dessas investidas, o valor justo dos ativos

considerando as despesas de venda, é inferior ao valor contábil impactando negativamente o resultado da Companhia.

10.1 Redução ao valor recuperável dos investimentos – Impairment

A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise de sensibilidade para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia.

As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo.

Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultado já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto que o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas sólidas de crescimento da economia brasileira.

Tais fluxos são descontados por taxas médias que variam entre 9,32% (pós impostos) e 10,35% (antes dos impostos), tendo sua taxa nominal a depender de cada empreendimento e utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia.

11. Imobilizado

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

		Consolidado				
		2016				2015
	Ref.	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Terrenos			76.444	-	76.444	69.599
Reservatórios, barragens e adutoras		**2,33%**	1.146.062	(218.317)	927.745	928.254
Edificações, obras civis e benfeitorias		**4,00%**	619.243	(165.736)	453.507	459.063
Máquinas e equipamentos		**5,00%**	2.171.763	(697.024)	1.474.739	1.527.668
Veículos		**20,00%**	4.010	(2.538)	1.472	2.144
Móveis e utensílios		**9,00%**	3.582	(2.480)	1.102	814
Outros			878	-	878	2.061
			4.021.982	**(1.086.095)**	**2.935.887**	**2.989.603**
Em curso						
Terrenos			40.801	-	40.801	46.001
Reservatórios, barragens e adutoras			49.615	-	49.615	51.096
Edificações, obras civis e benfeitorias			606.674	-	606.674	393.115
Máquinas e equipamentos			187.187	-	187.187	100.372
Veículos			1.946	-	1.946	638
Móveis e utensílios			2.282	-	2.282	1.739
Material em depósito			21.290	-	21.290	21.290
Outros	(a)		320.654	-	320.654	285.225
			1.230.449	**-**	**1.230.449**	**899.476**
Transferência para ativos mantidos para venda	(Nota 3.9.2)		-	-	(752.802)	-
Total			**5.252.431**	**(1.086.095)**	**3.413.534**	**3.889.079**

(a) Referem-se principalmente a adiantamento a fornecedores realizados dentro do período de construção dos empreendimentos, os quais serão baixados com a devida entrega dos bens e/ou finalização da obra.

A depreciação acumulada é geralmente calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações realizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados à concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Contratos de Concessão.

A movimentação do imobilizado consolidado é como segue:

	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.852.379	(896.785)	2.955.594	744.464	3.700.058
Adições	(1.133)	444	(689)	368.413	367.724
Baixas	(104.511)	42.378	(62.133)	(5.381)	(67.514)
Depreciação	-	(111.189)	(111.189)	-	(111.189)
Transferências	208.020	-	208.020	(208.020)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**3.954.755**	**(965.152)**	**2.989.603**	**899.476**	**3.889.079**
Adições	889	-	889	443.058	443.947
Baixas	(6.485)	(6.018)	(12.503)	(26.047)	(38.550)
Depreciação	-	(128.140)	(128.140)	-	(128.140)
Transferências	72.823	13.215	86.038	(86.038)	-
	4.021.982	**(1.086.095)**	**2.935.887**	**1.230.449**	**4.166.336**
Transferência para ativos mantidos para venda	(959.398)	245.967	(713.431)	(39.371)	(752.802)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**3.062.584**	**(840.128)**	**2.222.456**	**1.191.078**	**3.413.534**

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2016.

12. Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétricos celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, Celpe, Cosern, Afluente T, SE Narandiba, Afluente G (Concessionária - Operador) e Potiguar Sul, respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica pelas Companhias e estabelecem que:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica, abrangendo:

Distribuidoras

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

Transmissoras

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

(b) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
(d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição e transmissão, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

Nas Distribuidoras

(a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão.

(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Nas Transmissoras

(a) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Segue composição consolidada do ativo financeiro de concessão:

		Consolidado	
	Ref	**2016**	**2015**
Recebíveis	(a)	419.226	356.810
Indenização	(b)	4.890.109	3.781.246
		5.309.335	**4.138.056**
Transferência para ativos mantidos para venda	(Nota 3.9.2)	(12.786)	-
Total		**5.296.549**	**4.138.056**
Circulante		62.106	51.331
Não circulante		5.234.443	4.086.725

(a) Valores de fluxo de caixa futuros das transmissoras projetados descontados a taxa interna de retorno dos projetos de parcelas tarifárias correspondentes a remuneração pela infraestrutura (RAP).

(b) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) e aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

		Consolidado	
	Ref.	**2016**	**2015**
Saldo inicial		4.138.056	3.232.651
Adições		66.482	143.392
Baixas		(5.787)	(2.699)
Amortização/reversão		(34.507)	(12.523)
Transferência	(a)	890.135	414.783
Remuneração recebíveis das transmissoras		-	26.536
Atualização monetária/Ajustes a valor justo	(b)	254.956	335.916
		5.309.335	**4.138.056**
Transferência para ativos mantidos para venda	(Nota 3.9.2)	(12.786)	-
Saldo final		**5.296.549**	**4.138.056**
Circulante		62.106	51.331
Não circulante		5.234.443	4.086.725

(a) Transferência do Intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

(b) Valor justo do ativo financeiro das distribuidoras e transmissoras.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados mensalmente, com base na variação do IPCA , e na revisão tarifária, que ocorre a cada quatro anos na Celpe e a cada cinco anos na Coelba e Cosern.

As concessões das Companhias de distribuição e transmissão não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. As concessões outorgadas tem prazo de vigência de 30 anos e os contratos de concessão preveem a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e

determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

13. Intangível

Por natureza, o ativo intangível do consolidado está constituído da seguinte forma:

	Consolidado					
		2016				2015
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	**4,27%**	17.121.976	(8.914.035)	(1.778.284)	6.429.657	6.159.239
Mais-valia atribuído a concessão	**4,57%**	2.626	(1.270)	-	1.356	-
Direito de uso de software	**19,61%**	4.239	(3.027)	-	1.212	1.223
Outros		1.470	(65)	-	1.405	3.136
		17.130.311	**(8.918.397)**	**(1.778.284)**	**6.433.630**	**6.163.598**
Em curso						
Direito de uso da concessão		2.050.090	-	(463.326)	1.586.764	1.410.323
Direito de uso de software		3.955	-	-	3.955	5.041
Outros		4.421	-	-	4.421	-
		2.058.466	**-**	**(463.326)**	**1.595.140**	**1.415.364**
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 3.9.2)		(26.420)	-	-	(26.420)	-
Total		**19.188.777**	**(8.918.397)**	**(2.241.610)**	**8.002.350**	**7.578.962**

De acordo com o Decreto n° 41.019, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve refletir a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou o término da concessão, o que ocorrer antes. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear já que o regulador utiliza estas vidas úteis estimadas como base para determinação da tarifa a ser cobrada pela prestação dos serviços objetos das concessões, conforme contratos de concessão.

A movimentação do saldo do direito de uso da concessão está demonstrada a seguir:

	Consolidado							
	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	15.524.354	(7.521.007)	(1.824.760)	6.178.587	1.404.370	(368.294)	1.036.076	7.214.663
Adições	49.299	-	-	49.299	1.740.772	(319.712)	1.421.060	1.470.359
Baixas	(96.548)	52.929	-	(43.619)	(34.645)	-	(34.645)	(78.264)
Amortização	-	(745.051)	121.361	(623.690)	-	-	-	(623.690)
Transferências – intangíveis	619.688	-	(89.842)	529.846	(619.688)	89.842	(529.846)	-
Transferências – ativos financeiros	(171)	-	-	(171)	(512.888)	98.276	(414.612)	(414.783)
Transferências - outros	47.741	191	25.414	73.346	(31.183)	(31.486)	(62.669)	10.677
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**16.144.363**	**(8.212.938)**	**(1.767.827)**	**6.163.598**	**1.946.738**	**(531.374)**	**1.415.364**	**7.578.962**
Adições	-	-	-	-	2.365.965	(233.449)	2.132.516	2.132.516
Baixas	(224.808)	149.494	3.171	(72.143)	(31.579)	-	(31.579)	(103.722)
Amortização	-	(856.867)	132.374	(724.493)	-	-	-	(724.493)
Transferências – intangíveis	1.210.725	-	(146.526)	1.064.199	(1.210.722)	146.525	(1.064.197)	2
Transferências – ativos financeiros	(4.910)	-	-	(4.910)	(1.076.461)	191.237	(885.224)	(890.134)
Transferência - outros	4.941	1.914	524	7.379	64.525	(36.265)	28.260	35.639
	985.948	**(705.459)**	**(10.457)**	**270.032**	**111.728**	**68.048**	**179.776**	**449.808**
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 3.9.2)	(85.027)	58.607	-	(26.420)	-	-	-	(26.420)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**17.045.284**	**(8.859.790)**	**(1.778.284)**	**6.407.210**	**2.058.466**	**(463.326)**	**1.595.140**	**8.002.350**

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

O Grupo entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como doações e subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. Essas obrigações estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Energia elétrica	-	-	1.072.375	1.230.324
Encargos de uso da rede	-	-	81.179	108.444
Materiais e serviços	5.008	6.504	694.013	1.062.702
Energia livre	-	-	97.197	85.899
	5.008	**6.504**	**1.944.764**	**2.487.369**
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9.2)	-	-	(18.953)	-
Total	**5.008**	**6.504**	**1.925.811**	**2.487.369**
Circulante	5.008	4.541	1.846.704	2.385.903
Não circulante	-	1.963	79.107	101.466

15. Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos

	Ref.:	2016	2015
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	**15.1**		
Moeda nacional		**5.077.844**	**5.247.543**
Circulante		1.540.143	1.720.530
Não circulante		3.537.701	3.527.013
Moeda estrangeira		**4.753.105**	**5.520.538**
Circulante		1.962.941	1.142.531
Não circulante		2.790.164	4.378.007
(-) Depósitos em garantia		**(174.033)**	**(199.089)**
Circulante		-	(24.054)
Não circulante		(174.033)	(175.035)
		9.656.915	**10.568.992**
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9.2)		(220.984)	-
Ajustes de consolidação		137.864	-
Total de empréstimos e financiamentos		**9.573.795**	**10.568.992**
Circulante		3.441.530	2.839.007
Não circulante		6.132.265	7.729.985
DEBÊNTURES	**15.2**		
Total de debêntures		**2.387.126**	**1.238.634**
Circulante		390.975	345.139
Não circulante		1.996.151	893.495
Custos de transação – Debêntures		(28.896)	(2.461)
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS			
Total Instrumentos financeiros derivativos	**27(f)**	**(613.914)**	**(1.652.951)**
Ativo		(838.726)	(1.726.742)
Passivo		224.812	73.791
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda		(13.184)	-
Instrumentos financeiros derivativos (Ativo)			
Circulante		(322.352)	(315.246)
Não circulante		(516.374)	(1.411.496)
Instrumentos financeiros derivativos Passivo			
Circulante		170.556	71.106
Não circulante		54.256	2.685
ENDIVIDAMENTO TOTAL		**11.347.007**	**10.154.675**
Circulante		3.680.709	2.940.006
Não circulante		7.666.298	7.214.669

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos e debêntures da controladora e das controladas em 31 de dezembro de 2016

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 31/12/2016
Banco ABC	Dolar	Capital de Giro	3,01%	2017	Fiança Bancária	40.000	40.045
Banco do Brasil	Real	Capital de Giro / Investimentos	2,50% a 15,35% / TJLP + 1,93% / 108,00% a 122,90% do CDI / CDI + 1,50%	2017 a 2030	Aval da Neoenergia / Conta Reserva / Clean	1.808.195	1.614.399
Banco do Nordeste	Real	Investimentos / Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	10,00% / TJLP + 3,21%	2018 a 2022	Aval da Neoenergia / Recebíveis / Fundo Liquidez	316.258	58.861
Banco Safra	Dolar	Capital de Giro	3,18% a 3,90%	2017	Aval da Neoenergia / Clean	135.000	147.624
Bank of América	Dolar	Capital de Giro	Libor + 1,70%	2018	Clean	439.032	440.328
Bank of China	Real	Capital de Giro	CDI + 1,50%	2018	Clean	19.000	19.705
BNDES	Real	Investimentos	3,00% a 6,00% / TJLP + 1,59% a TJLP + 2,82% / SELIC + 2,09%	2017 a 2030	Aval da Neoenergia / Conta Reserva	4.760.008	2.534.565
BNP Paribas	Dolar / Euro	Capital de Giro	1,63% / Libor + 1,50%	2018	Clean	298.353	320.840
Bradesco	Dolar	Capital de Giro	2,90%	2018	Clean	200.409	205.591
Caixa Econômica Federal	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	6,00%	2025 a 2026	Aval da Neoenergia / Recebíveis	122.714	108.705
China Construction Bank	Dolar	Capital de Giro	Libor + 2,31%	2019	Clean	129.600	133.992
Citibank	Dolar	Capital de Giro	Libor + 0,97% a Libor + 1,80%	2018	Aval da Neoenergia / Clean	612.140	621.030
Eletrobrás	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	5,00% a 6,00%	2017 a 2024	Nota Promissória / Recebíveis	314.962	84.698
Finep	Real	Pesquisa e Desenvolvimento	4,00% a 8,25%	2018 a 2020	Aval da Neoenergia / Clean	225.599	54.599
HSBC	Dolar	Capital de Giro	Libor + 1,40%	2018	Aval da Neoenergia	140.000	144.176
IBM	Real	Investimentos	CDI + 0,26% a CDI + 0,31%	2019 a 2020	Aval da Neoenergia	84.893	73.038
Itaú	Dolar	Capital de Giro	1,73% a 4,64%	2017 a 2020	Aval da Neoenergia / Clean	882.498	920.982
JP Morgan	Dolar	Capital de Giro	2,94%	2018	Clean	58.065	58.352
KfW Bankengruppe	Real	Investimentos	2,00%	2026	Aval Governo do Estado de Pernambuco / Fiança Bancária	1.042	555
Mizuho	Dolar	Capital de Giro	2,45% / Libor + 1,40% a Libor + 1,50%	2018	Aval da Neoenergia / Clean	319.350	338.458
Santander	Real / Dolar	Capital de Giro	2,46% a 4,36% / 111,00% a 121,00% do CDI	2017	Aval da Neoenergia / Clean	715.935	755.163
Sumitomo	Dolar	Capital de Giro	Libor + 1,50%	2018	Clean	101.150	113.327
Tokyo-Mitsubishi	Dolar	Capital de Giro	3,20% / Libor + 0,80% a Libor + 1,50%	2017 a 2018	Aval da Neoenergia / Clean	313.255	284.349
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	111,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,80% a CDI + 0,95% / IPCA + 6,75% a IPCA + 7,89%	2017 a 2025	Aval da Neoenergia / Clean	2.538.490	2.351.616
Total						**14.575.948**	**11.424.998**

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Companhia.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

Em 2016, a Companhia transferiu para o ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados das controladas Coelba, Celpe, Cosern e Geração Céu Azul o montante de R$ 166.110 (R$ 116.519 em 2015). Os custos capitalizados foram excluídos na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

15.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus instrumentos financeiros derivativos vinculados é a seguinte:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**917.918**	**3.648.486**	**15.130**	**2.234.246**	**6.815.780**
Ingressos	472.440	937.381	443.353	1.093.243	2.946.417
Encargos	436.386	3.243	91.363	5.082	536.074
Variação monetária e cambial	3.700	26.143	186.089	1.458.835	1.674.767
Swap	-	-	(67.990)	(1.195.740)	(1.263.730)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(15.970)	(33.233)	(49.203)
Transferências	1.244.445	(1.244.445)	562.964	(562.964)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(1.351.791)	-	(315.258)	(27.641)	(1.694.690)
Mov. Depósitos em garantias	(24.054)	(18.192)	-	-	(42.246)
(-) Custos de transação	(2.568)	(638)	(1.290)	(1.980)	(6.476)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**1.696.476**	**3.351.978**	**898.391**	**2.969.848**	**8.916.693**
Ingressos	559.770	630.499	197.500	620.009	2.007.778
Encargos	458.364	13	123.732	482	582.591
Variação monetária e cambial	6.153	61.766	(252.676)	(699.522)	(884.279)
Swap	-	-	378.035	1.053.347	1.431.382
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(18.701)	(2.466)	(21.167)
Transferências	524.511	(674.511)	1.740.822	(1.590.822)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(1.730.973)	(5.194)	(1.244.875)	14.002	(2.967.040)
Mov. Depósitos em garantias	24.054	998	-	-	25.052
(-) Custos de transação	1.788	(1.882)	831	(51)	686
	1.540.143	**3.363.667**	**1.823.059**	**2.364.827**	**9.091.696**
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9.2)	(28.111)	(159.432)	(46.625)	-	(234.168)
Ajustes de consolidação	-	137.864	-	-	137.864
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.512.032**	**3.342.099**	**1.776.434**	**2.364.827**	**8.995.392**

A seguir apresentamos as captações do exercício:

	Consolidado			
Empresa	**Financiadores**	**Vencimento**	**Encargos Financeiros Anuais - %**	**Valor Captado**
NEOENERGIA	SANTANDER	16/05/2017	121,00% CDI	250.000
NEOENERGIA	BRADESCO	30/04/2018	US$ + 2,9% a.a.	200.409
NEOENERGIA	CHINA CONSTRUCTION BANK	11/10/2019	US$ (Libor 3M) + 2,3125% a.a.	129.600
NEOENERGIA	SAFRA	03/10/2017	US$ + 3,9041% a.a.	100.000
Coelba	Nota Promissória - Safra	21/12/2016	110,00% do CDI	150.000
Coelba	BNDES	15/06/2023	TJLP + 1,59%	41.666
Coelba	CEF	07/10/2026	6% a.a.	15.159
Coelba	BANCO ABC	01/03/2017	120,00% do CDI	20.000
Coelba	BNDES	15/06/2023	TJLP + 1,59%	38.268
Coelba	ITAÚ	25/04/2017	USD + 1,73%	17.500
Coelba	ITAÚ	03/01/2020	USD + 4,6495%	100.000
Coelba	BANCO DO BRASIL	18/02/2017		27.961
Coelba	BNDES	15/06/2023	TJLP + 1,59%	11.000
Coelba	BNDES	15/06/2023	TJLP + 2,09%	20.600
CELPE	Caixa Econômica Federal	21/10/2025	6% a.a.	10.831
CELPE	Banco Itaú S.A.	07/08/2017	3,03% a.a.	100.000
CELPE	BNDES	15/06/2023	TJLP + 2,09%	3.054
CELPE	BNDES	15/06/2023	SELIC + 2,09%	3.054
CELPE	BNDES	15/06/2023	TJLP + 2,09%	25.699
CELPE	BNDES	15/06/2023	SELIC + 2,09%	25.699
CELPE	BNDES	30/06/2023	TJLP + 1,59%	18.882
CELPE	ABC	01/03/2017	USD + 3,01% a.a.	20.000
CELPE	ITAÚ	06/09/2019	USD + 4,284% a.a.	90.000
CELPE	Santander	14/06/2017	111% CDI	100.000
CELPE	Banco do Brasil	24/02/2017	15,35% a.a.	23.523
COSERN	CEF	16/11/2025	6% aa	3.969
COSERN	BNDES FINEM	15/06/2023	TJLP+2,09% aa	5.635
COSERN	BNDES FINEM	15/06/2023	SELIC+2,09% aa	5.635
COSERN	BNDES FINEM	15/06/2023	TJLP+2,09% aa	12.725
COSERN	BNDES FINEM	15/06/2023	SELIC+2,09% aa	12.725
Termopernambuco	Banco do Brasil	15/05/2020	122,90% CDI	373.670
Energyworks	Itaú	03/01/2017	USD + 2,67% aa	40.000
Calango 1	BANCO DO BRASIL	15/04/2030	TJLP + 1,93% a.a	1.522
Calango 1	BANCO DO BRASIL	15/04/2030	TJLP + 1,93% a.a	266
Calango 4	BANCO DO BRASIL	15/04/2030	TJLP + 1,93% a.a	2.038
Calango 4	BANCO DO BRASIL	15/04/2030	TJLP + 1,93% a.a	282
Calango 5	BANCO DO BRASIL	15/04/2030	TJLP + 1,93% a.a	3.979
Calango 5	BANCO DO BRASIL	15/04/2030	TJLP + 1,93% a.a	225
Caetité 1	BANCO DO BRASIL	15/12/2029	TJLP + 1,93% a.a	2.202
Total				**2.007.778**

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	Consolidado					
	2016			2015		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2017	-	-	-	930.785	(1.920)	928.865
2018	2.808.705	(6.058)	2.802.647	3.066.404	(2.490)	3.063.914
2019	996.339	(3.003)	993.336	485.285	(486)	484.799
2020	786.025	(2.284)	783.741	324.373	(311)	324.062
2021	559.455	(1.110)	558.345	660.339	(3.407)	656.932
2022	286.371	(312)	286.059	1.038.937	(644)	1.038.293
Após 2022	478.754	(356)	478.398			
	5.915.649	**(13.123)**	**5.902.526**	**6.506.123**	**(9.258)**	**6.496.865**
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	-	-	(159.431)	-	-	-
Ajustes de consolidação	-	-	137.864	-	-	-
Total obrigações	**5.915.649**	**(13.123)**	**5.880.959**	**6.506.123**	**(9.258)**	**6.496.865**
(-) Depósitos em garantias			(174.033)			(175.039)
Total			**5.706.926**			**6.321.826**

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e 2015, as controladas e controladora atingiram todos os índices requeridos contratualmente exceto a controlada Coelba que superou o limite estabelecido para o covenants junto à Eletrobrás, que requer a anuência da mesma para contratação de novas dívidas. A referida controlada obteve anuência para as captações efetuadas no exercício.

15.2 Debêntures

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos vinculados é a seguinte:

	Consolidado		
	Passivo		Total
	Circulante	Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	285.879	1.161.995	1.447.874
Ingressos	-	31.600	31.600
Encargos	179.079	1.213	180.292
Variação monetária e cambial	397	13.366	13.763
Swap	-	(909)	(909)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	16.640	16.640
Transferências	332.158	(332.158)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(452.084)	-	(452.084)
(-) Custos de transação	(290)	1.096	806
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**345.139**	**892.843**	**1.237.982**
Ingressos	50.000	1.456.890	1.506.890
Encargos	290.136	7.428	297.564
Variação monetária e cambial	312	11.566	11.878
Swap	1.710	(2.144)	(434)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(28.996)	(28.996)
Transferências	368.704	(368.704)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(649.753)	(9.712)	(659.465)
(-) Custos de transação	(14.005)	201	(13.804)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**392.243**	**1.959.372**	**2.351.615**

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício:

Empresa	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
CELPE	11/01/2019	118,00% do CDI	206.890
CELPE	18/04/2019	122,70% do CDI	150.000
NEOENERGIA	16/01/2021	124,40% CDI	400.000
COELBA	20/04/2019	121,50% do CDI	250.000
COELBA	15/10/2019	119% do CDI	300.000
COELBA	15/10/2021	IPCA + 6,7548%	100.000
COSERN	30/03/2018	118% CDI	100.000
			1.506.890

As debêntures das controladas são garantidoras por aval da Companhia.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

	Consolidado					
	2016			2015		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2017	-	-	-	287.358	(787)	286.571
2018	553.936	(1.166)	552.770	257.627	(506)	257.121
2019	1.004.861	(2.002)	1.002.859	188.517	(302)	188.215
2020	173.479	(535)	172.944	74.027	(151)	73.876
2021	216.839	(3.566)	213.273	74.028	(116)	73.912
2022	3.455	(126)	3.329	13.460	(312)	13.148
Após 2022	14.729	(533)	14.196			
Total	**1.967.299**	**(7.928)**	**1.959.371**	**895.017**	**(2.174)**	**892.843**

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as controladas e controladora atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

16. Salários e encargos a pagar

	Consolidado	
	2016	2015
Salários	15.515	26.484
Encargos sociais	20.000	16.015
Provisões férias	40.892	41.222
Encargos sobre provisões de férias	11.221	9.992
Provisão PLR	44.302	52.255
Outros	1.903	1.462
	133.833	**147.430**
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9.2)	(868)	-
Total	**132.965**	**147.430**

17. Taxas regulamentares

	Consolidado	
	2016	**2015**
	(Reapresentado)	**(Reapresentado)**
Reserva Global de Reversão - RGR	171	171
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	99.529	105.866
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	6.159	3.707
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	2.547	1.362
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	97.373	74.069
Programa de Eficientização Energética - PEE	30.756	23.971
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	1.622	1.477
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.848	449
Encargos Setoriais - Outros CCRBT	15.376	60.248
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional	-	12
Ministério de Minas e Energia - MME	530	492
	255.911	**271.824**
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9.2)	(623)	-
Total	**255.288**	**271.824**
Passivo circulante	**193.380**	**205.734**
Passivo não circulante	**61.908**	**66.090**

18. Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado	
	2016	**2015**
Imposto de Renda - IR	50.772	67.286
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	20.610	22.721
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	274.632	274.342
Programa de Integração Social - PIS	33.327	24.024
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	152.842	105.476
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	11.331	8.908
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	2.995	2.683
Imposto sobre Serviços - ISS	7.362	8.137
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	32.513	29.187
Outros	18.167	8.487
	604.551	**551.251**
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9)	(5.974)	-
Total	**598.577**	**551.251**
Circulante	592.630	546.364
Não-circulante	5.947	4.887

19. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado como despesa operacional.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	Consolidado							
	Contingências					Provisões		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Ambientais	Ambientais	Desmantelamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**187.659**	**182.499**	**33.914**	**6.493**	**3.679**	**9.049**	**11.634**	**434.927**
Constituição	70.914	103.144	6.760	-	-	-	-	180.818
Baixas/reversão	(71.903)	(108.726)	(16.100)	(3.290)	-	(1.132)	(7.395)	(208.546)
Atualização	38.353	66.051	4.663	1.205	-	1.841	873	112.986
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**225.023**	**242.968**	**29.237**	**4.408**	**3.679**	**9.758**	**5.112**	**520.185**
Constituição	71.647	107.094	3.271	-	-	-	7.446	189.458
Baixas/reversão	(31.404)	(39.516)	(295)	-	-	-	(287)	(71.502)
Pagamentos/Indenizações	(52.134)	(105.588)	(3.783)	-	-	(287)	-	(161.792)
Atualização	31.291	61.849	3.898	727	361	668	1.831	100.625
	244.423	**266.807**	**32.328**	**5.135**	**4.040**	**10.139**	**14.102**	**576.974**
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (nota 3.9)	(640)	(10.581)	-	-	(4.040)	-	(7.616)	(22.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**243.783**	**256.226**	**32.328**	**5.135**	**-**	**10.139**	**6.486**	**554.097**
Circulante	37.464	102.001	190	-	-	-	-	139.655
Não circulante	206.319	154.225	32.138	5.135	-	10.139	6.486	414.442

a) Provisões para processos judiciais

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/ reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, as controladas possuem um total estimado de R$ 1.047.150 (R$ 839.811 em 2015) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 0,5% a.m..

Cíveis

Referem-se à ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, as controladas possuem um total estimado de R$ 1.852.078 (R$ 3.008.467 em 2015) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m..

Fiscais

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, CSLL, IPTU, REFIS, PIS/COFINS, INSS, CIDE, ITD sobre doações recebidas, entre outros. Além dos valores provisionados, o Grupo possui um total estimado de R$ 3.441.874 (R$ 2.468.767 em 2015) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração relacionados ao ICMS das controladas Cosern, Celpe, Coelba e NC Energia, estimados em R$ 618.570 e autos de infração contra as controladas (Celpe, Coelba, Cosern, Itapebi e Termopernambuco) referentes a não adição da despesa de amortização da mais-valia nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, estimados em R$ 1.916.196.

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados pela variação da taxa SELIC.

b) Depósitos judiciais

Para permitir a interposição de recursos, nos termos da lei são mantidos os seguintes depósitos judiciais recursais à disposição do juízo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Trabalhistas	147	265	252.347	205.010
Cíveis	-	-	176.052	162.636
Fiscais	40.957	36.797	144.543	133.292
Outros	-	-	10.605	11.220
	41.104	**37.062**	**583.547**	**512.158**
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 3.9)	-	-	(8.564)	-
Total	**41.104**	**37.062**	**574.983**	**512.158**

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), para os casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

c) Provisões

As demais provisões são compostas por: (i) gastos ambientais que referem-se a obrigações adicionais dos impactos sócio ambientais na construção das usinas e; (ii) gastos com desmantelamento que referem-se aos custos de desmobilização da plantas e parques eólicos das controladas. Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem das controladas, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada nos empreendimentos. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar as obrigações.

20. Outros passivos

		Controladora		Consolidado	
	Ref	2016	2015	2016	2015
Consumidores	(a)	-	-	118.502	111.122
Plano de saúde		-	-	4.046	3.740
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		-	-	28.582	19.805
Caução em garantia	(b)	-	-	301.237	244.741
Adiantamentos recebidos	(c)	-	-	22.072	46.234
Cooperativas - aquisição de ativos		-	-	17.495	29.159
Contas a pagar - Iberdrola	(d)	790.166	704.081	790.166	704.081
Contas a pagar - Itapebi	(e)	127.624	-	-	-
Outros		6.915	59.406	44.513	89.154
		924.705	**763.487**	**1.326.613**	**1.248.036**
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	3.9.2	-	-	-1.056	-
Total		**924.705**	**763.487**	**1.325.557**	**1.248.036**
Circulante		127.732	13	472.670	456.420
Não circulante		796.973	763.474	852.887	791.616

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas clausulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(c) Referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.

(d) Em 27 de fevereiro de 2015, a Companhia adquiriu da Iberdrola Energia S.A.U. participação adicional de 8,50% e 7,01% das ações das controladas Coelba e Cosern, respectivamente pelas respectivas contraprestações de R$ 532.101 e R$ 107.049 atualizados por uma taxa anual de 12,19%, com pagamento em parcela única cujo vencimento será em 26 de fevereiro de 2018. Dessa forma a Companhia passou a deter 96,34% do capital social da Coelba e 91,48% da Cosern, gerando um ajuste no patrimônio liquido do consolidado decorrente de transação com sócios no montante de R$ 332.722. Em 31 de dezembro de 2016, os valores atualizados correspondem a R$ 790.166 (R$ 763.474 em 2015).

(e) Em 27 de julho de 2016, a Companhia firmou um contrato de mútuo com a controlada Itapebi no montante de R$100.000, acrescido dos juros e demais encargos totalizando o montante de R$127.624 em 31 de dezembro de 2016, com prazo de liquidação de até 180 dias após a

assinatura do contrato. Subsequentemente em 19 de janeiro de 2017, as partes aditaram o contrato postergando o prazo de liquidação em mais de 90 dias.

21. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e 2015, subscrito e integralizado é de R$4.739.025. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte, antes do efeito do grupamento de ações:

	Lote de mil ações		
	Ações ordinárias		
Acionistas	**Única**	**%**	**R$**
Iberdrola Energia S A.	304.040	39,00%	1.848.220
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	173.409	22,24%	1.054.133
BB - Banco de Investimentos S A.	93.451	11,99%	568.076
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	208.690	26,77%	1.268.596
Total	**779.590**	**100,00%**	**4.739.025**

Lucro por ação

O lucro por ação apresentado ao final da demonstração de resultado é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Lucro do exercício	289.729	309.387	302.869	309.387
Média ponderada de ações em poder dos acionistas (*)	779.590	779.590	779.590	779.590
Lucro do exercício / Total de ações	0,37	0,40	0,39	0,40

(*) Considera o evento ocorrido em 26 de outubro de 2017, relacionado ao grupamento de ações na proporção de 7,504760443 ações ordinárias para 1 ação ordinária, conforme detalhado na nota 33.

Reserva de transação de capital com os sócios

Os valores reconhecidos na reserva de transação de capital com os sócios são os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**Ref.**	**990.264**
Compra de participação na Itapebi pela Termope	(a)/(b)	657.542
Compra de participação adicional na Coelba e na Cosern pela Neoenergia	(c)	332.722

(a) Em 23 de dezembro de 2013, a controlada Termopernambuco adquiriu participação adicional de 35,4% das ações da controlada Itapebi pela contraprestação de R$ 503.748. O Grupo passou a deter 77,4% do capital da Itapebi e baixou a participação de não controladores no montante de R$ 103.458.

Com isso, registrou uma redução no patrimônio líquido do consolidado decorrente de transação com sócios no montante de R$ 400.290.

(b) Ajustes decorrentes da aquisição da controlada Termopernambuco em 2014, que adquiriu da controladora Iberdrola S.A.U., um dos controladores do Grupo, a participação adicional de 22,6% das ações da controlada Itapebi pela contraprestação de R$325.475. Dessa forma, o Grupo passou a deter 100 % do capital da Itapebi, gerando um ajuste no patrimônio líquido do consolidado decorrente de transação com os sócios no montante de R$257.252.

(c) Em 27 de fevereiro de 2015, a Neoenergia adquiriu da controladora Iberdrola Energia S.A.U., a participação de 8,50% das ações da Coelba e 7,01% da Cosern pelas respectivas contraprestações de R$ 532.101 e R$ 107.049 atualizados por uma taxa anual de 12,19%, com pagamento em parcela única cujo vencimento será em 26 de fevereiro de 2018. Dessa forma a Neoenergia passou a deter 96,34% do capital social da Coelba e 91,48% da Cosern, gerando um ajuste no patrimônio liquido do consolidado decorrente de transação com sócios no montante de R$ 332.722.

Reservas de lucros

Reserva de incentivo fiscal nas controladas

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada.

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei nº 11.638/07, foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.

O incentivo fiscal SUDENE, nas controladas Coelba, Celpe, Cosern e Termopernambuco, com validade até 2020, 2023, 2023 e 2024 respectivamente, prevê a Companhia o beneficio fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculados com base no lucro da exploração. As controladas Coelba e Cosern apuraram respectivamente até 31 de dezembro de 2016, os valores de R$6.252 e R$26.352 (R$38.951 e R$26.295 em 31 de dezembro de 2015 respectivamente).

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2016 a Administração está propondo *ad referendum* a Assembleia dos Acionistas a absorção de lucros no montante de R$ 27.876.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, os ajustes oriundos da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de juros sobre capital e dividendos:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
2016			
AGO de 29 de abril de 2016	Dividendos Adicionais 2015	188.935	0,0322931
AGO de 26 de abril de 2016	Dividendos propostos 2015	111.065	0,0189834
		300.000	
2015			
RCA de 17 de dezembro de 2015	Dividendos (a)	102.495	0,0175186
AGO de 26 de abril de 2015	Dividendos Adicionais 2014	167.905	0,0286986
AGO de 26 de abril de 2015	Dividendos propostos 2014	29.600	0,0050592
		300.000	

(a) Esse dividendos foram propostos a partir da conta de Reserva de Retenção de Lucros

De acordo com o estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2016	2015
Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado (*)		
Lucro líquido do exercício reapresentado	**289.729**	309.387
Ajustes (nota 4)	**80.671**	139.956
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado	**370.400**	**449.343**
Prejuízo acumulado reapresentação Norte Energia	**-**	18.300
Reversão prejuízo acumulado reapresentação Norte Energia	**(18.300)**	
Lucro líquido originalmente apresentado	**352.100**	467.643
Constituição da reserva legal (5%)	**(17.605)**	(23.382)
Base de cálculo do dividendo	**334.495**	444.261
		-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**83.624**	111.065

Os dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram calculados levando-se em consideração o resultado dos referidos exercícios apurados originalmente antes da reapresentação dessas demonstrações financeiras.

A formação dos saldos de dividendos e JSCP a pagar, é como segue:

	Controladora	
	2016	**2015**
Saldo inicial	213.564	30.170
Declarados	272.559	381.465
Pagos no exercício	(102.497)	(198.071)
Saldo final	383.626	213.564

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

22. Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas controladas da Companhia.

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

As controladas contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

Segue a composição da receita líquida do consolidado por natureza e suas deduções:

	Ref.	Consolidado 2016 (Reapresentado)	Consolidado 2015 (Reapresentado)
Fornecimento de energia elétrica	(a)	10.661.203	10.874.515
Receita de distribuição, geração e comercialização		10.069.243	10.284.178
Remuneração financeira WACC		591.960	590.337
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	604.984	676.187
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	8.736.649	8.208.635
Receita de distribuição e transmissão		8.619.152	8.094.635
Remuneração financeira WACC		117.497	114.044
Valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros		(361.665)	(266.286)
Receita de concessão		35.099	38.805
Receita de construção da infraestrutura da concessão		2.059.358	1.430.308
Outras receitas	(d)	463.553	534.772
Total receita bruta		22.199.181	21.496.980
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(7.364.950)	(6.885.793)
Total		14.834.231	14.611.187

a) Fornecimento de energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Consumidores:		
Residencial	7.720.861	7.201.928
Industrial	1.902.103	2.021.809
Comercial	4.127.828	4.061.027
Rural	886.141	869.503
Poder público	854.653	844.394
Iluminação pública	476.743	476.244
Serviço público	559.976	573.737
Suprimento	1.371.363	1.634.595
Fornecimento não faturado	(35.725)	38.666
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo(*)	(8.281.304)	(7.818.244)
	9.582.639	**9.903.659**
Subvenção à tarifa social baixa renda	1.078.564	970.856
Total	**10.661.203**	**10.874.515**

b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pelas companhias do Grupo.

c) Disponibilização do Sistema de Distribuição

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Consolidado	
	2016	2015
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor livre	455.344	390.435
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	8.281.305	7.806.994
Total	8.736.649	8.197.429

d) Outras receitas

	Consolidado	
	2016	2015
Renda da prestação de serviços	90.169	63.090
Arrendamentos e aluguéis	55.025	58.705
Serviço taxado	24.806	23.360
Taxa de iluminação pública	3.413	5.078
Administração de faturas de fraudes	3.395	2.154
Comissão serviços de terceiros	25.158	19.290
Multa infração consumidor	537	2.388
Valor justo ativo indenizável da concessão	212.899	281.678
Fornecimento de vapor	36.634	30.284
Acréscimo Moratório	-	39.197
Indenização Sinistro Seguro	-	1.609
Outras receitas	11.517	7.939
Total	463.553	534.772

e) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Deduções da receita bruta	Consolidado	
	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Impostos		
ICMS	(3.982.902)	(3.617.654)
PIS	(349.940)	(335.752)
COFINS	(1.609.882)	(1.541.648)
ISS	(12.999)	(11.672)
Encargos setoriais		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.055)	(2.371)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(767.944)	(1.096.618)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(38.420)	(52.187)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(37.442)	(20.876)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(16.529)	(10.439)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(35.542)	(34.294)
Encargos do consumidor – PROINFA	(42.153)	(25.940)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(7.835)	(112.990)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica -TFSEE	(3.958)	(3.648)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFURH	(5.084)	(5.329)
Outros	(452.265)	(14.375)
Total	(7.364.950)	(6.885.793)

23. Custos com energia elétrica

	Consolidado			
	MWh (*)		R$	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Energia comprada para revenda				
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado – ACR	11.622.236	18.425.894	(2.840.533)	(2.885.806)
Energia adquirida contrato bilateral	4.961.401	8.250.065	(241.452)	(399.160)
Contratos por cotas de garantia física	5.646.633	13.512.788	(800.394)	(425.446)
Energia adquirida no ambiente livre – ACL	9.552.468	8.726.961	(1.083.255)	(1.380.055)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	736.068	1.311.853	(257.578)	(217.635)
Energia curto prazo - MRE	1.018.762	1.488.481	(8.501)	(18.346)
Energia curto prazo – PLD	748.204	699.745	52.582	(933.472)
PROINFA	484.372	784.173	(244.563)	(169.967)
Ressarcimento de energia	-	-	19.006	78.625
Encargos de energia de reserva – EER	-	-	(97.568)	(44.850)
Custos Variáveis do MCP	-	-	(1.270.293)	(1.492.169)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	804.090	815.750
Taxa CCEE	-	-	(511)	-
Total	34.770.144	53.199.960	(5.968.970)	(7.072.531)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica			(403.143)	(421.503)
Encargos de conexão			(55.473)	(38.579)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(13.834)	(13.982)
Encargo de serviço do sistema - ESS			(305.470)	(520.935)
Encargos de energia de reserva - EER			29	84.236
Créditos de PIS e COFINS			52.638	51.452
			(725.253)	(859.311)
			(6.694.223)	(7.931.842)

(*) Informações não auditadas.

24. Custos e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora	
	2016	2015
Pessoal	(12.506)	(10.382)
Entidade de previdência privada	(222)	(204)
Material	(104)	(57)
Serviços de terceiros	(14.051)	(15.350)
Depreciação e amortização	(3.296)	(3.105)
Arrendamentos e alugueis	(172)	(320)
Tributos	(300)	(279)
Provisões líquidas - contingências	(688)	10.604
Outras (despesas)/receitas operacionais (a)	(76.737)	(2.746)
Total custos/despesas	(108.076)	(21.839)

	Consolidado				
	2016 (Reapresentado)				2015 (Reapresentado)
Custos/despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(405.743)	(175.003)	(261.389)	(842.135)	(762.511)
Administradores	-	-	(21.212)	(21.212)	(18.802)
Benefício pós emprego	(33)	-	57.343	57.310	53.333
Material	(76.571)	(5.384)	(6.648)	(88.603)	(54.679)
Combustível para produção de energia	(424.911)	-	-	(424.911)	(395.278)
Serviços de terceiros	(1.196.320)	(214.525)	(24.283)	(1.435.128)	(1.220.498)
Indenizações	139.826	(205)	(139.621)	-	(106.722)
Depreciação e amortização	(659.240)	-	(59.887)	(719.127)	(682.483)
Arrendamentos e aluguéis	(8.359)	(2.594)	(9.287)	(20.240)	(17.867)
Tributos	(2.246)	(469)	(8.817)	(11.532)	(12.560)
Provisões líquidas - contingências	(124.999)	-	(53)	(125.052)	18.571
Multas regulatórias	-	-	-	-	(4.077)
Alienação/desativação de bens e direitos	(1.680)	-	-	(1.680)	(19.953)
Outras (despesas)/receitas operacionais (a)	(31.383)	(10.126)	(183.586)	(225.095)	(141.918)
Total custos/despesas	(2.791.659)	(408.306)	(657.440)	(3.857.405)	(3.365.444)

(a) Impacto de R$ 73.738 referente à diferença entre o valor contábil das investidas classificadas como mantidos para venda e o seu valor justo considerando as despesas de vendas, conforme descrito na nota 3.9.2.

Custo e despesa de pessoal

	Controladora		Consolidado	
Pessoal	2016	2015	2016	2015
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Remunerações	(8.847)	(7.509)	(398.421)	(338.791)
Encargos sociais	(1.737)	(1.390)	(177.709)	(156.726)
Auxílio alimentação	-	-	(49.039)	(39.137)
Convênio assistencial e outros benefícios	(1.655)	(1.118)	(73.067)	(76.198)
Rescisões	-	-	(22.216)	(43.831)
Provisão para férias	-	-	(78.054)	(73.725)
Plano de saúde	(267)	(365)	(77.639)	(60.108)
Contencioso trabalhista	-	-	-	(16.555)
Participação nos resultados	-	-	(56.561)	(60.580)
Encerramento de ordem em curso	-	-	(3.385)	(3.255)
(-) Custos capitalizados no intangível	-	-	97.930	106.395
Outros	-	-	(3.974)	-
Total	**(12.506)**	**(10.382)**	**(842.135)**	**(762.511)**

O Grupo mantem o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

a) Depreciação e amortização

	Consolidado	
Depreciação e amortização	2016	2015
Quota de depreciação e amortização no exercício	(733.026)	(694.058)
(-) Depreciação e Amortização transferida para ordens em curso	(193)	(205)
(-) Crédito PIS/COFINS	14.092	11.780
Depreciação e amortização residual no resultado	(719.127)	(682.483)

b) Outros custos e despesas operacionais

Outros custos e despesas operacionais	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Seguros	-	-	(22.494)	(18.675)
Doações e contribuições	(177)	(257)	(3.793)	(2.943)
Recuperação de despesa	-	-	21.096	18.506
Órgãos de classe do setor elétrico	-	-	(7.487)	(6.869)
Despesas de viagem	(330)	(235)	(18.216)	(15.721)
Consumo próprio e energia elétrica	-	-	(21.635)	(18.400)
Propaganda e publicidade	(559)	(651)	(9.887)	(12.666)
Indenização processos cíveis e fiscais	-	-	-	(145)
Multas ANEEL	-	-	(66.130)	(62.149)
Alimentação	-	(10)	(3.645)	(2.960)
Encerramento de ordem em curso	-	-	(273)	(259)
Multa por inadimplência	-	-	133.055	114.640
Violação de prazo	-	-	(2.818)	(2.276)
Perdas / alienação / desativação	-	-	(100.494)	(103.272)
Indenização Danos Elétricos	-	-	(6.777)	-
Provisão de desvalorização de investimentos (nota 3.8)	(73.738)	-	(73.738)	-
Eventos	(692)	-	(692)	
Outros	(1.241)	(1.593)	(41.167)	(28.729)
Total	(76.737)	(2.746)	(225.095)	(141.918)

25. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Renda de aplicações financeiras	28.549	25.802	227.064	237.496
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	-	-	96.823	100.749
Variações monetárias e cambiais (a)	289.084	66.731	2.677.257	1.928.548
Instrumentos financeiros derivativos	113.704	362.808	1.045.056	2.304.737
Atualização depósitos judicias	4.174	3.464	30.597	35.653
Atualização do ativo financeiro setorial	-	-	22.374	99.197
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(2.773)	(1.032)	(23.742)	(13.502)
Outras receitas financeiras	10.027	11.978	91.359	41.744
Total	442.765	469.751	4.166.788	4.734.622

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Encargos de dívidas	(111.782)	(26.727)	(753.201)	(644.168)
Variações monetárias e cambiais (a)	(159.154)	(252.395)	(1.764.339)	(3.507.985)
Instrumentos financeiros derivativos	(291.027)	(213.223)	(2.452.657)	(1.065.023)
Obrigações pós-emprego	-	-	(83.147)	(68.123)
Atualização do passivo financeiro setorial	-	-	(3.506)	-
Atualização provisão para contingências	(714)	(1.277)	(94.539)	(107.911)
Outras despesas financeiras	(120.137)	(77.495)	(312.013)	(213.657)
Total	(682.814)	(571.117)	(5.463.402)	(5.606.867)
Resultado financeiro líquido	(240.049)	(101.766)	(1.296.614)	(872.245)
Resumo das variações monetárias e cambiais				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	129.930	(185.664)	912.918	(1.594.815)
Outros	-	-	(17.635)	15.378
Total líquido (a)	129.930	(185.664)	895.283	(1.579.437)

26. Saldos e transações com partes relacionadas

As empresas do grupo mantem operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

		Controladora			
		Ativo/ (Passivo)		Receita/(Despesa)	
	Ref.	2016	2015	2016	2015
Controladas e Coligadas					
COELBA	(a)	130.044	6.603	1.320	1.314
CELPE	(a)	78	1.110	799	792
COSERN	(a)	13.102	-	258	256
ITAPEBI	(a)/(b)	(125.353)	66	1.043	875
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	(a)	1.584	7.216	-	-
BAGUARI I	(a)	31.484	30.218	-	-
GOIÁS SUL	(a)	-	13.241	-	-
GERAÇÃO CIII	(a)	43.988	49.656	-	-
RIO PCH I	(a)	-	17.755	-	-
BAHIA PCH I S.A.	(a)	-	43.869	-	-
NARANDIBA	(a)	20.820	19.384	-	-
ENERGÉTICAS ÁGUAS DA PEDRA	(a)	10.986	7.660	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	-	1.574	-	-
NC ENERGIA	(a)	54.641	60.574	521	478
NEOENERGIA SERVIÇOS	(a)	(882)	3.201	-	-
AFLUENTE G	(a)	-	660	-	-
AFLUENTE T	(a)	-	2.636	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(a)	437	437	286	230
FORÇA EÓLICA DO BRASIL I	(a)	10.255	5.543	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II	(a)	6583	-	-	-
		197.767	**271.403**	**4.227**	**3.945**

		Controladora			
		Ativo/ (Passivo)		Receita/(Despesa)	
	Ref.	2016	2015	2016	2015
Controladores					
PREVI - CAIXA DE PREV. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	(a)	(85.329)	(47.505)	-	-
IBERDROLA ENERGIA S/A	(a)/(c)/(d)	(939.779)	(846.763)	(86.313)	(64.935)
BB - BANCO INVESTIMENTO S/A	(a)	(96.513)	(25.600)	7.701	-
Fundo Mútuo Inv em Ações Cart. Liv - BB Carteira livre I	(a)	(102.695)	(57.170)	-	-
		(1.224.316)	**(977.038)**	**(78.612)**	**(64.935)**

(a) Dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos ou recebidos pela Neoenergia.

(b) Contrato de mútuo conforme descrito na nota 20.

(c) Contas a pagar com a Iberdrola decorrente da compra de participação das ações de Coelba e Cosern, conforme descrito na nota 20.

(d) Encargos financeiros sobre contrato com a Iberdrola decorrente da compra de participação das ações de Coelba e Cosern, conforme descrito na nota 20.

		Consolidado			
	Ref.	Ativo/ (Passivo)		Receita/(Despesa)	
Controle conjunto		**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a)/(c)/(d)	7.577	(2.434)	(31.282)	-
BAHIA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.		-	29	-	39.827
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES	(a)/(d)	(22.555)	9.556	(176.053)	52.182
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(a)/(d)	(3.053)	4	(28.240)	-
FE PARTICIPAÇÕES S/A	(a)/(d)	17.159	82	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	(a)/(d)	(37.715)	1.063	286	(232)
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)/(d)	(4.063)	128	(982)	1.215
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)/(d)	(3.225)	164	(1.153)	1.421
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)/(d)	666	117	(506)	451
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)/(d)	2.289	183	(631)	745
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)/(d)	(1.919)	(89)	(968)	(550)
TELES PIRES ENERGIA EFICIENTE	(a)/(d)	-	4	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL II S/A	(a)/(d)	(7.376)	21	-	-
CALANGO 6 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a)/(d)	30.044	3	-	-
NORTE ENERGIA S.A.	(a)	(21.260)	-	(82.178)	-
SANTANA 1	(a)/(d)	933	-	-	-
SANTANA 2	(a)/(d)	1.017	-	-	-
		(41.481)	**8.831**	**(321.707)**	**95.059**

		Consolidado			
	Ref.	Ativo/ (Passivo)		Receita/(Despesa)	
Coligada		**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
AMARA BRASIL	(g)	(1.688)	736	10.222	10.374
CELPOS/FAELBA/FASERN	(e)	(87.876)	133.154	(53.331)	42.318
		(89.564)	**133.890**	**(43.109)**	**52.692**
Controladores					
PREVI - CAIXA DE PREV. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	(c)	(88.459)	(48.089)	-	-
IBERDROLA ENERGIA S/A	(c)/(f)	(957.226)	(854.564)	(87.664)	(152.758)
BB - BANCO INVESTIMENTO S/A	(b)/(c)	(1.211.273)	471.595	(19.749)	92.165
OUTROS MINORITÁRIOS	(c)	(5.942)	(4.125)	-	-
		(2.262.900)	**(435.183)**	**(107.413)**	**(60.593)**

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

(a) Contratos de fornecimento de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão (CUST), Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR) e Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT) firmados entre as Companhias do Grupo. Os principais contratos estão detalhados abaixo:

(i) Norte Energia S.A : contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2015-2044.

(ii) Águas da Pedra: contratos de compra de energia firmados pela Coelba, Cosern, Celpe e Elektro Redes, por meio de leilões regulados (e preços administrados), com prazo de fornecimento entre 2011 e 2020.

(b) Encargos financeiros sobre contratos de empréstimo das controladas obtidos junto ao Banco do Brasil S.A, controlador do acionista BB – Banco de investimento S.A. (que é acionista da Neoenergia), para fins de financiamento de capital de giro e financiamento de investimentos.
(c) Dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos ou recebidos pela Neoenergia.
(d) Contrato de aplicação em Títulos e Valores Mobiliários – BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.
(e) Empréstimos contratados junto ao Banco do Brasil S.A controlador do acionista BB – Banco de Investimento S.A e os valores devidos de benefício pós-emprego à Celpos.
(f) Encargos financeiros sobre contrato com a Iberdrola decorrente da compra de participação das ações de Coelba e Cosern, conforme descrito na nota 20.
(g) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado.

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28

A Companhia e suas controladas aplicam parte de seus recursos financeiros no Fundo BB Polo 28, fundo este restrito as empresas do Grupo Neoenergia, que tem como objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI e que sejam adequados à política de aplicações de recursos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, parte dos ativos do Fundo BB Polo 28 são representados por debêntures emitidas por empresa do grupo.

Remuneração da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é de R$11.106 (R$ 8.818 em 31 de dezembro de 2015) e para as controladas de R$ 21.931 (R$ 21.594 em 31 de dezembro de 2015) e referem-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência. A composição do referido montante total da remuneração dos administradores, respectivamente para a controladora, e para as controladas, é a seguinte:

Composição da Remuneração da administração	**Controladora**		**Controladas**	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Remuneração recorrente	R$ 6.982	R$ 5.079	R$ 9.272	R$ 8.252
Benefícios de Curto Prazo	R$ 1.706	R$ 1.740	R$ 4.611	R$ 4.444
Benefícios de Longo Prazo	R$ 1.808	R$ 1.999	R$ 558	R$ 3.474
Rescisões contratuais	R$ 610	-	R$ 7.490	R$ 5.424
Total	**R$ 11.106**	**R$ 8.818**	**R$ 21.931**	**R$ 21.594**

Observado o regime de caixa, a controladora e suas controladas através das AGOs realizadas em abril de 2016 aprovaram o montante de até R$ 9.442 (Controladora) e R$ 16.222 (controladas) de remuneração global anual aos administradores, para o exercício de 2016. Observado também o critério de caixa, o valor realizado até dezembro é de R$ 9.989 (controladora) e R$ 22.847 (controladas), dos quais o valor relativo a indenizações por rescisões contratuais representam R$

610 (controladora) e R$ 7.490 (controladas) que pela natureza não remuneratória e sim indenizatória, não foram computados no montante da remuneração global anual aprovada pela AGO. A composição do referido montante da remuneração global dos administradores, considerando inclusive o valor relativo às indenizações por rescisões contratuais, respectivamente para a controladora, e para as controladas, é a seguinte:

Composição da Remuneração da administração (DFP 2016)	**Controladora**	**Controladas**
	31/12/2016	
Remuneração recorrente	R$ 6.982	R$ 9.272
Benefícios de Curto Prazo	R$ 1.706	R$ 4.611
Benefícios de Longo Prazo	R$ 691	R$ 1.474
Rescisões contratuais	R$ 610	R$ 7.490
Total	**R$ 9.989**	**R$ 22.847**

Adicionalmente a Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações, nem outros benefícios de longo prazo aos seus empregados e/ou administradores.

27. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros do Grupo segue o proposto em sua Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, e demais normativos.

Dentre as diretrizes previstas na Política e nos demais normativos estão: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira, buscar o financiamento dos investimentos junto a bancos de fomento, alongamento de prazos, evitar concentração de vencimentos e diversificar tanto instrumentos financeiros quanto contrapartes.

Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito único a proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

O Grupo está exposto a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado (risco cambial, risco de taxa de juros e de índice de preços, dentre outros), de crédito e de liquidez.

b) Gestão do capital

O Grupo administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

O Grupo, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2016, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial e parte dos desembolsos atrelados ao dólar americano.

A demonstração dos montantes expostos à variação cambial, assim como a sua segregação por moeda, é apresentada no quadro do item "f" (Informações complementares sobre os instrumentos derivativos).

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI, possui derivativos e utiliza swap de taxas de juros e índices para CDI. Ainda assim, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A posição dos derivativos segregada por taxas de juros ou outros indexadores da dívida está demonstrada no quadro do item "f" (Informações complementares sobre os instrumentos derivativos)

Risco de preços de energia

Os contratos de compra e venda de energia elétrica, especialmente nas atividades da Comercializadora são firmados para o curto e para longo prazo. Desta forma, a Companhia fica exposta a variações de preços de energia - em especial do PLD, Preço de Liquidação das Diferenças - para atender a estes compromissos, o que incluir ainda o risco de preços entre os submercados, o que pode afetar de forma negativa seus resultados operacionais e sua condição financeira.

O Grupo possui uma política de gestão de risco e uma política de compra e venda de energia que definem as diretrizes e processos para controle e mitigação destes riscos.

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade das Companhias não honrarem com seus compromissos no vencimento. A política financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência

necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Adicionalmente, o Grupo negociou a contratação em janeiro de 2017 de um standby credit facility de R$ 600.000 junto a instituições financeiras como estratégia de liquidez.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2016, a Controladora e suas Controladas mantinham um total de aplicações no curto prazo de R$1.383.338, sendo R$1.110.712 em fundos exclusivos e R$272.626 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis das controladas do Grupo, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	2016							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financimentos	9.573.795	11.914.000	3.688.058	3.864.397	1.439.741	1.030.495	679.782	1.211.527
Debêntures	2.387.126	3.186.755	637.768	766.279	1.149.644	257.888	296.420	78.756
Fornecedores	1.925.812	2.154.546	1.918.502	154.813	-	-	-	81.231
Passivos financeiros derivativos								
Swap cambial e de taxa de juros	(613.914)	(749.011)	(65.631)	(600.973)	(15.784)	(48.103)	(46.647)	28.127

e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade das Companhias do Grupo incorrerem em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das empresas do Grupo virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados nos negócios de distribuição, transmissão, geração e comercialização.
Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber e realiza periodicamente diversas ações de cobrança,

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, o Grupo segue as disposições da sua política de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento periódico da exposição com cada contraparte e de sua qualidade de crédito.

As posições de derivativos por contraparte estão demonstradas no item f (Informações complementares sobre os instrumentos derivativos)

O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou S&P para as principais instituições financeiras com as quais o Grupo mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2016.

Ratings de longo prazo em escala nacional[1]	Moody's	S&P
Banco ABC	Aa2	AA-
Banco do Brasil	Aa1	
BNP Paribas		AA-
Bradesco	Aa1	AA-
Caixa Econômica Federal	Aa1	AA-
Citibank		AA-
Itaú	A1	AA-
Mizuho	Aaa	
Safra	Aa1	AA-
Santander	Aaa	AA-
Tokyo-Mitsubishi		AA-
Votorantim	Aa3	A+

Bank of America, HSBC e JP Morgan possuem ratings apenas em escala global

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros consolidados pelo Grupo. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2016	2015
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	380.935	138.878
Títulos e valores mobiliários	1.012.660	2.458.744
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	3.029.785	4.027.202
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	419.226	356.810
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	17.586	284.931
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	68.529	4.506
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	4.890.109	3.781.246

f) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os principais instrumentos utilizados são swaps e Non-deliverable Forwards (NDF).

Transações de derivativos que não são qualificados como hedge accounting são apresentados como hedge econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a

transação for elegível e caracterizada como um hedge accounting efetivo. A Companhia documenta no início da operação de hedge accounting, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado.

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, valor justo, data de contratação, data de vencimento, contraparte e o índice objeto de hedge.

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar: com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para o Real as dívidas e empréstimos denominados em Dólar. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em Real atrelado ao CDI e posição ativa em Dólar atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).
Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge accounting e mensurado a valor justo por meio de resultado.

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro: com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para o Real as dívidas e empréstimos denominados em Euro. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em Real atrelado ao CDI e posição ativa em Euro atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).
Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge accounting e mensurado a valor justo por meio de resultado.

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA: com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em Real atrelados ao IPCA. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.
Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de hedge accounting e mensurado a valor justo por meio de resultado.

Programa de hedge para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (Non-deliverable forwards) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa, quando implementado, é classificado como hedge de fluxo de caixa e também sujeito aos critérios contábeis de hedge accounting.

Em 31 de dezembro de 2016 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos. As posições da carteira de derivativos descrita neste documento não tiveram custo inicial associado.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentados a seguir:

					Valores de Referência					
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo	
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contratos de swaps:										
Neoenergia										
Swap										
Ativa	Banco Bradesco	28/10/16	30/04/18	US$ + 4,8120% a.a.	509	29.874	1.151		204.335	151.587
Passiva				128,97% CDI					(205.764)	(91.169)
Risco de crédito									4	-
									(1.425)	60.418
Swap										
Ativa	Banco Safra	05/10/16	03/10/17	US$ + 4,6932% a.a.	(838)	56.890	(1.892)		102.335	217.893
Passiva				124,9% CDI					(103.725)	(134.687)
Risco de crédito									1	-
									(1.389)	83.206
Swap										
Ativa	Banco Santander	05/01/16	06/01/17	USD + 4,364% a.a.	(13.117)		(29.633)		84.731	-
Passiva				105% CDI					(114.436)	-
Risco de crédito									(318)	-
									(30.023)	-
Swap										
Ativa	Bank of America Merrill Lynch	06/10/16	11/10/19	US$ + (Libor + 2,3125% a.a.)	(1.188)		(2.684)		133.261	
Passiva				125,95% CDI					(134.292)	
Risco de crédito									(11)	
									(1.042)	-
Swap										
Ativa	Banco Citibank	29/08/14	29/08/16	(USD LIBOR 6M + 0,725% a.a.)*1,1764	-	72.794	-		-	284.274
Passiva				102,89% do CDI					-	(172.654)
Risco de crédito									-	
									-	111.620
Total									(33.879)	255.244
Coelba										
Swap										
Ativa	Bank of America Merrill Lynch / BNP Paribas / JP Morgan	22/06/2010 / 26/08/2010 / 10/12/2010 / 14/05/2014	26/12/2018	USD 6M LIBOR + 1,50 %a.a.	USD 150.012	USD 150.000	R$ 89.069	R$ 399.495	489.291	172.703
Passiva				102,60% do CDI					(399.912)	(533)
Risco de Crédito									(66)	
									89.313	172.170
Swap										
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% * (USD Libor 3M+0,80% a.a)	USD 50.042	USD 50.000	R$ 58.440	R$ 104.005	161.463	84.614
Passiva				CDI + 0,60% a.a.					(104.672)	(550)
Risco de Crédito									198	
									56.989	84.064
Swap										
Ativa	Bank of America Merrill Lynch	13/11/12 / 16/11/12 / 19/11/12 / 05/12/13	14/06/2018 20/12/2018	117,65% * (USD Libor 3M+1,70% a.a)	USD 210.159	USD 209.900	R$ 243.292	R$ 439.032	686.077	369.297
Passiva				CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a. / 106% do CDI					(441.798)	(1.850)
Risco de Crédito									1.320	
									245.599	367.447
Swap										
Ativa	Banco Citibank	22/11/2013 / 27/03/2015	03/12/2018 / 15/03/2018	.17,65%*(USD Libor 3M+0,970% a.a) / 117,65%*(USD Libor 6M+1,8% a.a	USD 128.392	USD 128.000	R$ 90.081	R$ 322.540	416.467	159.932
Passiva				104,5% do CDI / 106,9% do CDI					(328.586)	(4.639)
Risco de Crédito									(42)	
									87.839	155.293
Swap										
Ativa	Banco JP Morgan	03/12/13	17/12/18	3,4588% a.a.	USD 24.530	USD 24.500	R$ 21.588	R$ 58.065	80.172	35.438
Passiva				105% do CDI					(58.375)	(183)
Risco de Crédito									6	
									21.803	35.255
Swap										
Ativa	Banco Itaú Unibanco	18/12/2014 / 19/12/2014 / 24/10/2016 / 29/12/2016	18/12/2017 - 25/04/2017 - 03/01/2020	3,65% a.a. - 2,0353%a.a. - 5,47%a.a.	USD 107.731	USD 73.127	R$ 37.078	R$ 200.000	355.655	77.951
Passiva				111% CDI - 121,90% CDI - 128,30% CDI					(319.193)	(734)
Risco de Crédito									(311)	
									36.151	77.217
Swap										
Ativa	BNP Paribas	16/01/2015	22/01/2018	1,9235% a.a.	EUR 75.552	EUR 75.000	R$ 18.753	R$ 226.953	262.630	78.865
Passiva				105,2% do CDI					(241.132)	(11.685)
Risco de Crédito									(47)	
									21.451	67.180
Swap										
Ativa	Bank of America Merrill Lynch	28/07/2015	30/07/2018	2,1414882675% a.a.	USD 37.699	USD 37.700	(R$ 9.856)	R$ 125.701	124.049	18.099
Passiva				101,4% do CDI					(132.908)	(5.958)
Risco de Crédito									(6)	
									(8.865)	12.141
Swap										
Ativa	Banco ABC	01/09/2016	01/03/2017	3,12% a.a.	USD 6.180	USD 0	R$ 119	R$ 0	20.112	-
Passiva				120% do CDI					(20.024)	-
Risco de Crédito									-	
									88	-
Swap										
Ativa	Goldman Sachs	15/10/2016	15/10/2021	IPCA + 6,7548%	USD 0	USD 0	(R$ 554)	R$ 0	96.752	-
Passiva				103,2% do CDI					(101.590)	-
Risco de Crédito									(4)	
									(4.842)	-
Total									545.526	970.767

					Valores de Referência					
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo	
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contratos de swaps:										
Celpe										
Swap										
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a	EUR 231	EUR 242	799	1.124	904	1.204
Passiva				72,5% do CDI			610	659	(610)	624
Risco de Crédito									2	-
									296	580
Swap										
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a	EUR 0	EUR 240	-	2.061	-	940
Passiva				92% do CDI			-	1.347	-	723
Risco de Crédito									-	-
									-	217
Swap										
Ativa	Banco Citibank	03/12/13	03/12/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,97% a.a.)	USD 17.020	USD 17.018	55.495	67.611	55.032	63.778
Passiva				104,5% do CDI			39.496	39.482	(39.496)	39.510
Risco de Crédito									(7)	-
									15.529	24.268
Swap										
Ativa	Banco Citibank	29/08/14	29/08/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,989% a.a.)	USD 24.183	USD 24.173	78.846	96.041	77.891	89.787
Passiva				107,34% do CDI			55.694	55.650	(55.694)	55.686
Risco de Crédito									(23)	-
									22.174	34.101
Swap										
Ativa	Banco Santander	05/02/16	07/08/17	USD + 5,8111%	USD 39.070	USD 48.751	129.497	193.187	129.545	194.221
Passiva				124,80% do CDI			160.129	141.040	(160.131)	146.407
Risco de Crédito									(304)	-
									(30.890)	47.814
Swap										
Ativa	Banco Santander	09/02/15	09/02/17	USD + 3,2885% a.a.	USD 23.781	USD 23.929	78.246	94.528	77.936	92.802
Passiva				110,4% do CDI			68.788	66.314	(68.789)	68.836
Risco de Crédito									(44)	-
									9.103	23.966
Swap										
Ativa	Banco Itaú	09/02/15	09/02/17	USD + 3,2655% a.a.	USD 23.809	USD 23.975	78.296	94.617	78.001	93.077
Passiva				108,8% do CDI			68.732	66.317	(68.732)	68.779
Risco de Crédito									(45)	-
									9.224	24.298
Swap										
Ativa	Banco Itaú	05/02/16	07/08/17	USD + 3,5650% a.a.	USD 25.533	-	84.037	-	84.392	-
Passiva				124,80% do CDI			106.753	-	(106.753)	-
Risco de Crédito									(222)	-
									(22.583)	-
Swap										
Ativa	HSBC	09/04/15	09/04/18	USD+1,1765*(Libor 3M + 1,4% a.a.)	USD 43.867	USD 43.837	143.162	175.888	142.543	166.016
Passiva				107,40% do CDI			144.311	144.610	(144.311)	144.489
Risco de Crédito									5	-
									(1.763)	21.527
Swap										
Ativa	Banco Itaú	08/09/16	06/09/19	USD + 5,0400% a.a.	USD 27.808	-	91.834	-	95.022	-
Passiva				125,00% do CDI			94.650	-	(94.650)	-
Risco de Crédito									-	-
									372	-
Swap										
Ativa	ABC	01/09/16	01/03/17	USD + 4,1300% a.a.	USD 6.194	-	20.143	-	20.112	-
Passiva				120,00% do CDI			20.024	-	(20.024)	-
Risco de Crédito									-	-
									88	-
Total									1.550	176.771
Cosern										
Swap										
Ativa										37.634
Passiva	Bank Of American	08/04/2011	06/05/2016	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a.	USD 0	USD 5.599	R$ 0	R$ 21.865		(15.757)
Risco de Crédito				107,85% do CDI						
									-	21.877
Swap										
Ativa									275.160	318.303
Passiva	Banco Citibank	03/12/2013	03/12/2018	117,65% * (USD Libor 3M+0,97% a.a.)	USD 24.545	USD 34.517	R$ 79.995	R$ 134.783	(197.478)	(197.548)
Risco de Crédito				CDI - 104,5% a.a.					(36)	
									77.646	120.755
Swap										
Ativa									25.499	29.758
Passiva	Banco Itaú	03/12/2014	01/12/2017	USD 6M LIBOR + 2,89% a.a.	USD 1.646	USD 2.671	R$ 5.366	R$ 10.430	(20.238)	(20.246)
Risco de Crédito				111 % do CDI					(44)	
									5.217	9.512
Swap										
Ativa									65.621	78.698
Passiva	Banco Itaú	09/03/2015	06/03/2017	USD + 3,6120% a.a.	USD 944	USD 4.117	R$ 3.075	R$ 16.075	(62.697)	(62.704)
Risco de Crédito				106,35 % do CDI					(5)	
									2.919	15.994
Swap										
Ativa									63.213	74.660
Passiva	Banco Itaú	11/03/2015	11/09/2017	USD + 3,4117% a.a.	USD 208	USD 3.374	R$ 677	R$ 13.176	(62.591)	(62.633)
Risco de Crédito				107,71 % do CDI					(1)	
									621	12.027
Swap										
Ativa									44.077	49.695
Passiva	Banco Itaú	11/03/2015	11/09/2017	USD + 4,9294% a.a.	(USD 2.309)	USD 275	(R$ 7.725)	R$ 1.075	(50.755)	(50.686)
Risco de Crédito				117,98% do CDI					(61)	
									(6.739)	(991)
Swap										
Ativa									43.440	49.695
Passiva	Banco Itaú	11/03/2015	11/09/2017	USD + 4,9412% a.a.	(USD 2.502)	USD 288	(R$ 8.154)	R$ 1.124	(50.756)	(50.623)
Risco de Crédito				118% do CDI					(87)	
									(7.403)	(928)
Total									72.261	178.246

					Valores de Referência					
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo	
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contratos de swaps:										
Itapebi										
Swap										
Ativa	Banco Safra	24/04/15	24/04/17	USD + 3,8473% a.a.	USD 12.359	USD 11.906	BRL 40.280	R$ 46.490	40.187	46.142
Passiva				106,16% CDI			BRL 44.439		(44.439)	(38.550)
Risco de crédito				-					11	
									(4.241)	7.592
Swap										
Ativa	Itaú	17/03/15	06/03/17	USD + 2,90% a.a.	USD 9.793	USD 9.519	BRL 31.917	R$ 37.169	31.798	36.986
Passiva				108,5% CDI			BRL 38.391		(38.391)	(33.405)
				-					(1)	
									(6.593)	3.581
Swap										
Ativa	Mizuho	09/11/15	09/11/18	USD + 2,8057% a.a.	USD 26.105	USD 26.105	BRL 85.082	R$ 101.936	85.832	100.000
Passiva				99,90% CDI			BRL 100.274		(100.274)	(100.377)
Risco de crédito				-					(131)	
									(14.573)	(377)
Total									(25.408)	10.796
Termopernambuco										
Swap										
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	USD +2,95% a.a. 2013 a 2014 / USD +3,20% 2015 a 2017	USD 14.189	USD 58.906	BRL 46.244	BRL 108.132	126.292	227.415
Passiva				110% CDI					(80.299)	(121.885)
Risco de Crédito									380	
									46.373	105.530
Swap										
Ativa	Santander	15/12/13	15/12/21	IPCA+7,15% a.a.			BRL 30.068	BRL 20.918	159.617	122.504
Passiva				106,64% CDI					(121.826)	(121.852)
Risco de Crédito									(397)	-
									37.394	652
Swap										
Ativa	Banco Santander	08/01/16	06/01/17	USD + 4,35% a.a	(USD 4.548)		BRL 14.822		42.360	-
Passiva				105,00% do CDI					(57.220)	-
Risco de Crédito									(159)	-
									(15.019)	-
Swap										
Ativa	00/01/1900	00/01/00	00/01/00						-	
Passiva									-	
Risco de Crédito	00/01/1900	00/01/00	00/01/00						-	
									-	-
Total									68.748	106.182
NC Energia										
Swap										
Ativa	Banco Safra	25/11/15	15/12/25	IPCA + 7,8910% a.a.	USD 31.205		BRL 32.144		34.385	-
Passiva				110,75% CDI			-BRL 31.287		(31.439)	-
Risco de Crédito				-					12	-
									2.958	
Total									2.958	-
Energyworks										
Swap										
Ativa				USD + 3,1412 %a.a.	USD 10.210		BRL 33.276		33.262	-
Passiva				114% do CDI			-BRL 46.306		(46.306)	-
Risco de Crédito				-					(140)	-
Total									(13.184)	-
Total Swap									618.573	1.698.006

					Valores de Referência					
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo	
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Contrato a Termo:										
Neoenergia										
NDF										
Comprada	Itau BBA	06/06/2014	01/07/2016	Fixing EUR/BRL 3,7594				R$ 25.871	-	(25.871)
Vendida									-	-
									-	(25.871)
NDF										
Comprada	Banco HSBC	16/07/2014	01/07/2016	Fixing USD/BRL 2,6495					-	-
Vendida								R$ 9.105	-	9.105
									-	(9.105)
NDF										
Comprada										
Vendida										
									-	-
Total									-	(34.976)
Termopernambuco										
NDF										
Comprada	Bradesco	04/03/2016	02/01/2017	Fixing USD/BRL 4,1160		USD 7400		BRL 30.458	(30.458)	(29.369)
Vendida					-	USD 0		BRL 0	24.124	23.907
Risco de crédito					-	USD 0		BRL 0	(30)	(49)
									(6.364)	(5.413)
NDF										
Comprada	Bradesco	14/06/2016	15/02/2017	Fixing USD/BRL 3.7114		USD 3700		BRL 13.732	(13.732)	
Vendida					-	USD 0		BRL 0	12.206	
Risco de crédito					-	USD 0		BRL 0	(3)	
									(1.529)	-
NDF										
Comprada	Bradesco	09/05/2016	02/03/2017	Fixing USD/BRL 3,8365		USD 6062		BRL 23.256	(23.256)	
Vendida					-	USD 0		BRL 0	20.090	
Risco de crédito					-	USD 0		BRL 0	(14)	
									(3.180)	-
NDF										
Comprada	Bradesco	14/06/2016	07/03/2017	Fixing USD/BRL 3,7296		USD 3000		BRL 11.189	(11.189)	
Vendida					-	USD 0		BRL 0	9.950	
Risco de crédito					-	USD 0		BRL 0	(2)	
									(1.241)	-
NDF										
Comprada	Bradesco	14/06/2016	15/03/2017	Fixing USD/BRL 3,7400		USD 3500		BRL 13.090	(13.090)	
Vendida					-	USD 0		BRL 0	11.637	
Risco de crédito					-	USD 0		BRL 0	(3)	
									(1.456)	-
NDF										
Comprada	Bradesco	14/06/2016	04/04/2017	Fixing USD/BRL 3,7600		USD 2800		BRL 10.528	(10.528)	
Vendida					-	USD 0		BRL 0	9.367	
Risco de crédito					-	USD 0		BRL 0	(3)	
									(1.164)	-
NDF										
Comprada	Bradesco	14/06/2016	17/04/2017	Fixing USD/BRL 3,7705		USD 3900		BRL 14.705	(14.705)	
Vendida					-	USD 0		BRL 0	13.089	
Risco de crédito					-	USD 0		BRL 0	(3)	
									(1.619)	-
NDF										
Comprada	Bradesco	14/06/2016	05/05/2017	Fixing USD/BRL 3,7890		USD 3100		BRL 11.746	(11.744)	
Vendida					-	USD 0		BRL 0	10.458	
Risco de crédito					-	USD 0		BRL 0	(2)	
									(1.288)	-
NDF										
Total									(17.841)	(5.413)
Total NDF									(17.841)	(40.389)
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda									13.184	

g) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo / Nocional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida	Dolar($)	Alta do Dólar Queda do Dólar	3,2591	(4.487.878)	(70.874)	(88.592)	(106.311)
Derivativos				648.394	(35.940)	(56.384)	(76.828)
Exposição Líquida					**(106.814)**	**(144.976)**	**(183.139)**
Dívida	Euro(€)	Alta do Euro Queda do Euro	3,4384	(260.302)	(4.247)	(5.309)	(6.371)
Derivativos				18.941	(3.225)	(4.476)	(5.727)
Exposição Líquida					**(7.473)**	**(9.785)**	**(12.098)**

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado do Grupo no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo / Nocional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,6%	1.662.278	(54.736)	(41.711)	(28.149)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,6%	(3.419.440)	(126.446)	(156.029)	(184.893)
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	13,6%	1.041.314	(26.558)	(78.111)	(128.974)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,5%	(2.289.336)	(54.994)	(65.725)	(76.457)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta da IPCA	9,4%	(410.522)	(13.846)	(15.407)	(16.951)
Dívida em Selic	SELIC	Alta da SELIC	13,7%	(380.690)	(14.825)	(17.761)	(20.634)

h) Mensuração do Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia que estão a valor justo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

		2016		2015	
	Nível (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis		**3.536.632**	**3.536.632**	**3.675.829**	**3.675.829**
Contas a receber de clientes e outros	2	3.029.785	3.029.785	3.034.088	3.034.088
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	3	419.226	419.226	356.810	356.810
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	3	87.621	87.621	284.931	284.931
Mantidos até o vencimento		**68.529**	**68.529**	**4.506**	**4.506**
Títulos e valores mobiliários	2	68.529	68.529	4.506	4.506
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		**2.232.321**	**2.232.321**	**4.324.364**	**4.324.364**
Caixa e equivalentes de caixa	1	380.935	380.935	138.878	138.878
Títulos e valores mobiliários	2	1.012.660	1.012.660	2.458.744	2.458.744
Swap cambial e de taxa de juros	2	838.726	838.726	1.726.742	1.726.742
Disponível para venda		**5.859.028**	**5.859.028**	**3.781.246**	**3.781.246**
Concessão do Serviço Público - Indenização	3	4.877.323	4.877.323	3.781.246	3.781.246
Ativos classificados como mantidos para venda	2	981.705	981.705	-	-
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		**9.045.077**	**9.045.077**	**8.484.241**	**8.484.241**
Fornecedores	2	1.925.811	1.925.811	2.487.369	2.487.369
Empréstimos e financiamentos	2	4.820.690	4.820.690	4.758.238	4.758.238
Debêntures	2	2.141.994	2.141.994	1.238.634	1.238.634
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	2	8.256	8.256	-	-
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	3	148.326	148.326	-	-
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		**5.556.698**	**5.556.698**	**6.466.088**	**6.466.088**
Empréstimos e financiamentos	2	4.753.105	4.753.105	5.520.561	5.520.561
Debêntures	2	245.132	245.132	871.736	871.736
Swap cambial e de taxa de juros	2	224.812	224.812	73.791	73.791
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	2	333.649	333.649	-	-

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

A Administração do Grupo entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já esta refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra

fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do swap.

O Grupo entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

- Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

- Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R$ 212.328 (R$ 281.678) em 2015), assim como as principais metodologias utilizadas, estão divulgadas na nota 12.

28. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue (*):

	Vigência	2018	2019	2020	2021	2022	Após 2022
Coelba	2018 até 2030	3.765.432	4.059.763	4.474.635	4.945.635	5.448.337	72.098.096
Celpe	2018 até 2030	2.797.733	2.987.167	3.342.408	3.647.040	3.976.643	47.774.519
Cosern	2018 até 2030	1.093.118	1.133.619	1.204.777	1.321.868	1.444.157	18.613.982

(*) informações não auditadas

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2016, e foram homologados pela ANEEL.

As distribuidoras do grupo efetuaram uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

28. Benefício pós-emprego e outros benefícios

As distribuidoras do Grupo patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica e odontológica, para seus empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais.

Planos de Benefícios Previdenciários

a) Coelba

A Coelba é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – (Plano CD – FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 – (Plano BD).

O Plano nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos. O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O FAELFLEX ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o FAELFLEX também é escopo de cálculos atuariais.

O Plano nº 2 – BD (benefício definido) é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

b) Cosern

A Cosern é patrocinadora da FASERN - Fundação Cosern de Previdência Complementar, que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à constituição de reservas para cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumuladas desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN - Regulamento 001 (Benefício Definido) eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.

Em1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos. Este plano proporciona aos seus participantes ativos benefícios relacionados à possibilidade de ocorrência de invalidez e morte durante a vida laborativa, classificados como benefícios de risco, totalmente custeados pela Companhia e pelos participantes autopatrocinados. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

c) Celpe

O Plano nº 1 - CELPOS CD tem características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada, e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez. Por suas características de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

O Plano nº 2 - CELPOS BD com características de benefício definido, eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Celpe firmou com a Celpos, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores desse passivo da Celpe estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	17.521	16.273	104.654	113.322
	17.521	**16.273**	**104.654**	**113.322**
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	120.949	78.965
Desligados – Planos de demissão voluntário (PDV)	2	8	(15)	23
	2	**8**	**120.934**	**78.988**
	17.523	**16.281**	**225.588**	**192.310**

Deliberação CVM nº 695 – CPC 33 – Benefícios a empregados

A Deliberação CVM nº 695/12 de 13 de dezembro de 2012 em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Avaliação atuarial dos planos previdenciários e assistencial

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos de avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovados pela Administração do Grupo.

Principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2016 e 2015 foram:

	FAELBA					
	Nº 01 - CD		Nº 02 - BD		Plano de Saúde Pós Emprego	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%	Não aplicável	Não aplicável
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,08%	7,10%	7,10%	7,10%	Não aplicável	Não aplicável
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	5,50%	5,50%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço +1)	0,15 / (tempo de serviço +1)	Nula	Nula	0,15 / (tempo de serviço +1)	0,15 / (tempo de serviço +1)
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98	Não aplicável	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic	AT - 2000 Basic	AT - 2000 Basic
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 masculina	AT-83 masculina	AT-83 segregada por sexo	AT-83 segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	100% na data da aposentadoria normal	100% na data da aposentadoria normal	56 anos, conforme experiência COELBA	56 anos, conforme experiência COELBA

	CELPOS			
	Plano BD		Plano CD	
	2016	2015	2016	2015
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,08%	7,08%	7,08%	7,08%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	5,50%	5,50%
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Masculina	AT-2000 Masculina	AT-2000 Masculina	AT-2000 Masculina
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-Fraca	Ligth-Fraca	Ligth-Fraca	Ligth-Fraca
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	100% na data da aposentadoria normal	100% na data da aposentadoria normal

	FASERN			
	Nº 01 - CD		Nº 02 - BD	
	2016	2015	2016	2015
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,83%	13,15%	11,83%	13,15%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,83%	13,15%	13,83%	13,15%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,08%	7,08%	Não aplicável	Não aplicável
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa estimada de inflação de longo prazo	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%
Taxa de rotatividade esperada	0,15 / (tempo de serviço + 1)	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Não aplicável	Não aplicável	AT-83 segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-83 segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-média	Ligth-média	Não aplicável	Não aplicável

Analise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2016 e 2015 foram:

	FAELBA					
Analise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	**Plano de benefícios previdenciários 02**		**Plano Misto de benefícios previdenciários nº 01**		**Plano de Assistência Médica**	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Valor presete das obrigações de benefício definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	320.460.175	277.944.188	9.429.647	6.404.754	598.478.473	396.957.185
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	295.784.487	239.236.524	8.938.476	5.826.812	535.808.270	318.749.872
% de impacto na Obrigação de Benefício Definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	4,16%	8,05%	2,75%	4,59%	5,52%	12,09%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-3,66%	-7,00%	-2,60%	-4,49%	-5,53%	-9,99%
Impacto na Durantion média da Obrigação de Benefício Definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	8,15	7,74	5,43	4,87	10,74	11,42
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	7,88	7,25	5,27	4,59	11,39	10,52

	CELPOS			
Analise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	**Plano de benefícios previdenciários 04**		**Plano Misto I Benefícios da Celpos**	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Valor presete das obrigações de benefício definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	960.767.700	846.174.403	1.778.300	1.387.248
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	882.837.224	723.038.117	1.698.781	1.272.010
% de impacto na Obrigação de Benefício Definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	4,40%	8,47%	2,34%	4,54%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-4,07%	-7,31%	-2,23%	-4,14%
Impacto na Durantion média da Obrigação de Benefício Definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	8,61	8,13	4,63	4,44
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	8,31	7,59	4,52	4,23

	FASERN			
Analise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	**Plano de benefícios previdenciários 01**		**Plano Misto de benefícios previdenciários nº 01**	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Valor presete das obrigações de benefício definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	81.288.846	73.580.150	1.348.947	1.104.825
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	75.245.183	63.614.783	1.287.936	1.014.368
% de impacto na Obrigação de Benefício Definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	4,01%	7,80%	2,37%	4,48%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-3,73%	-6,80%	-2,26%	-4,07%
Impacto na Durantion média da Obrigação de Benefício Definido				
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	7,85	7,51	4,69	4,38
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	7,60	7,04	4,57	4,16

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de plano de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	FAELBA				
	Menos de 1 ano	**Entre 1-2 anos**	**Entre 2-5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2016					
Benefícios de aposentadoria – BD	1.516	1.447	4.104	7.109	14.176
Benefícios de aposentadoria – CD	31.180	30.198	87.242	131.567	280.187
Benefícios de saúde pós-emprego	35.859	38.500	132.926	288.813	496.098

	CELPOS				
	Menos de 1 ano	**Entre 1-2 anos**	**Entre 2-5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2016					
Benefícios de aposentadoria – BD	85.510	84.996	240.451	390.073	801.030
Benefícios de aposentadoria – CD	303	286	870	1.504	2.963

	FASERN				
	Menos de 1 ano	**Entre 1-2 anos**	**Entre 2-5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2016					
Benefícios de aposentadoria – BD	6.122	14.095	29.166	33.862	83.245
Benefícios de aposentadoria – CD	233	458	1.111	1.083	2.885

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente relacionado aos planos previdenciários e assistencial:

	Consolidado	
	2016	**2015**
Valor reconhecido no balanço patrimonial		
Benefícios de previdência - CD	(3.285)	(594)
Benefícios de previdência - BD	(234.385)	(201.102)
Benefícios de saúde pós-emprego	(567.196)	(451.383)
Destinação de reserva especial com reversão de valores ao patrocinador	25.861	24.539
	(779.005)	(628.540)
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado		
Benefícios de previdência – CD	554	(206)
Benefícios de previdência – BD	(7.140)	(31.060)
Benefícios de saúde pós-emprego	(43.884)	(18.460)
	(50.470)	(49.726)
Redimensionamentos atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício		
Benefícios de previdência – CD	(3.245)	(283)
Benefícios de previdência – BD	(39.087)	47.595
Benefícios de saúde pós-emprego	(90.393)	(31.760)
	(132.725)	15.552

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós Emprego	
	CD		BD			
	2016	**2015**	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Custo do serviço corrente	(138)	(175)	457	(497)	(1.209)	(2.846)
Custo dos juros	75	(31)	(24.739)	(38.370)	(13.460)	(15.614)
Total incluído na receita	(63)	(206)	(24.282)	(38.867)	(14.669)	(18.460)

A mutação das obrigações de benefícios pós emprego em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Plano de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Em 31 de dezembro de 2015	(6.370)	(969.066)	(354.126)
Custo do serviço corrente	(815)	8.945	1.209
Custo financeiro	(760)	(129.609)	(45.094)
Contribuições dos participantes do plano	(38)	(2.390)	-
Beneficio pago pelo plano	-	93.952	31.633
Premissas demográficas	-	-	10.266
Premissas financeiras	(595)	(109.735)	(74.462)
Experiência do plano	(1.020)	(41.889)	(136.623)
Em 31 de dezembro de 2016	(9.598)	(1.149.792)	(567.197)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Plano de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Em 31 de dezembro de 2015	13.687	1.083.285	-
Receita de juros sobre os ativos do plano	1.849	137.866	-
Redimensionamento atuarial			
Contribuições do empregador	1.590	39.185	31.633
Contribuições de empregados	56	2.390	-
Benefícios pagos	125	(110.702)	(31.633)
Juros sobre valor justo	(2.279)	137.982	-
Em 31 de dezembro de 2016	15.028	1.290.006	-

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido, contribuição definida e plano de saúde são:

	Plano CD	Plano BD	Plano de Saúde
Custo do serviço corrente	(1.348)	481	(4.161)
Custo dos juros	(285)	(24.919)	(64.978)
Custo da obrigação	6.919	182.308	(200.820)
Custo total da obrigação	**5.286**	**157.870**	**(269.959)**

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão do grupo Neoenergia, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, administrados pela FAELBA, CELPOS e FASERN:

FAELBA

	Ativos Administrados pela FAELBA					
	Plano CD		Plano BD		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Renda Fixa	**83%**	**81%**	**98%**	**97%**	**88%**	**87%**
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados (Instituições Financeiras)	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados (Instituições Não Financeiras)	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos Renda Fixa	43%	36%	98%	97%	62%	58%
Fundos de Investimentos Multimercado	40%	45%	-	-	26%	29%
Outros investimentos em Renda Fixa	-	-	-	-	-	-
Renda Variável	**9%**	**11%**	**-**	**-**	**6%**	**7%**
Fundos de Investimentos em Ações	9%	11%	-	-	6%	7%
Investimentos no Exterior	**1%**	**1%**	**-**	**-**	**1%**	**0%**
Fundos de Investimentos em Ações	1%	1%	-	-	1%	0%
Investimentos Estrturados	**3%**	**2%**	**0%**	**0%**	**2%**	**2%**
Fundo de Participação	1%	0%	0%	0%	0%	0%
Fundos Imobiliários	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos Multimercado	2%	2%	-	-	2%	1%
Cotados em Mercado Ativo	**96%**	**95%**	**98%**	**98%**	**96%**	**96%**
Imóveis	1%	1%	2%	2%	1%	1%
Operações com Participantes	3%	4%	0%	1%	2%	3%
Outros Ativos	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais e Outros	-	-	-	-	-	-
Não Cotados em Mercado Ativo	**4%**	**5%**	**2%**	**2%**	**4%**	**4%**

CELPOS

	Ativos Administrados pela CELPOS					
	Plano CD		Plano BD		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Renda Fixa	**87%**	**86%**	**86%**	**85%**	**86%**	**85%**
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados (Instituições Financeiras)	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados (Instituições Não Financeiras)	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos Renda Fixa	0%	1%	83%	78%	69%	66%
Fundos de Investimentos Multimercado	87%	85%	2%	7%	17%	19%
Outros investimentos em Renda Fixa	-	-	-	-	-	-
Renda Variável	**10%**	**11%**	**3%**	**4%**	**5%**	**5%**
Fundos de Investimentos em Ações	10%	11%	3%	4%	5%	5%
Investimentos no Exterior	**0%**	**1%**	**-**	**1%**	**0%**	**1%**
Fundos de Investimentos Multimercado	0%	1%	-	1%	0%	1%
Investimentos Estrturados	**0%**	**0%**	**1%**	**1%**	**1%**	**1%**
Fundo de Participação	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Fundos Imobiliários	-	-	1%	1%	0%	0%
Fundos de Investimentos Multimercado	-	-	-	-	0%	0%
Cotados em Mercado Ativo	**97%**	**98%**	**90%**	**90%**	**91%**	**92%**
Imóveis	-	-	8%	8%	7%	6%
Operações com Participantes	3%	2%	2%	2%	2%	2%
Outros Ativos	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais e Outros	-	-	-	-	-	-
Não Cotados em Mercado Ativo	**3%**	**2%**	**10%**	**10%**	**9%**	**8%**

FASERN

	Ativos Administrados pela FASERN					
	Plano CD		Plano BD		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Renda Fixa	**77%**	**78%**	**93%**	**93%**	**84%**	**85%**
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados (Instituições Financeiras)	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados (Instituições Não Financeiras)	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos Renda Fixa	77%	78%	93%	93%	84%	85%
Fundos de Investimentos Multimercado	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos em Renda Fixa	-	-	-	-	-	-
Renda Variável	**21%**	**18%**	**4%**	**4%**	**13%**	**11%**
Fundos de Investimentos em Ações	21%	18%	4%	4%	13%	11%
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos em Ações	-	-	-	-	-	-
Investimentos Estrturados	-	-	-	-	-	-
Fundo de Participação	-	-	-	-	-	-
Fundos Imobiliários	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos Multimercado	-	-	-	-	-	-
Cotados em Mercado Ativo	**97%**	**96%**	**97%**	**97%**	**97%**	**97%**
Imóveis	-	-	1%	1%	0%	0%
Operações com Participantes	3%	4%	0%	1%	2%	2%
Depósitos Judiciais e Outros	-	-	2%	2%	1%	1%
Não Cotados em Mercado Ativo	**3%**	**4%**	**3%**	**3%**	**3%**	**3%**

Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, as distribuidoras do Grupo oferecem outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as controladas Coelba, Celpe e Cosern despenderam com essas rubricas o montante de R$ 93.158, R$ 38.528 e R$ 18.616 (R$ 66.827, R$ 36.884 e R$ 17.245 em 31 de dezembro de 2015) respectivamente.

29. Informações por segmento

O Grupo possui quatro divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis baseados na estrutura interna de gestão operacional e pela Administração. Esta gestão é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de Redes, Liberalizado, Renováveis e Outros.

A Iberdrola, acionista controlador do Grupo Neoenergia, utiliza esse mesmo agrupamento na gestão diária de seus negócios, em suas apresentações internas e externas de resultados financeiros, na análise do desempenho operacional, tendo uma estrutura diretiva corporativa responsável por cada uma dessas linhas de negócio em cada país que opera, reportando matricialmente à Espanha. Há, entretanto, uma gama de atividades de suporte, como por exemplo, financiamento, gerenciamento de caixa, gestão tributária, que não são atribuíveis a cada linha de negócio, e que, portanto, não são alocados.

Vale ressaltar que, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 22 (IFRS 8), a Companhia está apresentando seus segmentos reportáveis de acordo com o critério mais recente, considerando o agrupamento

apresentado na tabela abaixo. Em função de alterações desses agrupamentos, as informações correspondentes a ambos exercícios estão sendo reclassificadas.

As atividades de distribuição e transmissão foram agregadas ao segmento de Redes; as atividades de geração termelétrica e comercialização foram agregadas ao segmento de Liberalizado; as atividades de geração eólica e hidráulicas foram agregadas ao segmento de Renováveis; e a Neoenergia e Garter foram alocadas no segmento Outros.

A seguir apresentaremos a estrutura de 2016 e 2015 detalhados por Companhia:

Informação por segmento em 31 de dezembro de 2016	
Redes	Coelba Celpe Cosern Afluente T Narandiba Potiguar Sul Neoserv
Liberalizado	Termope NC Energia Neoinvest
Renováveis	Itapebi Baguari I Geração CIII Geração Céu Azul Goiás Sul (a) Afluente G (a) Energyworks (a) Capuava (a) Rio PCH I (a) Bahia PCH I (a) Bahia PCH II Belo Monte Neoenergia O&M Força Eólica do Brasil 1 Calango 1 Calango 4 Calango 5 Caetité 1 Caetité 2
Outros	Neoenergia Garter

(a) Conforme mencionado na nota 3.9, a Companhia alienou a participação societária detida nas seguintes sociedades: (i) Afluente Geração de Energia Eletrica S.A.; (ii) Bahia PCH I S.A.; (iii) Goiás Sul S.A.; (iv) Rio PCH I S.A.; e (v) EnergyWorks do Brasil Ltda., com Capuava Energy Ltda..

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia:

Informações sobre segmentos reportáveis

	Redes		Liberalizado		Renováveis		Outros		Ajustes de Consolidação		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receitas terceiros	13.690.171	13.159.566	284.398	1.136.608	859.847	314.157	(185)	856	-	-	14.834.231	14.611.187
Receita intersegmentos	34.077	32.910	1.782.790	1.081.307	28.052	481.596	3.941	3.714	-	-	1.848.860	1.599.527
Eliminações	(34.077)	(32.910)	(1.782.790)	(1.081.307)	(28.052)	(481.596)	(3.941)	(3.714)	-	-	(1.848.860)	(1.599.527)
Receita líquida	13.690.171	13.159.566	284.398	1.136.608	859.847	314.157	(185)	856	-	-	14.834.231	14.611.187
Resultado Bruto	2.374.095	2.587.727	292.225	48.987	619.464	443.136	3.756	4.570	-	-	3.289.540	3.084.420
Depreciação e amortização	(586.663)	(552.650)	(45.767)	(42.191)	(83.401)	(84.537)	(3.296)	(3.105)	-	-	(719.127)	(682.483)
Amortização de mais valia	-	-	-	-	(130)	(97)	(109.730)	(87.880)	-	-	(109.860)	(87.977)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	8.128	(4.593)	(28.227)	(141.992)	-	-	(20.099)	(146.585)
Receitas financeiras	3.138.724	3.795.505	385.545	358.382	199.754	110.984	442.765	469.751	-	-	4.166.788	4.734.622
Despesas financeiras	(3.904.640)	(4.331.082)	(627.592)	(540.357)	(268.022)	(164.307)	(682.826)	(571.529)	19.678	408	(5.463.402)	(5.606.867)
Imposto de Renda e CSLL – corrente e diferido	(56.996)	(170.882)	(11.200)	48.009	(120.205)	(88.214)	(11.338)	762	(6.769)	-	(206.508)	(210.325)
Lucro Líquido	461.459	570.333	7.918	(133.776)	353.521	250.656	(481.735)	(315.638)	13.140	408	354.303	371.983
Ativos dos segmentos reportáveis	**16.775.728**	**15.270.852**	**1.005.529**	**968.096**	**2.653.172**	**3.209.052**	**84.872**	**78.249**	**-**	**-**	**20.519.300**	**19.526.249**
Investimentos[1]	2.427.796	1.530.366	64.061	260.778	381.358	187.401	3.179	839	-	-	2.876.394	1.979.384
Passivos dos segmentos reportáveis	**3.227.444**	**3.172.737**	**210.495**	**259.847**	**204.136**	**278.007**	**13.729**	**13.816**	**(157.773)**	**-**	**3.498.031**	**3.724.407**

Conciliação das informações sobre segmentos reportáveis

	Consolidado	
	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
(a) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		
Total do lucro antes dos impostos dos segmentos reportáveis	541.113	581.900
Montantes não alocados:		
Outras despesas	19.678	408
Lucro consolidado antes do imposto de renda e contribuição social	**560.811**	**582.308**

	Consolidado	
	2016	2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
(b) Ativos		
Ativo dos segmentos reportáveis	20.519.300	19.526.249
Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	2.300.850	4.328.870
Impostos e contribuições a recuperar	714.130	515.180
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	18.020	11.489
Impostos e contribuições sociais diferidos	754.293	781.307
Investimentos	2.498.060	1.926.876
Outros ativos circulantes e não circulantes	181.046	281.521
Ativos classificados como mantidos para venda	981.705	-
Total Ativo	**27.967.404**	**27.371.492**
(c) Passivos		
Passivos dos segmentos reportáveis	3.498.031	3.724.407
Empréstimos e financiamentos, Debêntures e Instrumentos financeiros derivativos	12.185.733	11.881.417
Salários e encargos a pagar	132.965	147.430
Taxas regulamentares	255.288	271.824
Impostos e Contribuições a recolher	598.577	551.251
Dividendos e Juros sobre capital proprio	403.884	232.245
Impostos e contribuições sociais diferidos	13.955	-
Outros passivos circulantes e não circulantes	1.325.557	1.248.036
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	333.649	-
Total Passivo	**18.747.639**	**18.056.610**

30. Questões ambientais (*)

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Diretriz Integrada de Gestão (Qualidade e Meio Ambiente).

A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Em 2016, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental:

- Curso de qualificação, em parceria com o Senai Cimatec, voltado para manejo da vegetação.

- Rede Compacta/Linha Verde - utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

- Projeto de Meliponicultura tem o objetivo de incrementar a meliponicultura com a criação racional da abelha urucu, através de cursos de capacitação e oficinas de educação ambiental dentre outras iniciativas.

- Projeto de Arborização Urbana relacionado a linha de distribuição de Juazeiro.

- Programa de Controle de Queimadas consiste na educação ambiental para sensibilização da população, dos usineiros e fornecedores de cana de açúcar quanto aos riscos de queimadas não controladas que afetam a rede de transmissão e distribuição de energia e provocam interferências no fornecimento.

- Treinamentos de poda em árvores nos Postos de Atendimento de Natal, Goianinha, Mossoró e Currais Novos, voltados para a melhoria dos serviços de manutenção de redes urbanas e rurais.

- Ações que contribuem para a melhoria da gestão dos resíduos gerados no processo produtivo da empresa, tais como reutilização de carretéis de madeira e reforma de equipamentos do sistema elétrico.

O Grupo realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa.

Destacamos abaixo os recursos aplicados de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente.

	Ativo		Resultado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Recursos aplicados	425.872	286.424	81.573	39.839

(*) Informações não auditadas.

31. Seguros

O Grupo mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros: A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

	Consolidado		
Riscos	**Data da vigência**	**Importância Segurada (R$)**	**Prêmio (R$)**
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2016 a 08/10/2017	762.015	1.487
Riscos Nomeados - Imóveis próprios e locados	08/10/2016 a 08/10/2017	280.378	558
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2016 a 08/10/2017	673.000	3.150
Veículos	08/10/2016 a 08/10/2017	Tabela FIPE	203
Riscos Nomeados - Almoxarifado	08/10/2016 a 08/10/2017	302.200	598
Risco Operacional - Subestações e Usinas	08/10/2016 a 08/10/2017	7.350.918	15.430

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

32. Eventos subsequentes

Reorganização societária

Em 19 de julho, 01 de agosto e 17 de agosto de 2017, a Companhia obteve as aprovações e anuências respectivamente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para incorporação da Elektro Holding S.A. pela Companhia.

Em 24 de agosto de 2017, após a obtenção das aprovações necessárias foi concluída a incorporação da Elektro Holding S.A. pela Neoenergia, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data nos termos do "Protocolo e Justificação de Incorporação".

Como resultado desta incorporação, a Elektro Holding S.A. foi extinta de pleno direito e a Neoenergia tornou-se sua sucessora. O patrimônio líquido da Elektro Holding foi avaliado em 24 de agosto de 2017, com base no valor contábil, pelo montante de R$ 4.696.512, conforme Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis, emitido por empresa independente especializada. O acervo patrimonial líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Grupamento de ações

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 26 de outubro de 2017, o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 7,504760443 ações ordinárias para 01 ação ordinária, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia. Assim, a quantidade de ações passou de 7.504.760.443 (sete bilhões, quinhentos e quatro milhões, e setecentos e sessenta mil e quatrocentos e quarenta e três) para 1.000.000.000 (um bilhão), todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O grupamento altera única e exclusivamente o número de ações de emissão da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.404/76, não resultando na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares. O grupamento será efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 e principais acionistas, após o efeito do desdobramento de ações, é a seguinte:

	Lote de mil ações		
	Ações ordinárias		
Acionistas	Única	%	R$
Iberdrola Energia S A.	304.040	39,00%	1.848.220
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	173.409	22,24%	1.054.133
BB - Banco de Investimentos S A.	93.451	11,99%	568.076
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	208.690	26,77%	1.268.596
Total	**779.590**	**100,00%**	**4.739.025**

Aumento de capital

Na Assembleia Geral Extraordinária da Neoenergia S.A. realizada em 27 de dezembro de 2017 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 2.585.380 com a subscrição de 154.166.958 novas

ações, que foram integralizadas da seguinte forma: i) R$ 1.100.000 em moeda corrente nacional; ii) R$ 885.380 mediante a capitalização pela acionista Iberdrola Energia S.A. de créditos decorrentes de contratos de compra e venda de participação societária celebrados com a Companhia e iii) R$ 600.000 mediante a capitalização pelos acionistas de créditos de dividendos declarados e não pagos, referentes aos exercícios de 2015 e 2016.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Neoenergia S.A. realizada em 26 de março de 2018 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 1.000.000 com a subscrição de 59.630.290 novas ações ordinárias.

Captações de dívidas e Emissão de debêntures

Seguem as captações de empréstimos e financiamentos que ocorreram no exercício de 2017:

			Consolidado	
Empresa	**Financiadores**	**Vencimento**	**Encargos Financeiros Anuais - %**	**Valor Captado**
Coelba	Banco do Brasil	2017	13,72% a.a.	40.942
Coelba	BNDES	2023	TJLP + 1,59% a.a. - TJLP + 2,09% a.a. / SELIC + 2,09% a.a.	39.500
Coelba	Banco ABC	2017	USD + 3,65% a.a. + 0,17% a.a.	50.000
Coelba	BEI	2029	USD + 3,1282% a.a.	265.897
Coelba	Mizuho	2020	USD + LIBOR 3M + 1,40%a.a.	95.052
Coelba	JP Morgan	2020	USD + 3,7667%a.a.	82.750
Coelba	Banco do Brasil	2019	9,5%a.a.	100.000
Coelba	BEI	2029	USD + LIBOR 6M + 0,829%a.a.	214.695
Coelba	Banco do Brasil	2017	13,73% a.a.	41.129
Coelba	Bank of América	2020	USD Libor 3M + 1,80% a.a.	78.907
Coelba	Citibank	2020	USD Libor 3M + 1,80% a.a.	78.907
Coelba	BNP Paribas	2020	USD Libor 3M + 1,80% a.a.	78.908
Coelba	Sumitomo	2020	USD Libor 3M + 1,80% a.a.	78.908
Coelba	ICBC	2020	USD Libor 3M + 1,80% a.a.	55.235
Coelba	BNDES	2023	TJLP + 1,59% a.a. - TJLP + 2,09% a.a. / SELIC + 2,09% a.a.	39.252
Coelba	Itaú	2020	USD + 3,6635%a.a.	300.000
Celpe	BNDES	2023	TJLP + 1,59% a.a. até 2,09% a.a. / SELIC + 2,09% a.a.	96.108
Celpe	Banco do Brasil	2019	9,5% a.a.	100.000
Celpe	Mizuho	2020	USD + LIBOR + 1,40% a.a.	63.369
Celpe	Santander	2021 e 2022	121% até 122,6% do CDI	325.000
Celpe	Itaú	2017 e 2021	USD + 2,01% a.a. até 4,0715% a.a.	150.000
Celpe	Bank Of America	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	78.907
Celpe	BNP	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	78.907
Celpe	Citibank	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	78.907
Celpe	Sumitomo	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	78.907
Celpe	ICBC	2020	USD + LIBOR + 1,90% a.a.	55.235
Cosern	BNDES	2023	TJLP+2,09% aa	4.487
Cosern	BNDES	2023	SELIC+2,09% aa	4.487
Cosern	BNDES	2023	TJLP+1,59% aa	4.270
Cosern	Itaú	2020	PRÉ 3,638% aa	100.000
Cosern	BNDES	2023	TJLP+1,59% aa	2.735
Elektro	Bank of Tokyo	2020	Até 21/12/2018 2,6025% A partir de 21/12/2018: 2,7025%	115.850
Itapebi	Itaú	2020	USD + 4,07% a.a.	150.000
Geração Céu Azul	Santander	2018	126% CDI	150.000
Calango 1	BNDES	2030	TJLP + 1,93% a.a.	4.471
Calango 4	Banco do Brasil	2030	TJLP + 1,93% a.a.	5.102
Calango 5	Banco do Brasil	2030	TJLP + 1,93% a.a.	1.632
Caetité 1	Banco do Brasil	2029	TJLP + 1,93% a.a.	3.550
Caetité 2	Banco do Brasil	2029	TJLP + 1,93% a.a.	2.704
Lagoa 1	BNDES	2034	URTJLP + 8,12 %	250.899
Nc Energia	BNDES	2030	URTJLP + 7,87%	9.983
Neoenergia	Safra	2018	USD + 2,9949% a.a.	200.000
Neoenergia	Safra	2018	USD + 2,8377 % a.a	200.000
Total				**3.955.592**

Seguem as captações de empréstimos e financiamentos que ocorreram no exercício de 2018:

Empréstimos e Financiamentos captados em 2018

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
Contratos de Dívida no Mercado Internacional			
Dólar			
4131	nov/2023	PRÉ	1.512.214
4131	jan/2021	LIBOR	150.000
Financiamento	jan/2030	LIBOR	236.862
Taxa média/Subtotal		**7,39%**	**1.899.076**
Euros			
4131	jul/2022	PRE	350.000
Taxa média/Subtotal		**7,56%**	**350.000**
Contratos de Dívida no Mercado Nacional			
Financiamento	jun/2035	TJLP	836.344
Financiamento	mar/2024	SELIC	216.009
Financiamento	nov/2022	PRE	61
Nota Promissória	abr/2019	CDI	250.000
Leasing	mai/2021	IGPM	11.501
Taxa média/Subtotal		8,50%	**1.313.915**
Taxa média e Total		**7,81%**	**3.562.991**

Seguem as captações de empréstimos e financiamentos que ocorreram no período de 01º de janeiro de 2019 até a data de aprovação dessas demonstrações:

Consolidado

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
Contratos de Dívida no Mercado Nacional			
Financiamento	jul/2029	IPCA	515.200
Financiamento	jul/2030	TJLP	2.077
Taxa média/Subtotal		**9,39%**	**517.277**
Taxa média e Total		**9,39%**	**517.277**

Seguem as emissões de debêntures que ocorreram no exercício de 2017:

Consolidado

Empresa	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Termope	2022	123,00% do CDI	400.000
Termope	2021	116,80% do CDI	200.000
Celpe	2020	121,00% CDI	300.000
Celpe	2020	121,00% CDI	203.838
Celpe	2022	IPCA + 6,1827% a.a.	90.000
Itapebi	2018	107% CDI	150.000
Neoenergia	2020	123,20% CDI	250.000
Cosern	2022	4,64%	266.193
Cosern	2024	4,91%	96.622
Cosern	2021	118,5% CDI	220.000
Lagoa 1	2029	100% IPCA +7,3287 %	46.209
Total			**2.222.862**

Seguem as emissões de debêntures que ocorreram no exercício de 2018:

	Emissões de Debêntures em 2018		
Empresa	**Vencimento**	**Encargos Financeiros Anuais - %**	**Valor Captado**
CELPE	fev/2023	117,30% CDI	500.000
CELPE	jul/2025	IPCA	600.000
ITAPEBI	dez/2020	115% CDI	100.000
COELBA	abr/23	116% CDI	1.200.000
COELBA	ago/25	IPCA	800.000
ELEKTRO REDES	mai/23	CDI	1.000.000
ELEKTRO REDES	mai/23	IPCA	300.000
TERMOPE	ago/2023	CDI	300.000
COSERN	jul/2023	IPCA	130.000
Total			**4.930.000**

Seguem detalhes das debêntures que serão emitidas no exercício de 2019:

	Emissões de Debêntures em 2019		
Empresa	**Assinatura da escritura**	**Emissão**	**Montante**
TERMOPE	10/04/2019	8ª emissão	500.000
COELBA	01/04/2019	12ª emissão	700.000
CELPE	01/04/2019	10ª emissão	500.000
COSERN	17/04/2019	9ª emissão	500.000
Total			**2.200.000**

Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio

A Neoenergia realizou pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas conforme tabela abaixo:

Deliberação	**Provento**	**Valor deliberado**	**IR retido**	**Valor pago**	**Data do Pagamento**
AGO de 22 de março de 2018	Dividendo Mínimo Obrigatório 2017	99.444	-	99.444	18/12/2018
AGO de 22 de março de 2018	Dividendos adicionais 2017	200.556	-	200.556	18/12/2018
RCA de 28 de junho de 2018	Juros sobre Capital Próprio 2018	159.216	(14.757)	144.459	01/08/2018
RCA de 24 de outubro de 2018	Dividendos intermediários 2018	66.000	-	66.000	14/11/2018
RCA de 19 de dezembro de 2018	Juros sobre Capital Próprio 2018	363.146	(33.658)	329.488	27/02/2019
		888.362	**(48.415)**	**839.947**	

Reajustes tarifários

As controladas de distribuição de energia da Neoenergia tiveram os seguintes reajustes ocorridos em 2018:

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2017

A ANEEL, através das Resoluções Homologatórias nº 2.222 e 2.221 de 18 de abril de 2017, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual das distribuidoras do Grupo, Coelba e Cosern, respectivamente, com período de vigência de abril de 2017 a abril de 2018. Considerando como referência os valores praticados na data do reajuste, o efeito tarifário médio percebido pelos consumidores das concessionárias foi de 3% na Coelba e 3,38% na Cosern.

As novas tarifas entraram em vigor a partir de 22 de abril de 2017 com vigência até 21 de abril de 2018.

Revisão Tarifária Periódica – RTP 2017

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.226 de 25 de abril de 2017, homologou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica da controladora Celpe, em 10,47%, dos quais 8,36% correspondem ao reposicionamento tarifário econômico e 2,11% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 7,62%, sendo de 4,85%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 8,87%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

As novas tarifas entraram em vigor a partir de 29 de abril de 2017 com vigência até 28 de abril de 2018.

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2018

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.388 de 24 de abril de 2018 e nº 1.437 de 21 de agosto de 2018, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Celpe e Elektro Redes, com período de vigência de 29 de abril de 2018 a 28 de abril de 2019 e 27 de agosto de 2018 a 26 de agosto de 2019, respectivamente. Considerando como referência os valores praticados na data do reajuste, o efeito tarifário médio percebido pelos consumidores da Celpe foi de 8,89% e 24,42% para os consumidores da Elektro Redes.

Base de Remuneração Regulatória (BRR)

No Ciclo de Revisão Tarifária Periódica que as controladas Coelba e Cosern acabaram de passar (novembro 2012 a outubro 2017) os investimentos realizados foram reconhecidos pela ANEEL como sendo maiores do que os custos praticados pela empresa. Com isso, o Valor Novo de Reposição – VNR quando comparado com o Valor Original Contábil – VOC representou um ganho de 11,4% e 17,9%, respectivamente pelas controladas Coelba e Cosern.

O resultado da Revisão Tarifária Periódica tem reflexo direto no Ativo Financeiro da concessão no sentido de que o cálculo do valor dos investimentos ainda não amortizados, para fins de indenização, utiliza a metodologia do VNR aplicado sobre o saldo residual dos Ativos Fixos ao final do prazo contratual da concessão. Em decorrência do reconhecimento pela ANEEL dos investimentos realizados no ciclo incremental as controladas Coelba e Cosern registraram um ganho de R$ 89.826 e R$ 61.279, respectivamente de Ativo Financeiro no resultado de 2018.

Revisão Tarifária Periódica – RTP 2018

A ANEEL aprovou em 17 de abril de 2018, a Revisão Tarifária Periódica da Coelba e Cosern, com vigência a partir de 22 de abril de 2018, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.382/2018 e nº 2.386/2018, respectivamente. A revisão tarifária da Coelba e Cosern trouxe um reajuste nas tarifas de 21,18% e 14,94%, sendo 18,45% e 10,80% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 2,73% e 4,13% relativos aos componentes financeiros, com efeito médio para os consumidores de 16,95%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste vai ficar em 16,17% e 17,47%, enquanto para os da baixa tensão, ficará em 17,27% e 14,88%.

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2019

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.532, 2.533 e 2.535 de 16 de abril de 2019 e 23 de abril de 2019, na 12ª e 13ª reunião pública ordinária de 2019, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Coelba, Cosern e Celpe, respectivamente, com vigência a partir de 22 de abril de 2019 e 29 de abril de 2019. O reajuste tarifário vai trazer um efeito médio para os consumidores de 6,22% para Coelba, 4,73% para Cosern e 5,04% para Celpe, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste vai ficar em 5,09% para Coelba, 2,81% para Cosern e 3,76% para Celpe, enquanto para os da baixa tensão, ficará 6,67% para Coelba, 5,48% para Cosern e 5,56% para Celpe.

d) Em 05 de fevereiro de 2019, o Grupo Neoenergia assinou os contratos de concessão dos seis parques eólicos localizados na Paraíba, com capacidade instalada variando entre 13,86 MW a 34,65 MW.

e) Em 25 de março de 2019, o Grupo Neoenergia assinou os contratos de concessão dos quatro lotes referentes ao Leilão de Transmissão nº 04/2018 realizado pela ANEEL, distribuídos entre os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. O investimento adicionou à rede do grupo mais 3.000 km de linhas de transmissão e 20 subestações, possibilitando ao grupo alcançar a marca de 5.336 km de linhas de transmissão, em território nacional. Os investimentos a serem realizados representam um aumento relevante nos negócios de transmissão do grupo.

f) Em março de 2019, a Companhia obteve resultado favorável com a anulação definitiva na esfera administrativa do auto de infração recebido lavrado pela Receita Federal do Brasil em dezembro de 2017 no valor original de R$1.205.431, por meio do qual cobrava Imposto de Renda decorrente do ganho de capital originado a partir da operação societária de aquisição do controle societário da Companhia em 2011 pela Iberdrola S.A., acionista direto à época. Após a Companhia ter apresentado sua impugnação, o auto de infração foi anulado completamente em primeira instância. Uma vez tendo o fisco federal interposto os recursos cabíveis em segunda instância administrativa perante o CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), referido órgão confirmou a decisão de primeira instância de forma definitiva, anulando o auto de infração cujo valor atualizado (mar/2019) era de R$ 1.367.700.

g) Oferta Pública Inicial de Ações

A Companhia irá submeter para deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2019, o pedido de adesão ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3, o pedido de registro de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“Oferta de Ações”), a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências do Regulamento do Novo Mercado.

h) Oferta Pública de Distribuição da 6ª Emissão de Debêntures

A Companhia irá submeter à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) o pedido de análise prévia para registro de oferta pública de distribuição da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da Companhia (“Emissão”), a ser realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471, e da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431/11” e “Debêntures Incentivadas”), sob o regime de garantia firme de colocação para o valor inicial da Emissão de R$1.250.000 e de melhores esforços no montante de até R$ 250.000 para as debêntures adicionais eventualmente emitidas nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400.